

INTRODUÇÃO

O objetivo desta tese passa essencialmente por conhecer os papéis de João Teixeira Pinto e de Abdul Indjay nas Campanhas de “Pacificação” ocorridas na Guiné Portuguesa no início do séc. XX, através duma perspetiva histórica do acontecimento. A tese está dividida em três capítulos.

No primeiro capítulo farei o enquadramento histórico baseado nos acontecimentos político-militares, económicos e educacionais ocorridos ao longo daquela época, na Guiné e em Portugal.

Analisarei os fatores mais importantes na luta pela conquista do território por parte do lado português, face à sistemática revolta da população local. A essas revoltas, Portugal contrapôs uma repressão militar. Neste período, por coincidência, os guineenses encontravam-se fragilizados devido ao problema da clivagem interétnica, o qual veio a fragmentar toda a sociedade. Foi essa a razão pela qual os autóctones não foram capazes de se unir, como se apresentaram os portugueses, para fazer frente a um problema que era comum.

Tendo em conta esta situação, os portugueses encontraram no terreno uma situação favorável, proporcionada pelo próprio inimigo, facilitando as suas ações no plano militar.

Neste mesmo capítulo examinarei a política do governo português relativa ao “indigenato” e aos “assimilados” que constituem, no fundo, facetas das políticas de diferenciação da população africana a que se adiciona a introdução da cobrança obrigatória de “imposto de palhota” aos autóctones. Medidas que foram implementadas de forma a avaliar o grau de obediência, ou não, dos que se oponham às leis impostas pelo regime colonial português no território. Era também a forma utilizada estrategicamente para dominar os mais determinados entre os indígenas, especialmente as suas chefias, com vista à conquista plena da soberania do território. Com essas problemáticas surge uma questão central que se pode formular da seguinte forma: **Qual**

foi o papel de Teixeira Pinto e Abdul Indjay na “Pacificação” da Guiné? Da resposta a esta pergunta nascem as seguintes três questões derivadas:

- **Como seria a Guiné antes de atuação de Teixeira Pinto e Abdul Indjay?**
- **Como eram conduzidas as operações militares nas campanhas de “pacificação”?**
- **Como ficou a Guiné depois da campanha de “pacificação”?**

No segundo capítulo, irei concentrar-me nas quatro etapas das campanhas realizadas por Teixeira Pinto e Abdul Indjay contra o povo indígena, em diferentes regiões da Guiné. Ainda aqui irei procurar responder à segunda questão derivada, procurando conhecer as atitudes tomadas pelos Autóctones, numa tentativa de travar os militares portugueses através de recursos às armas. Como foi perspetivado o arranque do conflito, por partes, sabendo que os indígenas não tinham qualquer coordenação militar capaz de fazer face às modernas técnicas e equipamentos bélicos que os portugueses tinham no terreno. E como se isso não bastasse, as relações entre os poderes tradicionais não eram favoráveis a uma coesão, devido às guerras inter-étnicas que assolavam o território.

O terceiro e último capítulo pretende examinar como ficou a Guiné após o conflito, do ponto de vista da segurança do território, das atividades agrícolas, comerciais e educativas, como resposta à terceira questão derivada.

A guerra de “pacificação” da Guiné [1] contra o povo autóctone liderada por Teixeira Pinto e Abdul Indjay, em colaboração com alguns auxiliares de origem local, recrutados para o efeito, deixou uma amarga memória na história do passado colonial Guineense, devido ao grau de violência contra esse povo, sobretudo após a chegada de Teixeira Pinto, no início do séc. XX. Quiçá, esse nível exacerbado de hostilidade que foi exercido no território, fez com que as autoridades guineenses pós 1974 não se interessassem pelo tema em questão. Em resultado, este assunto passa por um desconhecimento quase absoluto para a maioria dos guineenses, sobretudo os jovens, escamoteando uma realidade histórica que poderia ser trazida ao mundo editorial, para ajudar a esclarecer os cidadãos sobre um passado histórico desta importância. Daí que existe forte interesse em elaborar minuciosamente uma perspetiva histórica, sobre o

assunto. A fim de fazer conhecer os factos históricos que estiveram por detrás desta tomada de posição por parte do governo português face ao território da Guiné.

Em causa estava o estado português, que lutava por um domínio pleno sobre os guineenses, constituídos na sua totalidade por uma população de origem indígena, que socialmente se encontrava fragmentada, em grupos étnicos, onde cada etnia se considerava senhora do seu território.

Uma forma de estar que foi reforçada indiretamente pela presença portuguesa, através da utilização de alguns indígenas islamizados para servirem os seus interesses, contra os objetivos nacionais, para melhor os enfraquecerem. Ganhando deste modo um aliado importante na luta pela conquista desse território, enfraquecendo em alguns casos, certas estruturas étnicas. E construindo fortemente o seu poderio militar face à insurreição dos mesmos, em diferentes localidades do território. Por outro lado, o tempo jogava a favor de Teixeira Pinto e Abdul Indjay no contexto diplomático visto que, nessa batalha, Portugal tinha a certeza da sua legitimidade sobre o território, situação que os indígenas não tinham conhecimento.

Por outro lado entende-se que, como potência colonizadora, e à semelhança do que se verificou com quase todas as outras potências colonizadoras em África, Portugal necessitava muito dos territórios das suas colónias. Para corresponder a esse objetivo primoroso, necessitava de agir de forma implacável como, de facto, agiu. Recorrendo a uma pessoa de ânimo diferente de todos aqueles que já haviam tentado esse tremendo desafio. Contudo sabendo que na população indígena, mesmo sendo uma sociedade fragmentada, cada grupo étnico tinha a sua liderança forte com competência para armar os seus súbditos e enfrentar casos de usurpação do seu espaço, como viria a acontecer com a ocupação portuguesa.

Quanto ao processo de investigação este foi possível graças ao recurso à bibliografia, que se julgou ser escassa, no que diz respeito ao tratamento específico que se pretendia dar à pesquisa. Era imperativo fazer uma análise profunda das fontes primárias e secundárias, concernentes a pressupostos traçados para o trabalho de investigação de modo a poder facilitar a reconstituição dos acontecimentos. Foi essa a razão pela qual se decidiu recorrer ao Arquivo Histórico Ultramarino (AHU) e ao Arquivo Histórico Militar (AHM) em Lisboa, nos quais estão arquivadas muitas

Perspetiva Histórica das Campanhas de João Teixeira Pinto e Abdul Indjay (1911-1915) na Guiné

informações, credíveis, de fontes primárias. Nessa pesquisa a prioridade foi conferida às fontes centradas no período histórico de 1911-1915, correspondente ao intervalo temporal onde se enquadra esta dissertação.

Como complementos necessários e pertinentes dessas fontes primárias decidiu-se igualmente recorrer às obras de René Pelissier, João Barreto e Tcherno Djaló, que para além de revelarem também grande importância na pesquisa, são estudos únicos disponíveis e credíveis.

[1]Pelissier, René: *História da Guiné Portuguesa e Africanos na Senegâmbia 1841-1936*, vol. II, editora Estampa 1989 Lisboa, p.145

CAPITULO I

ENQUADRAMENTO HISTÓRICO

A Guiné-Bissau é um pequeno país situado na costa ocidental de África, fazendo fronteira ao Norte com o Senegal e ao Sul com a Guiné-Conakri. Possui uma dimensão territorial de 36.125 km². O território da Guiné-Bissau é composto por uma parte continental e outra insular, que agrupa os arquipélagos dos Bijagós, as Ilhas de Jeta e de Pecixe e ainda de outras pequenas Ilhas.¹

Foi descoberto pelo português Nuno Tristão no ano de 1446 e é um território formado por diversidades étnicas entre as quais: Pepéis, Manjacos, Fulas, Balantas, Soniquês e muitas outras. O território da Guiné foi palco de muitas disputas sangrentas entre os seus nativos e o colonialismo português, a partir do séc. XVIII até ao séc. XX.

A Guiné cujo espaço territorial era considerado, nesse período, parte integrante do império colonial Português, no ponto de vista da colonização Europeia em África, por ser descoberta por estes. Mas isso não impediu que os Ingleses tentassem contrariar essa tendência, e entrarem numa longa e feroz disputa pela Ilha de Bolama.

O projeto Britânico de 1792, em engendrar na Ilha de Bolama uma colónia e “(...) a cultura das terras por gente livre, como forma de civilizar os negros,”² visava além de tentar criar mecanismos que lhe garantisse a posse de um território naquela costa Africana, era também uma forma aparente de assumir o papel de ativista do direito dos negros naquela localidade. O porta-voz do governo Britânico no território, o capitão da marinha “*Philip Beaver*”, tinha como missão específica convencer a opinião pública Guineense e mundial, sobre a posse da Ilha. Pois nas suas análises internas, os Ingleses julgavam que Portugal, não teria capacidade de poder assegurar ocupação efetiva das Ilhas de Bolama. Essa conclusão foi feita sem qualquer consulta às autoridades

¹ Idem: *Dados de Ministério de Desenvolvimento Rural e Agricultura Recursos Naturais e Ambiente da Guiné-Bissau/ Programa das Nações Unidas para Desenvolvimento. Também disponível em: <http://www.didinho.org/PLANODEACCAOPARAABIODIVERSIDADENAGUINEBISSAU.pdf> (Consultado e 04 de Fevereiro de 2013).*

² Idem: Lopes, António dos Mártires. *Questão de Bolama; 11ª Edição Ed. Agência Geral ultramarina, 1970 Lisboa p.13*

Perspetiva Histórica das Campanhas de João Teixeira Pinto e Abdul Indjay (1911-1915) na Guiné

portuguesas. Para fazer valer as suas intenções, o governo Britânico, que já tinha no território cerca de 275 cidadãos seus, impõe através do seu governador para África Ocidental, Sir Neil Campbell, duas convenções em 1827, aos régulos das tabancas (aldeias) de Bolola e de Guinala, para cedência das Ilhas de Bolama e Guinala. Tentando deste modo, alguma aproximação aos chefes tribais das restantes Ilhas, com objetivos de instiga-los sobre a posição frágil dos portugueses, para com arquipélago dos Bijagós. Apesar de convencer os respetivos régulos por meio desses acordos, o governo Português entendeu por bem, recorrer a vias negociais com o governo Inglês.

Sabendo que as ameaças dos Britânicos sobre o Bolama não era uma situação nova, a fase preliminar da pressão Britânica naquela região da Guiné começou no séc. XIX concretamente nos anos de 1838-1869. E considera-se que “ (...) as mais graves ocorreram em 1859 e 1861, quando o governador da Serra Leoa mandou hastear a sua bandeira em Bolama e os Ingleses consideraram a Ilha parte integrante da colónia de Serra Leoa (...).”³ Isso viria a causar uma situação de maior preocupação para as autoridades portuguesas, que apesar de terem descoberto o território, não tinha dado maior importância razão pela qual, a sua ocupação não era efetiva.

Confirmando assim, que “a presença portuguesa por terras da Guiné foi essencialmente comercial, litorânea, só vindo as autoridades portuguesas a interessarem-se por uma ocupação efetiva no séc. XIX mais concretamente, a partir do ano 1880.”⁴ Essa ausência prolongada despertou o interesse por parte do governo Inglês, através do seu representante na Guiné, pela zona costeira guineense, concretamente a Ilha de Bolama / Bijagós. Esta cobiça, ignorava o pleno direito da soberania do território que no contexto colonial pertencia a Portugal, como sendo o seu exclusivo descobridor e administrador desde 1446.

A reação de Portugal através do Rei D. Luís foi sábia ao nomear o Conde D.Ávila como o seu representante de pleno direito⁵, para negociar esta questão, difícil para a metrópole, atendendo à posição no mundo naquela época. Com efeito, Portugal

³ Questão de Bolama: Disponível em www.triplov.com.org (consultado em 11/09/13).

⁴ Idem: Amado, Leopoldo; *Guerra Colonial e Guerra de Libertação Nacional 1950-1974*, 1ª edição – editora: Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento (IPAD) Lisboa p. 40

⁵ Ver Anexos D e E AHM- Arquivo Histórico Militar: PT/AHM/Div/2/4/2/2, Lisboa

jogou aqui uma cartada decisiva. Visto que, o Conde D'Ávila além de estar a par do assunto, era um homem de longa experiência nas negociações internacionais.⁶

Os fortes argumentos usados por Conde D'Ávila no ato negocial, convenceu o Presidente dos EUA Ulisses Grant,⁷ que assumiu o papel de mediador do conflito, no ponto a que o veredito final favoreceu Portugal. Nesse aspeto há que realçar o empenho da diplomacia portuguesa, na pessoa de Conde D'Ávila pelo seu poderio negocial, fazendo assim parte daqueles que ao longo da história, fizeram com que “ (...) Portugal em toda a relações, e conflitos internacionais, soube fazer valer, com êxito, a força dos seus direitos, por mais poderoso que fosse o direito da força dos seus adversários.”⁸

Essa capacidade de jogar pela razão e não pela força, como era plausível na época, fez Portugal resolver muitos conflitos a seu favor. Entretanto, o governo Britânico que usava as intimidações devido ao seu poderio naval, não evocou o seu objetivo atrás referido no ato de expor a sua defesa, pois era frágil, esta alegação baseou-se fortemente no facto de estar no território desde 1792 porem, Portugal apesar de se ter ausentado do território após a sua descoberta em 1446, a forte tese usada pelo Presidente Ulisses Grant, foi o de quem ali chegou primeiro. Esse fator deitou por terra as manobras Inglesas, na alegação final da sentença proferida por presidente Americano em 1870⁹, e Portugal assim viria a sair vencedor desse conflito que durou décadas.

Essa tese concedeu exatamente naquilo que Portugal tinha como arma para se defender dos seus adversários, perante a opinião pública mundial, sobre as questões africanas. Um período que coincidiu no ano em que Europa e mundo, assistia ao início de uma guerra sangrenta entre Alemanha e a França que durou um ano (1870-1871), no qual França sofreu uma estrondosa derrota. O mundo entrava num período em que o vento da afirmação imperialista Europeia em África soprava intenso. Conhecido na

⁶ Arquivo Histórico Militar: PT/AHM/Div/2/4/2/2, Lisboa

⁷ Arquivo Histórico Militar: PT/AHM/Div/2/4/2/2, Lisboa

⁸ Ibidem: Lopes, António dos Mártires. *Questão de Bolama; 11ª Edição Ed. Agencia Geral da ultramarina, 1970 Lisboa, p.10*

⁹ Ver Documentos sobre “questão dos Direitos de Portugal sobre a soberania da Ilha de Bolama” (Disponível nos Arquivos do Ministério dos Negócios Estrangeiros - MNE) Cota: 4/G Sigla: BDD-946,9 (65) Lisboa.

historiografia colonial, como era da “idade de ouro, da colonização dos Europeus no continente negro.”¹⁰

Neste período, muitos países europeus pretendiam conquistar territórios em África para formar a colónia, a fim de obter maior liberdade de acesso á exploração dos seus recursos naturais e mãos de obras a baixo custo.

Portugal detentor de um vasto império em África enfrentava ameaças constantes das outras superpotências no continente, sobretudo Britânicos, Belgas, Franceses e Alemães e que veio a culminar com a perda do rio Zaire¹¹ a favor dos Ingleses. Pensava-se que estas disputas iriam terminar com algo de novo que pudesse sair na “Conferência de Berlim,” como modo de proteção das pequenas potências face aos seus adversários europeus no continente. Da mesma forma que na prática, os países colonizados da África, não obtiveram qualquer proteção face aos poderios avassaladores dos países europeus.

A reunião magna realizada na cidade de Berlim entre 1884 e 1885 – a Conferência de Berlim – servia de mecanismo arbitral nas disputas acerca da ocupação efetiva do continente africano. Este conclave contou com a participação de vários emissários das potências europeias, interessadas na partilha do continente, entre as quais Portugal, mas não registou qualquer presença dos africanos. Mas as deliberações desta conferência não beneficiaram as pequenas potências como Portugal com um vasto império em África. Esses territórios coloniais eram, aliás, alvo da cobiça por parte de outras potências europeias.

Na prática, Portugal não obteve qualquer garantia eficaz por parte da “Conferência de Berlim,” que lhe permitisse uma ocupação total de todo o seu território que detinha antes e depois do conclave. Considera-se que Portugal saiu “espoliado, depois de ter fornecido aos seus adversários argumentos para mais tarde ser atacado sem

¹⁰ M'Bokolo, Elikia: *África Negra: História e Civilização do séc. XIX aos nossos tempos; Tomo II, ed. Colibri, Lisboa 2007, p.371*

¹¹ Ferreira; João José Brandão: *A Evolução do Conceito Estratégico Ultramarino Português (Da Conferencia de Berlim à Descolonização); ed. Hungin Ld.ª Lisboa 2002 pp29-34*

algo que lhe pudesse defender futuramente face a esses poderosos.”¹² A verdade é que a exposição portuguesa na Conferência de Berlim fez os Ingleses marcarem uma posição forte face a pretensão do governo Português. Quando se falou em fazer ligação do seu território de Moçambique a Angola, verificou-se que este projeto colidia com o mega projeto britânico de ligação, por caminho-de-ferro, da cidade do Cabo à cidade do Cairo. Portugal teve a solidariedade de alguns dos países presentes, como França, dando apoio moral aos representantes portugueses e reconhecendo-lhes a pertença do território.

A pretensão do governo inglês de uma ligação ferroviária era abusiva ao ignorar por completo os preceitos normativos, saídos na reunião de Berlim, sobre a posse dos territórios em África, lançando um “Ultimato em 11 de Janeiro de 1890 sem qualquer oposição do governo português.”¹³ A representação portuguesa esperava por parte dos Alemães algum apoio que pudesse fazer com que os Ingleses recuassem nas suas pretensões. Mas nesta época, questões africanas não interessavam nada aos Alemães porque a política de Bismarck era virada para o horizonte do território europeu, onde o seu vasto império crescia assim como a sua economia.¹⁴

A Conferência começou e acabou com teorias através das deliberações escritas na sua ata, nada na prática foi feito de acordo com o que foram as recomendações finais. Quanto à proteção dos Africanos nos seus territórios, a verdade é que, a “Missão Civilizadora” engendrada na “Conferência de Berlim¹⁵”, como já referi, recomendava a todos os países colonizadores que cuidassem do bem-estar das populações autóctones a fim de transmitir-lhes a “civilização Ocidental e de melhorar os seus estados morais, materiais e jurídicos”. Na prática, muito pouco disto foi feito em benefício dos nativos, porque contrariava os objetivos das dominações pretendidas pelos europeus e das posses dos territórios.

Embora se tenha criado uma certa condição para as potências europeias presentes no continente não se chegou ao ponto de caírem numa total anarquia, a que

¹² Idem: Ritta, José Gonçalo Santa. *O estudo sobre a Conferência de Berlim 1885*, ed. Imprensa Libânio da Silva; Lisboa 1916. Pp 59-66.

¹³ Idem: Saraiva; José Hermano: *História concisa de Portugal*, ed. Europa América, 1995 p.343.

¹⁴ Coutinho; Lourenço Pereira: *Do Ultimato à República*; ed. Prefácio, Lisboa 2003 pp. 17- 84

¹⁵ Mouro, Frédéric: *A Expansão Europeia*; Ed. Estampa 1988 Lisboa, Pp 160 -161.

Perspetiva Histórica das Campanhas de João Teixeira Pinto e Abdul Indjay (1911-1915) na Guiné

Thomas Hobbies apelidou de “guerra perpétua de todos contra todos.”¹⁶ A título de exemplo, antes da Conferência de Berlim, os recursos naturais e o comércio guineense, assim como exportações de ouro, mancará (amendoim), óleo de palma, coconote e borracha, encontravam-se sob intensa disputa entre Franceses, Ingleses, Alemães e Portugueses. Nessa altura Portugal pouco ou quase nada beneficiava com esses recursos naturais.

A divisão do continente fez intensificar os portugueses na Guiné, a guerra contra população local, que subvertia sistematicamente contra as autoridades impostas, com o objetivo de assumir a soberania plena do território.¹⁷

¹⁶ Idem: Cravinho, João Gomes: *Visão do Mundo: Relações Internacionais e o Mundo Contemporâneo*. Editora. ICS. 3ª Edição Lisboa 2008, P. 33

¹⁷ Saraiva; José Hermano: *História de Portugal*, editora Europa América, 8ª edição, Lisboa 2011. Pp 445-455.

JOÃO TEIXEIRA PINTO

1.1. Quem era João Teixeira Pinto?



João Teixeira Pinto

Nasc. 1876-1917

Fonte: **Boletim Cultural da Guiné Portuguesa, Volume IV, nº 13, 1949**

João Teixeira Pinto nasceu no dia 22 de Março de 1876 em Moçâmedes região sul de Angola, filho de Major João Teixeira Pinto, e ao longo desta investigação, não foi possível conhecer o nome da mãe que tal como o pai era de origem portuguesa.

Conhecido no meio da população Indígena Angolana por «*Kurika*» (Leão na língua do Sul de Angola o *Kwanyama*), o conhecido “pacificador da dita Guiné - Portuguesa,” João Teixeira Pinto, (ver o anexo G) tinha uma certa preparação militar em Lisboa, mas não era um grande conhecedor das artes da guerra. Embora possuísse uma característica que manifestava uma verosimilhança desse ícone, dono de um estratagema capaz de transformar-se em personalidade afável e humilde perante os seus inimigos. Foi nomeado Alferes no regimento n. 5 de Infantaria do então Imperador da Áustria Francisco José, através do decreto n. 10/11/1899, dois anos depois foi elevado a categoria de Tenente em conformidade com as disposições do Dec. de 14 de novembro de 1901. Ele conquistara entre os indígenas do sul de Angola o sobrenome de Kurika por ser uma personalidade implacável e rude. Em Angola recebeu ordem de Lisboa e passa para 2ª companhia mista de Artilharia de montanha e Infantaria. Ao findar a missão foi

Perspetiva Histórica das Campanhas de João Teixeira Pinto e Abdul Indjay (1911-1915) na Guiné

chamado para a metrópole, concretamente para o Ministério da Guerra, onde foi colocado na Infantaria nº 7 em Lisboa por algum tempo.

No dia 1 de Junho de 1905, foi enviado de volta a Angola, onde assumiu o cargo de secretário de governo de “Moçâmedes” a sua terra natal. Passado algum tempo, pede para ser transferido para a região de “ Donguena” (em Angola) para enfrentar uma quadrilha insurreta de etnia “Cuamatos” no qual causou uma verdadeira carnificina.¹⁸ João Teixeira Pinto foi dos primeiros entre os oficiais Portugueses a preparar ocupação da zona sul de Angola após o seu regresso a Portugal, no mesmo ano.

Em 29 de Janeiro de 1907, João Teixeira Pinto regressa á metrópole por ter dado por terminada a missão, onde foi colocado provisoriamente no batalhão de caçador nº 4 em Lisboa.¹⁹ Condecorado com grau de “Cavaleiro da ordem da Torre de Espada” neste mesmo ano, pelas autoridades metropolitanas antes de partir para Guiné.

Foi nomeado capitão por disposição do Dec. de 14/11/1901, conhecido por Dec. de 5 de agosto de 1909, O.E nº 17 (2ª série) 7. Colocado na província de Angolana de “Cuamato Grande” no dia 7 de Setembro do mesmo ano, e no dia 29 do mesmo mês foi chamado à Luanda, onde recebeu a ordem que foi lhe acrescentado mais metade do tempo da sua permanência no serviço, naquele lugar. Recebeu as notícias de bem agrado por considerar uma missão a favor da pátria.

Sempre reconhecido com a sua valentia pelo governo metropolitano, que cujo objetivo primordial seria de assegurar a soberania, por isso foi transferido para 10ª Companhia Indígena de Infantaria em 31 de Dezembro, na O.F.A nº 13 de 31. Nomeado em Janeiro de 1910, foi nomeado administrador interino do concelho de Bailundo, P.P. nº 2, B.O. nº 3 de 15. Cargo pelo qual foi empossado no dia 04 de fevereiro do mesmo ano, B.O. nº 15 de 09 de abril.

Por ter ocupado provisoriamente, veio a ser exonerado do respetivo cargo em 20 de Janeiro de 1911, por P.P. nº 87, B.O. nº 3. Já em 1911, Por este motivo João Teixeira

¹⁸ Pinto, João Teixeira: *Ocupação Militar da Guiné, 1ª ed. Editora, Agencia geral das Colónias, 1936 Lisboa, pp. 8-1*

¹⁹ Arquivo Histórico Militar: *PT/Div/3/7/Cxº 1343- João Teixeira Pinto*

Perspetiva Histórica das Campanhas de João Teixeira Pinto e Abdul Indjay (1911-1915) na Guiné

João Teixeira Pinto foi transferido para Luanda onde viria fazer parte de corpo da polícia local em 23 de março, O.F.A nº 3.

Em Angola onde era natural, exerceu varias funções na sua área militar e algumas vezes administrativas. Já na Guiné nos primeiros anos da sua chegada, foi conduzido, a Chefe de Estado Maior da província pelo O.G, nº 121 de 24. Em 1913, exerceu o cargo de comandante de coluna para estabelecimento de postos militares de Mansoa e Oio no espaço entre 26 de março a 27 de junho, dai o seu tempo de serviço foi alargado a 100%. Motivo do alargamento do tempo de serviço tinha haver com as missões de pacificação de que era incumbido no território da Guiné. João Teixeira chega ao posto de Major por meio do Dec. de 10 março, O.E. nº 4 (2ªsérie) de 16.

Parte para Moçambique a fim de fazer parte das companhias Indígenas de Infantaria Expedicionárias na província do mesmo nome (Moçambique), em 15 de fevereiro. Em 15 de Março do mesmo ano, chega a Moçambique com 150% alargamento do seu tempo de serviço. Tudo indica que ele teria sido morto em combate na localidade de Nagomano (Moçambique) em 26 de Novembro de 1917, contra os Alemãs.

1.2 A chegada de Teixeira Pinto à Guiné -Portuguesa.

A fragilidade dos Portugueses²⁰ face à acção insurreta da população indígena, na Guiné, não era novidade para quem conhecesse a natureza espontânea da sua gente. Tornava-se pertinente o envio de João Teixeira Pinto para Guiné a pedido de ministro das colónias ao seu homólogo ministro da guerra, com um ordenado mensal de 186\$000 Reis. A situação na Guiné podia ser muito complicada para as autoridades portuguesas, se não houvesse uma alternativa possível.

“Os Pepéis²¹ da Ilha de Bissau entravam imponentemente, na residência do governador que também praticava comércio, humilhavam, zombavam dele e até tiravam-lhe o chapéu da cabeça e pilhavam a sua mercadoria.”²² Com a nomeação do novo governador da Guiné em 1911, Pedro Inácio Gouveia que através da sua iniciativa, comunica ao governo da metrópole a situação no terreno, sobretudo, nas zonas ainda controladas pelos Portugueses. Apesar de Portugal ter algum “apoio moral dos vizinhos Franceses do Senegal e Ingleses da Gâmbia,” não era suficiente para travar os Pepéis determinados a conquistar Bissau. Neste período temporal, a situação militar era tensa na Guiné, e Portugal²³ sentia-se humilhado pela sua própria colónia, sem necessidades.

Dai que se pode considerar que o recurso à contribuição do chefe de estado-maior João Teixeira Pinto, como um fator imperativo na remissão completa da desobediência e de tentativas das resistências do povo indígena face à soberania Portuguesa naquele território. Numa guerra nada favorável aos militares Portugueses no terreno, como se podia fazer crer, apesar das suas capacidades logísticas e militares. Carregado de ódio e de revolta contra a população indígena²⁴ devido às suas ações levadas a cabo contra as autoridades metrópole instituídas no território.

²⁰ Ver o ANEXO: O

²¹ Os Pepéis são indivíduos pertencentes a grupo étnico do mesmo nome, originários da Guiné-Bissau, e são principais habitantes de Bissau e da região de Biombo.

²² Idem: Pelissier, René: *História da Guiné Portuguesa e Africanos na Senegâmbia 1841-1936*, vol. II, editora Estampa 1989 Lisboa

²³ Arquivo Histórico Militar: *PT/Div/3/7/Cxº 1343- João Teixeira Pinto*

²⁴ Moutinho, Mário: *O Indígena no pensamento Colonial Português*. Ed. Universidade Lusófona, 2000 Lisboa, Pp10-12

Perspetiva Histórica das Campanhas de João Teixeira Pinto e Abdul Indjay (1911-1915) na Guiné

A sua ida à Guiné em 23 de Setembro de 1912 foi possível graças ao pedido da Direcção Geral das colónias com ofício nº 3114 enviado ao Ministro da Guerra, segundo o despacho de 13/Agosto /1912 nº 2508.²⁵

No entanto anunciada chegada do Teixeira Pinto, ao território da “Guiné-Portuguesa”, foi recebida com algum entusiasmo entre umas dezenas de militares brancos impotentes faces há tenazes e determinações indígenas²⁶.

As informações vindas da metrópole não deixavam ninguém indiferente quanto à personalidade do novo líder da “ pacificação da Guiné”, e pressupostos bem definidos, de fazer cumprir todas as tentativas falhadas anteriormente no âmbito da conquista do território indígena.

A chegada do “*Kurika*” à Guiné podia ser vista como um marco assinalável e de considerável importância para a metrópole, devido às grandes expectativas de triunfalismo revolucionário que a sua personalidade acartava. O mesmo não se podia considerar para com os indígenas. Para estes era uma fase preliminar das muitas tribulações que estavam por vir..

Por motivos que se prendem com o elevado grau de violência que se adivinhava no território, se tivermos em conta a sua ferocidade e determinação face à insubmissão dos indígenas as ordens coloniais. Muito embora a estratégia jogada por Teixeira Pinto no terreno, ocultava todas essas hipóteses pré-definidas.

Por outro lado, o governo Português através da “Direcção Geral das Colónias,” em reconhecimento dos erros estratégicos cometidos no passado, conforme atrás referi, viu-se obrigado alterar as suas iniciativas militares para com o território chamado Guiné - Portuguesa. Visando transformá-lo num espaço ultramarino pacificado para poder exercer uma plena autoridade sobre o povo autóctone.

Diga-se de passagem que as primeiras campanhas Portuguesas que antecederam as de Teixeira Pinto e *Abdul Indjay*, contra este mesmo grupo étnico, pecaram muito, ao velarem de forma imediata por uma falsa estratégia baseada em violências e saques

²⁵ Ver (Anexos A e B) -Arquivo Histórico Militar: *PT/Div/3/7/Cxº 1343- João Teixeira Pinto*

²⁶ Barreto, João: *História da Guiné 1418-1918*, ed. livraria Moraes 1938-Lisboa, Pp. 379-386

Perspetiva Histórica das Campanhas de João Teixeira Pinto e Abdul Indjay (1911-1915) na Guiné

contra os povos indígenas. Em vez de estudá-los socialmente e os seus territórios como aconteceu com Teixeira Pinto. Causando desta forma, o maior sentimento de revolta e de recurso a violência de ambas as partes, que de certa forma não conectava com qualquer perfil estratégico de uma guerra.

O que se pode considerar como o mau arranque desse processo, fazendo com que, o legado de Teixeira Pinto não se torne algo fácil, merecendo um cuidado redobrado porque, se compararmos as ações de saques efetuadas no terreno por Teixeira Pinto e *Abdul Indjay*, antes de iniciar a guerra propriamente dita, podemos concluir que, por terem optado por esta via, conseguiram os objetivos propostos. É nessa visão que para mudar o rumo do acontecimento, os novos pressupostos militares, foram traçados no terreno por Teixeira Pinto, com os seguintes critérios:

- estudar bem os indígenas da Guiné quanto aos seus comportamentos socioculturais;
- estudar minuciosamente o território e conhecer as pessoas de quem eram inimigos, passando por um funcionário de uma “casa comercial Francês” no território dos Indígenas;
- apostar mais na inclusão²⁷ dos auxiliares com pesos no contexto social, provenientes das fileiras do inimigo, como *Abdul Indjay*²⁸, e entre outros, a fim de conhecer de forma imaculada o perfil do inimigo a abater e do próprio teatro da guerra. A integração dos indígenas auxiliares²⁹ nas fileiras das tropas coloniais, proporcionaria um alívio orçamental para as metrópoles;
- desencadear uma ação de liquidação integral das chefias militares dos insurretos, consideradas pelas autoridades ultramarinas como fortes obstáculos à submissão das ordens impostas pela administração Portuguesa;

²⁷ A prática de inclusão dos cidadãos indígenas na guerra colonial foi utilizada pela primeira vez, pelos Portugueses em África, em relação as outras potências colonizadoras de origem Europeia.

²⁸ Pelissier; René: *História da Guiné Portuguesa e Africanos na Senegâmbia 1841-1936*, vol. II, editora Estampa 1989 Lisboa, p.145

²⁹ Os Colonialistas portugueses tiveram que recorrer as etnias Islamizadas especialmente os “Fulas,” visto que era uma etnia mais avançada em comparação as outros, pois, os “Fulas” estavam organizados num estado centralizado, com estruturas articuladas, enquanto as outras não.

- dividir o inimigo, para melhor poder pelejar pela conquista do território indígena e tornar fácil ação no teatro da guerra.

Sobre este assunto, o general chinês foi bastante prudente, sabendo que o inimigo unido dificilmente seria derrotado, para tal, “há que divide-lo. Em alguns casos, meteí cunhas entre o soberano e os soberanos e os seus ministros, noutros, separe – o dos seus aliados, provocando suspeita uns dos outros, se vão afastando e possais contra eles conspirar.”³⁰

Mais tarde a sua técnica viria a tornar-se um instrumento avassalador na conquista do território, já que possuía argumentos necessários para uma guerra da natureza subversiva³¹.

Daí que Teixeira Pinto como militar,³² diga-se de passagem, obedeceu a dois critérios estratégicos da guerra impostos pelo general Chinês *SunTzun*, que na sua consagrada obra “A arte da guerra” recomenda que:

“É necessário conhecer o inimigo e a si mesmo, e obterá a vitória sem qualquer perigo, conhecer o terreno e as condições da natureza, e será sempre vitorioso;

Porque se conhecer o inimigo e conhecer a si mesmo, não precisa de temer o resultado de cem batalhas. Se você se conhecer mas não conhece o inimigo, para cada vitória ganha sofrerá também uma derrota. Se não conhece nem o inimigo nem a si mesmo, perderá todas as batalhas.”³³

Foi direta ou indiretamente nessa filosofia que, o *Kurika* no teatro da guerra conseguiu a colaboração dos autóctones, e acionou-os a combaterem contra os seus próprios irmãos, que na sua maioria lutavam como já referi, sem princípios estratégicos comumente estabelecidos. Onde cada grupo seguia as orientações divinas dos seus deuses e dos seus respetivos régulos.

³⁰TZUN, *Sun: A Arte da Guerra; Ed. Publicação Europa América, Mem Martins 5ª Edição* 2007, pp. 51-52.

³¹ PINTO, Teixeira: *Ocupação Militar da Guiné, 1ª ed. Editora, Agência Geral das Colónias, 1936 Lisboa*, pp.19,105

³² Arquivo Histórico Militar: *PT/AHM/Div/3/Cxª 1343- João Teixeira Pinto, Lisboa*

³³ Ibidem: *TSUN; Sun.*

Perspetiva Histórica das Campanhas de João Teixeira Pinto e Abdul Indjay (1911-1915) na Guiné

O povo indígena era um povo que apostava mais nas suas tradições no ponto de vista espiritual e social. Esta prática era para eles uma adrenalina que os movia, dando-lhes coragem e certeza dos objetivos pretendidos.

Essa era, no entanto, uma das suas práticas habituais, focalizada na adoração aos seus entes ancestrais e, são eles segundo esses princípios, que os iluminam nas suas caminhadas para qualquer realização.

Já a última campanha contra os Pepéis na sua reta final, o chefe de Estado-Maior João Teixeira Pinto regressa à metrópole, no dia 24 de Novembro de 1914.

1.3 Ações de Represália

João Teixeira Pinto, o homem que chegou à Guiné carregado de espírito maquiavélico e de amor à pátria³⁴, soube aproveitar as vantagens que tinha ao seu favor, por ser um Africano, embora com raízes portuguesas.

Vasculhando o território inimigo, o líder «pacificador» com ajuda do seu auxiliar *Abdul Indjay* e os seus discípulos, começaram a pôr em prática as suas investidas no teatro da guerra, de forma um pouco aparte das anteriores estratégias utilizadas nas sucessivas ações militares, levadas a cabo na era dos administradores: Francisco António Marques Geraldes em 1886, Zacarias de Sousa Lage em 1891-1892, Graça Falcão em 1897 e Júdice Biker em 1902.³⁵

As intensas ações de represálias que transformou numa prática recorrente logo no momento da chegada de Teixeira Pinto à Guiné, com os seus auxiliares Africanos,³⁶ além de fazer aumentar a instabilidade e incursões no território, causou uma mudança incontornável no teatro da guerra. Mudança que nada abonava a favor das forças populares autóctones visto que Teixeira Pinto depois de ter usado as táticas que referi atrás, obteve informações apuradas sobre o inimigo, começando de forma objetiva e segura o método de ataque psicológico a fim de poder impor as suas ordens. Mas isso foi possível graças à inclusão dos auxiliares indígenas com grande referência na sociedade, como régulos Abdul Indjay, os “homens grande das Tabancas³⁷” desnorteados da realidade autóctones e instrumentalizados a servirem os invasores. Daí que se pode explicar toda a dureza da campanha de Teixeira Pinto e Abdul Indjay, por ser um período em que os cidadãos indígenas sofriam pela escravidão. Caso contrário, era fácil reparar por todo território da dita Guiné - Portuguesa os indivíduos insurretos

³⁴ Ver o Juramento no Anexo C:Arquivo Histórico Militar: *PT/Div/3/7/Cxº 1343- João Teixeira Pinto*

³⁵ Pelissier, René: *História da Guiné Portuguesa e Africanos na Senegâmbia 1841-1936, vol. II*, editora Estampa 1989 Lisboa, p.145

³⁶ O recrutamento dos militares negros na guerra da resistência na Guiné tinha o seu objetivo racial, a saber: os nativos eram recrutados para se servirem de espécies de escudos humanos, para proteção dos tropas brancos.

³⁷ São homens em cima de tudo, com idades avançadas e muito respeitados pelos habitantes devido às suas experiências adquiridas ao longo das suas vidas, muitas vezes são consultados e as suas decisões tornam determinantes para resolução de um diferendo.

Perspetiva Histórica das Campanhas de João Teixeira Pinto e Abdul Indjay (1911-1915) na Guiné

torturados psicologicamente pelos cipaio, que através dos anúncios retóricos carregados de tons ameaçadores e impetuosos mostravam as suas valentias. Os indígenas na Guiné - Portuguesa, quase possessos por essa ação violenta dos “Cipaio,”³⁸ em serviço dos forasteiros, eram obrigados a trabalhar nas limpezas daquelas matas densas e tórridas da Guiné. Isso quando os militares Portugueses desejavam improvisar uma estrada que promettesse a deslocação em colunas e em segurança, prevenindo os eventuais ataques surpresos dos inimigos.

As ações de caças de perseguições que haviam sido praticadas no arranque da campanha da dupla Teixeira Pinto e *Abdul Indjay* estavam entregues aos cipaio, recrutados com estatutos semelhantes a dos seus irmãos autóctones. Os cipaio, apesar de tudo, tinham sido defensores da causa dos seus territórios. Mas por terem infiltração inimiga nos seus seios, algumas figuras proeminentes da sua sociedade, foram bem instrumentalizadas, e alienaram as suas consciências patrióticas pondo-se ao serviço do inimigo e, traindo os seus próprios desígnios. Neste período, alguns régulos que submeteram a soberania colonial serviram os invasores em detrimento dos interesses dos seus territórios.

³⁸ O termo Cipaio era usado na Guiné-portuguesa pelas autoridades coloniais, para designar soldados de cavalarias.

Disponível em: <http://www.priberam.pt/dlpo/default.aspx?pal=cipaio> (Consultado em 27/04/13)

ABDUL INDJAY, HISTÓRIA DE UM MERCENÁRIO.

1.4 Abdul Indjay



Abdul Indjay

Nasc.1860 ou 1865...

Fonte: Boletim Cultural da Guiné Portuguesa, Volume IV, nº 13, 1949

Para o enriquecimento deste trabalho interessa-nos informar quem foi a figura de *Abdul Indjay*, a sua génese, os seus percursos na vida, o que o fez passar de anónimo para co-protagonista deste infeliz acontecimento militar que dizimou inúmeras populações indígenas da chamada Guiné - Portuguesa, ao desempenhar o papel de aliado. Como foi capaz de se aliar aos Portugueses, nestas campanhas, contra a revolta dos seus súbditos, ele que chegou a assumir o papel de “*Regulado*” e que acima de tudo, foi uma figura de matriz indígena.

E tanto quanto se sabe pela história, o povo autóctone não permitia acesso ao seu território as pessoas das outras etnias quanto mais a usurpação do mesmo por estranhos. Por ser dada tradicionalmente a rédea do chefe étnico, dividindo a autenticidade entre este e os seus súbditos, construindo por isso uma simbiose do poder tradicional instrumentalizado.

O multifacetado cidadão *Abdul Indjay*, conhecido por “amigo *Abdul Indjay*”, entre os Portugueses, pela sua fidelidade ao Chefe de Estado-Maior João Teixeira Pinto.

Tinha matriz Senegalesa de etnia wolóf,³⁹ nascido e crescido no *village* (Aldeia) de “*Salum*” província de *Kaolack*.

Uma alcunha algo estratégica, por parte dos Portugueses para melhor o seduzir e prometer uma proximidade afetiva face ao seu aliado, que tinha algum protagonismo perante as comunidades indígenas de quase todas as zonas do litoral da chamada Guiné-Portuguesa, pelo enorme respeito que gozava. Mas mesmo atendendo à sua qualidade miliciana, os Portugueses que até outrora lhe reservavam algum respeito e amizade não se interessavam em procurar saber a verdadeira data da sua vinda ao nosso mundo. Resumindo, numa incerteza, esta data deverá situar-se entre 1860 e 1865.

O também forasteiro dos territórios dos indígenas da chamada Guiné Portuguesa, *Abdul Indjay*, era pela natureza possuidor de uma veia lutadora, capaz de ultrapassar as partidas que a vida lhe possa pregar. Uma faceta que o tornava diferente, sobretudo da sua classe social.

Com estas qualidades, viveu circunstâncias de vitórias e de amarguras na sua vida, que nos seus primórdios tempos, sobrevivia através das receitas resultantes do comércio⁴⁰ informal ainda no seu topónimo *Kaolack* no Senegal, sua terra natal, tendo como produtos de eleições: couros dos animais que muitas vezes eram oferecidos pelos caçadores tradicionais, pela sua empatia que criava facilmente no seio deste, tecidos tradicionais de origens vegetais de uso obrigatório nas cerimónias tradicionais entre populações indígenas sem exceção. Ainda a par desta profissão, por incrível que possa parecer, o polivalente indígena *Abdul Indjay* dedicava-se à venda de escravos.

Foi nesta difícil batalha pela vida que teve que experimentar todas vicissitudes do carácter humano, e que conseguiu escapar de uma panóplia de planos para o caçar, ainda em *Kaolack*, face à insatisfação de pagamento de um empréstimo informalmente contraído por um dos seus colegas com quem praticava intercâmbio dos produtos adquiridos. Conseguindo uma fugaz partida para a região sul do Senegal, concretamente

³⁹ O Wolóf no Senegal é o resultado de uma mistura de vários grupos étnicos e por outro lado, é considerado dos mais numerosos do País. Também é o nome dado a língua nacional do mesmo nome.

⁴⁰ Como comerciante, os seus maiores gastos verificavam-se em mulheres bonitas, pois gostava de ostentar grandeza em cobiça-las, quiçá poderá ser o facto de nunca conseguir angariar qualquer riqueza embora tenha toda possibilidades para tal...

*Ziguinchor*⁴¹, evitando um possível espancamento brutal em forma de repreensão pelo seu credor, o que além de o fazer perder a sua autenticidade pública poderia levá-lo a uma condenação à morte pela ordenação do regulado. A prática desta natureza era considerada no meio dos indígenas inadmissível devido à desonra que causa a uma determinada comunidade face a outra.

Já em Casamansa, a região fronteiriça com a então Guiné - Portuguesa, acompanhado da esposa que também era da sua etnia⁴² *wolóf*, sem conhecimento prévio do território, conseguiu rapidamente ganhar a simpatia dos Franceses, tornando-se estivador no porto, um trabalho que era conciliado com as atividades pesqueiras, tudo isto para garantir a sua auto-suficiência alimentar e também a da sua mulher.

A sua chegada ao território guineense (já farto da dura vida que levava em Casamansa), foi algo estratégico, pois além do seu fatigante emprego da estiva, “aproveitava para atravessar a fronteira e vender o peixe seco, junto da população Manjacos de Cacheu e de Cabuiana”⁴³ Assim descobriu que a vida que levava lá do outro lado não se comparava com aquela que a população local vive. Entretanto começou a construir fortes amizades entre os populares, vendia o seu produto ao preço de saldo, cativando todos com contos tradicionais⁴⁴.

Este comportamento estratégico fez com que fosse considerado perante os “homens grandes” da Tabanca (Aldeia) um indivíduo afável com alguma autenticidade. Tendo estas características, surgiu o convite para poder fazer parte das suas

⁴¹ A sua viagem para Ziguinchor foi feita pela passagem por capital Dakar, onde foi atestar a sua fé, através dos “mouros” (marabus) por meio de uma breve consulta espiritual, antes de seguir. Isso segundo a lógica da sua fé para saber de antemão o qual seria a sorte que o destino lhe reservava nessa aventura.

⁴² Genericamente a Etnia, segundo Carlos Lopes é definida como: Uma entidade, caracterizada por uma mesma língua, uma mesma tradição cultural e históricas, pela ocupação de um mesmo território, por uma mesma religião e sobretudo pela consciência coletiva de pertença a essa comunidade. (Idem: Carlos Lopes: Etnia, Estado e Relações de Poder na Guiné-Bissau; ed. 70 Lisboa 2001).

⁴³ Disponível em: www.coisasdaguine.pt (consultado em 20 /03/13).

⁴⁴ Por outro lado não existem elementos fortes que possam levar a crer que o forasteiro Abdul Indjay conheceu o território da Guiné - Portuguesa por conselhos dos “Marabus” durante a sua última deslocação à Dakar, apesar de terem desempenhados esse papel em circunstâncias adversas durante o seu percurso aventureira ainda no Senegal.

convivências caso o entendesse. Tendo essa permissão, Abdul Indjay, transfere-se para Guiné junto da população Manjacos, com enorme simpatia de todos, e foi levado num ambiente de festejo à presença do chefe máximo dos tabancas dos Manjacos o “Regulo” o único capaz de ordenar as boas vindas a qualquer forasteiro dentro do seu território.

Gozando deste prestígio exacerbado por parte do “Regulo” e dos populares, passando escassos momentos, começou a fazer valer o seu instinto pessoal, ao ponto de garanti-lo ser um grande “djambacus” feiticeira (o) capaz de curar doenças por mais incríveis que pudessem ser e, dar sorte a quem padeça delas.

Ironia do destino, ou a tática do mau pagador, isso aconteceu no período em que o Abdul Indjay tinha conhecimento perfeito das necessidades emocionais do “Regulo de Pelundo” que tinha a esposa enferma e a necessitar de uma cura urgente, e pelo sim pelo não precisava de uma Bombarda conhecida por “upétcha,⁴⁵” na língua local. Um instrumento indispensável na etnia Manjaco quer para anunciar a morte de uma pessoa com prestígio na povoação, ou no ato de “toca choro.”⁴⁶ Como podia vir acontecer com a esposa em caso da morte.

Compromete-se com o “Regulo” a tratar da saúde da esposa e arranjar-lhe o tal precioso instrumento, que serviria ao “Regulo” de garantia para qualquer eventualidade. Tudo em troca de uma contrapartida muito satisfatória para o Indjay, tarefa nada fácil para cumprir, mas para um calculista, há sempre solução e resolveu ir para a povoação vizinha de Caliquesse chão de Manjacos saquear o tal material, na casa de um “homem grande”.

Quando este deu por falta do seu precioso objeto, soou alarme em toda tabanca, convicto que ninguém podia ter praticado tal ato se não o hóspede da povoação, o *Abdul Indjay*. Tendo em conta que era de conhecimento prévio que qualquer filho da etnia Manjacos que “Upétcha” não é uma peça ou algo que se pode atrever roubar pois,

⁴⁵ É uma peça cujo tamanho pode atingir 8kg de peso, muito indispensável nas cerimónias de “toca choro” ou no anúncio da morte das pessoas notáveis dentro das aldeias, segundo as tradições étnicas dos Manjacos na Guiné. O soar de um Ton agudo e ensurdecador comparável de obuses, revela o poderio e importância da pessoa em causa, numa aldeia ou tabanca.

⁴⁶ O termo usado em crioulo da Guiné para demonstrar expressão dos sentimentos fúnebres de um ente falecido, e também de render a sua honrosa homenagem perante a comunidade. Essa prática verifica-se nas etnias em que as religiões são “Animista e Católico.

poderia causar infortúnio para toda a vida da pessoa em causa, passando para os seus progenitores, segundo rezam as tradições, além disso entre os indígenas, um saqueador é tido como um inimigo comum, merecedor de severas punições.

Foi o que aconteceu a *Abdul Indjay* quando foi encontrado com o material sob seu poder, sem ter cumprido a promessa da cura da esposa do “Regulo” viria a ser preso, veementemente espancado e queimado pelos populares com ferros ardentes por ordem do “Regulo” dos Manjacos que depois o mandou expulsar da povoação.

E assim ficou provado entre os manjacos que afinal, o homem de quem se gabava ter índole merecedora de algum louvor e prestígio não passava de um puro salteador com algum poder tático de ludibriar os seus semelhantes.

Sempre com as suas vicissitudes, parte para uma nova aventura para “chão de Fulas” em Gabu, repleto de ódio e rancor dos Manjacos pelo que lhe sucedeu, jurando vingança. Em Gabu, angariou rapidamente amigos fulas, pastores de gados, “passando algum tempo na região de Bafatá, passou a ser conhecido como comerciante de gados provenientes de Gabu, e conciliava isso com a liderança de grupos de “Gangues”⁴⁷ que saqueavam vacas em Farim ao seu mando.

A sua passagem por Farim região de Oio,⁴⁸ marcava o apogeu das suas aventuras que o levou a realizar périplo ao litoral Guineense, porque viria a assumir o regulado da povoação de Cuór, o cargo mais alto da Tabanca.

João Teixeira Pinto na sua visita de espionagem a Bafatá em Novembro de 1912, citando René Pelissier, ali travou conhecimento com o administrador Vasco de Sousa Calvet de Magalhães, que lhe prometeu o seu concurso em auxiliares fulas com o Regulo do Cuor, Abdul Indjay e os seus homens, que lhe davam uma boa impressão.⁴⁹ Nesse aspeto, pode-se reconhecer que o chefe de estado-maior João Teixeira Pinto, era um especialista nato, em reconhecimentos das qualidades guerreiras dos indígenas, e as suas capacidades de dizer sim senhor ou não senhor! As duas primeiras foram rapidamente reconhecidas em *Abdul Indjay* e aos seus vassallos, para enfrentar os

⁴⁷ Disponível em www.coisasdaguine.pt (consultado em 15 /03/13).

⁴⁸ Da, Silva Loureiro António: Tributo de Sangue, ed. Agência nacional ultramarina, 1ª Edição 1934 Lisboa, Pp. 52-111

⁴⁹ Pelissier, René: *História da Guiné Portuguesa e Africanos na Senegâmbia 1841-1936, vol. II*, editora Estampa 1989 Lisboa, p.145

Perspetiva Histórica das Campanhas de João Teixeira Pinto e Abdul Indjay (1911-1915) na Guiné

irregulares do território guineense. Só que as referidas qualidades eram algo enganadoras para quem no caso dos Portugueses, especialmente Teixeira Pinto, que tanto confiava neste valioso auxiliar, pelo seu empenho em prol do desígnio colonial.⁵⁰

Segundo o que se pode apurar no documento consultado no “Arquivo Histórico Ultramarino,” com a referência “D.G.C-5ª REP-1911” determina que, no período subsequente as campanhas de João Teixeira Pinto, *Abdul Indjay*⁵¹ apoderou-se de todas as armas que lhe foram confiadas. E por outro lado, a autoridade colonial que deu por terminadas as campanhas, e com Teixeira Pinto de regresso a Angola. Mas, por incrível que pareça, *Abdul Indjay*⁵² continuava as práticas de chacinas, saques e destruição dos habitantes indígenas⁵³.

Como se não bastasse, autoproclamou-se cobrador de impostos, de palhota e o dinheiro proveniente dessas cobranças nunca chegava de entrar nos cofres da administração Portuguesa, se não no seu bolso⁵⁴. E assim transformou-se para as autoridades Portuguesas de um honroso amigo a inimigo e usurpador das coisas públicas. Foi uma dessas práticas traiçoeiras que lhe valeu uma pena agravada, e que o conduziu à “prisão de Tarrafal” em Cabo-Verde e de passagem para os Açores. A partir daí desapareceu para sempre na lenda dos mais honrados heróis que lutaram contra as resistências coloniais em África.

⁵⁰ Disponível em www.coisasdaguine.pt (consultado em 20/03/13).

⁵¹ Ainda sobre Abdul Indjay, soube-se que ele tinha um filho conhecido por *Bacary Suncaro* que tudo indica, morreu num ataque dos Portugueses contra os indígenas de Oio. Atingido por uma bala inimiga num dos ouvidos. Sobre o filho ele era um pouco semelhante ao pai em termo de coragem e determinação, o que lhe custou a vida, quando foi ferido em vez de abandonar a coluna de que liderava para ir receber o socorro hospitalar, temeu que os seus súbditos fulas pudessem vir abandonar a coluna e porem-se em fuga. (da Silva, Loureiro António: *Tributo de Sangue*; edições da 1ª Exposição Colonial Portuguesa 1934 Lisboa p 62).

⁵² Barreto, João: *História da Guiné 1418-1918, 1ª ed. Editora. Livraria Moraes 1938 Lisboa, pp. 393-398*

⁵³ Arquivo Histórico Ultramarino pasta: 1908-1910 ACL_SEMU_D.G.U_RM; 4ª REP. Cx. nº 10.

⁵⁴ Arquivo Histórico Ultramarino pasta: 1911-1915 ACL_MU_DGC_RM; 5ª REP. Cxª 11.

1.5 A Liga Guineense.

Aproximava-se a passos largos ao arranque daquilo que viria ser o mais sangrento acontecimento da história militar na Guiné, conhecido na literatura por historiógrafos portugueses como “campanha de pacificação.” Liderada por aquele que viria a ser chefe de estado-maior do território, João Teixeira Pinto e os seus fiéis indígenas dos quais se podia destacar o Senegalês *Abdul Indjay*.⁵⁵

Estabelecido em pleno século XX, concretamente em dezembro de 1910 em Bissau, dois meses depois da revolução republicana desencadeada em 5 de outubro do mesmo ano, em Portugal. A partir desta data, como era hábito na metrópole, no que concerne à política ultramarina, os republicanos não chegaram a pôr em prática, no território os ideais de matrizes liberais dos quais eram defensores, acabando por ficar em papel os seus manifestos a favor de igualdade de direitos entre província ultramarina e metrópole.

Por outro lado, a “Liga Guineense” era uma associação de matriz escolar, e educativa e, restrita aos chamados “indígenas não civilizados” que até estava mais focalizada na formação académica dos seus membros, criando as instituições escolares. Isto para poder adotar mecanismos eficazes para a promoção dos seus membros no mercado de emprego, evitando também serem confundidos com os ditos “não civilizados.” Considerados pela administração colonial como “grumetes,” os membros da liga eram obcecados por prestígios sociais, igualdade de direito com os europeus, nem que tivessem que alterar a sua identidade Africana.⁵⁶

E como se não bastasse, antes da campanha de Teixeira Pinto,⁵⁷ os associados desta agremiação ofereciam-se na guerra contra os seus irmãos indígenas, que resistiam à invasão Portuguesa e às suas duras leis a que eram submetidos em diferentes regiões da Guiné. Os membros da liga, vistos outrora pelos portugueses como aliados e

⁵⁵Pelissier, René: *História da Guiné Portuguesa e Africanos na Senegâmbia 1841-1936, vol. II* Vol. II, editora Estampa 1989 Lisboa, p.77

⁵⁶ Mouro, Frédéric: *A Expansão Europeia; Ed. Estampa*, Lisboa 1988. Pp 160 -161.

⁵⁷ Arquivo Histórico de Ultramarino pasta: 1911-1915 ACL_MU_DGC_RM; 5ª REP. Cxª nº 11.

intérpretes devido às suas características de civilizados, eram atribuídos pelos opressores com pressupostos óbvios: de os restringir das suas “práticas consuetudinárias.”⁵⁸ De salientar que a liga e os seus agremiados tinham um perfil que viria a reforçar aquilo que seria o desígnio da metrópole no início da dita pacificação da Guiné, baseada na criação de uma dicotomia entre os nativos, onde possa reinar o ódio e traição no seu seio, a fim de torná-los fragilizados para melhor subjugar.

Foi nessa lógica, diga-se de passagem, que a liga se transformou de agremiação escolar numa organização de cariz político partidário, ao serviço dos republicanos no território. Formada maioritariamente por individualidades cujos estatutos de cidadania estavam reconhecidos pela metrópole, mas na verdade, os grumetes (como eram conhecidos) nunca tiveram um pleno reconhecimento do governo colonial, como um verdadeiro aliado, sobretudo com o advento de João Teixeira Pinto em 1912. Longe estavam de pensar que um dia viriam a ser postos de lado pelos Portugueses, muito menos uma figura que nem tão pouco viveu as hostilidades criadas pelos indígenas, por não reconhecimento da soberania Portuguesa no território.⁵⁹

A longa experiência de Teixeira Pinto nas campanhas contra os indígenas em África foi determinante nesse processo, pois concluiu que os grumetes não passavam de um bando de egoístas que ludibriavam a quem tivesse domínio sobre eles e tirando proveito de quem pudesse ter alguma empatia para com eles. Pois eram senhores e donos do resto da população indígena na qual escamoteavam as finanças Portuguesas através das cobranças de impostos de palhotas de forma indevidas. A liga guineense contribuiu também na exoneração do José de Oliveira Duque como administrador da Guiné por intrigas e calúnias, além das frequentes contendas com Teixeira Pinto o “pacificador.”

As relações dos membros da “liga guineense” com as autoridades administrativas da dita Guiné-Portuguesa começaram a azedar quando estes repudiavam

⁵⁸ Djaló; Tchernó: *o Mestiço e o Poder- Ed Nova Vega, Lisboa 2013 Pp. 252.*

⁵⁹ João Teixeira Pinto sabia que a guerra da Ilha de Bissau não iria resumir somente contra os «Pepéis» mais vai incluir os «grumetes». Pois considera os grumetes, como sendo irmãos dos «Pepéis» e não querem vê-los humilhados pelos militares Portugueses.

os ataques de João Teixeira Pinto aos “Pepéis de Bissau,” com alegações de que o cerco a esse lugar seria por motivos de prejuízos no comércio.

Isso não impediu que o implacável João Teixeira e o seu aliado *Abdul Indjay* dessem início a uma guerra sem trégua contra os “Papéis incluindo os próprios Grumetes de Bissau.”

A razão dessa alegação prendia-se pelas maiorias dos grumetes serem profissionais do comércio, e Bissau era o maior centro de comércio do território, pelo que as suas ações reivindicativas não justificavam uma defesa dos interesses dos seus irmãos indígenas, mas, sim preservarem os seus objetivos pessoais.⁶⁰

Por outro lado, a “Liga Guineense” além de possuir esta característica, representava uma negação do caráter nacionalista dos seus membros no seio da comunidade indígena, pautada por uma postura que os conduzia à perda de identidade africana.

Daí que se pode concluir que esta organização era uma instituição sem identidade e sem rumo para um futuro que podia ser sustentável para os seus membros, mesmo sabendo que o ambiente vivido era de grande hostilidade e de incerteza para as partes.

⁶⁰ Serrão, Joaquim Veríssimo: *História de Portugal – Volume XI*, Ed. Verbo 1989 Lisboa, pp. 360-361.

1.6 Instituição da Política de Indígena

O conceito “política de indígena” foi genericamente um ato definido na estratégia de administração colonial portuguesa, como forma de estruturar os sistemas de controlo de submissão dos cidadãos autóctones face ao poder instituído num desses países.⁶¹ Com efeito, a constituição de 1911, por iniciativa dos “Republicanos foi criado o Ministério das Colónias,” que visava coordenar todas as políticas administrativas ultramarinas sobretudo na Guiné, Angola e Moçambique, com vista pôr cobro a qualquer situação de insurreição contra a lei civilizacional instituída por estado colonial.⁶²

Nesse novo processo, não se podia esperar grandes alterações, para começar, houve a continuidade do seu título V porventura, o que mudou foi o seu grau de ambiguidade normativa e quanto sua legitimação. Como podemos ler segundo esta lei e, que transcrevemos alguns trechos recomendados no seu único (artigo 67º), que determinava nas suas resoluções que: “na administração ultramarina predominará o regime da colonização, com leis especiais adequadas ao estado da civilização, de cada uma delas.”⁶³ Uma norma que viria ser reforçada na “Lei orgânica de administração das províncias ultramarina” nº 277 15 de Agosto de 1914,”⁶⁴ por conter o mesmo teor regulamentar.⁶⁵

O que é o mesmo que dizer que ainda segundo essa norma, os mesmos preceitos seriam feitos especificamente de forma ajustada ao grau civilizacional de cada território sob dominação portuguesa, e aplicada de acordo com a lei local⁶⁶.

⁶¹ Arquivo Histórico de Ultramarino pasta: 1911-1915 ACL_MU_DGC_RM; 5ª REP. Cx^a 11

⁶² Disponível em www.tripov.com (Consultado em 7/02/13).

⁶³ Idem. Caetano, Marcelo: *Constituição Portuguesa 1951*, 1ª Ed. Agência Geral das Colónias, p.26

⁶⁴ Idem: Cunha, J. M. Silva: *Questões ultramarinas Internacionais – 13ª. Edição Ed: Ática-Lisboa*. 1973 P.106

⁶⁶ Cunha, J. M. Silva, pp. 131-132

Perspetiva Histórica das Campanhas de João Teixeira Pinto e Abdul Indjay (1911-1915) na Guiné

A nosso ver a política dos republicanos deixava os indígenas desprovidos por completo de qualquer proteção, privilegiando os administradores coloniais nas leis, que por vezes ultrapassam capacidades humanas, aquando da sua sujeição. A relatividade dessa lei também nos dá uma visão bem clara que, o desígnio de metrópole não passava de uma estratégia bem estruturada, para com a população indígena Guineense, baseada nas chantagens e retóricas hostis, sobretudo contra os considerados dissidentes.

Por outro lado, essa política revelava a força de um poder supremo do dominador face aos seus vassallos, assente naquilo que já vinha ser segundo prática corrente, como pressupostos de atenuar insurreições persistentes ao longo das décadas, optando por medidas de represálias. Só que isso não trás nada de inovador nesse processo, pelo contrário, veio preconizar mais revoltas por parte dos indígenas determinados embora limitados no ponto de vista estratégicos.

Nesse sentido, o ímpeto da política indígena levada a cabo por todo o território da Guiné-Portuguesa (sobretudo no prelúdio da campanha de Teixeira Pinto e o seu auxiliar Abdul Indjay) não beneficiou nem de perto nem de longe, a metrópole⁶⁷.

Pelo contrário, fez evoluir o clima de ódio e de vingança já existente entre as partes, e fez crescer também a violência de forma incontornável por todo o espaço territorial dos indígenas, onde, em certos casos, eram já proibidas as práticas consuetudinárias.

⁶⁷ Barreto, João: *História da Guiné 1418-1918*, 1ª ed. Editora. Livraria Moraes 1938 Lisboa, pp. 355-360

1.7 Quem podia transitar de Indígena para Assimilado?

Atribuição dos conceitos “indígena” e “Assimilado ” aos nativos das colónias portuguesas em África como a Guiné, Angola e Moçambique, tinha uma base de natureza essencialmente racial, e de segregação social no meio das comunidades autóctones. Uma prática que visava menosprezar a qualidade civilizacional negra⁶⁸ e da sua origem social, fazendo valer assim, a prepotência racial do colonizador face aos seus colonizados. No quadro dessa política, podemos encontrar três categorias sociais de pessoas no interior do território: cidadãos indígenas, cidadãos Brancos e Assimilados⁶⁹.

Dentro desse triângulo social, encontramos como mais penalizado de todos, o cidadão indígena, cujo estatuto revelava ser o mais desprezível pelas autoridades coloniais, quer no aspeto da política social, como proteção judicial, o respeito pelos seus valores morais assim como restrições nos direitos de liberdades e garantias como cidadãos e, muitas outras proteções básicas que primam pelos direitos do humano como tal.

Por outro lado, a exclusão dos indígenas no exercício dos direitos políticos, no qual podiam exprimir os seus sentidos de cidadania, de igual modo que os outros cidadãos Guineenses, referimo-nos, os assimilados ou próprios portugueses residentes no território da dita Guiné - Portuguesa. Sabendo que compartilhavam um mesmo território e uma mesma administração. Diga-se de passagem que, essa disparidade de critérios, não deixava de ser uma das manobras estratégicas do colonialista Português para melhor impor a sua prepotência avassaladora face aos irregulares. Aliás como se não bastasse, para escapar à segregação social, e poder ter acesso à igualdade de direito civil entre outras, o indivíduo deve requerer um estatuto de “não indígena” que teria que

⁶⁸ Mota, Teixeira. A. da: Guiné - Portuguesa, Edição vol. I, Editora Agencia Geral do Ultramarina, 1954 Lisboa, p.103

⁶⁹ Dias, Belchior Manuel: *Compreendamos os Negros*; Ed. Agência Geral das Colónias Lisboa 1951. Pp. 98-103

ser atribuída por governo (isso no caso da Guiné) de acordo com (o artigo 3º-) do diploma da legislação em vigor⁷⁰.

Essa possibilidade, genericamente abrangia todas as colónias portuguesas em África, embora as regras normativas diferem de território em território de acordo com legislação imposta no sentido de fazer o negro renunciar aos seus hábitos culturais.⁷¹ Nesse sentido, só alcançava a categoria de “Assimilado” o individuo que possuía aptidão séria do ponto de vista “Civilizacional⁷²” para a sua integração na cultura Portuguesa. Para tal, teria que reunir previamente as seguintes condições:

- saber falar, ler e escrever perfeitamente a língua Portuguesa;
- ser detentor de bens ou exercer uma profissão liberal ou artesanal que garante valor às suas necessidades e às da família;
- ser detentor de um certificado de boa vida e costumes e renunciar às práticas consuetudinárias do seu grupo de origem;
- ter cumprido os serviços militares obrigatórios;
- ter exercido uma atividade de carácter pública com um salário e ter a escolaridade mínima exigida;
- ser um comerciante inscrito nos termos dos artigos 18 do código comercial;
- ser proprietário de um estabelecimento industrial;
- ser originário de um dos territórios Portugueses onde não existe o regime de indigenato.⁷³

Porém, as consequentes alterações dos regimes em Portugal, veio alterar um pouco mais tarde, essa situação, quando o território estava quase 90% pacificado graças a vigência da política do “Ato Colonial”, instaurado pelo Estado Novo em 1930⁷⁴.

⁷⁰ Cunha, J. M. Silva: *Questões ultramarinas Internacionais – 13ª. Edição Ed: Ática- Lisboa.* 1973, pp. 69-74

⁷¹ Para uns todo esforço para fazer sair o indígena da preguiça em que em geral vive, por mais bem-intencionado, dirigido e cuidadoso que esse esforço seja, é logo censurado com tenaz energia, sob pretexto de que se procura impor ao indígena trabalhos forçados, quando não se lhe atribui o propósito de favorecer a escravatura.

⁷² Idem: Djaló, Tchernó: *O Mestiço e o Poder*, p.191

⁷³ Ibidem: p.191

1.8 A Política de Assimilação.

A política de assimilação foi conceito criado pelo regime liberal no seu manifesto de 1820, inspirados nos ideais da revolução Francesa do século XVIII, apesar de traduzida num sentimento efémero do colonialismo português, face ao povo indígena Africano, em particular da Guiné, Moçambique, Angola e Timor Leste na Ásia. O objetivos dos vintistas de conduzir uma boa política de assimilação, apelidada “uniformização das administrações metropolitanas e colonial,” que visava garantir igualdade de critérios nas aplicações das leis, nos apoios sociais, acessos à justiça e no direito a participação nos atos políticos para todos. Poderia ser, quiçá, como se pode compreender, uma melhor estratégia para evitar as revoltas dos indígenas. Embora os pressupostos dos colonos portugueses, não alinhavam nesse sentido liberal, mas, de tudo o que era oposto à doutrina liberal. Com objetivos supremos de uma busca de meios para alcançarem os seus fins.

Os Setembristas que até eram grandes admiradores e herdeiros dos vintistas, mesmo assim, demarcaram-se desses preceitos, quando assumiram governo, alegando falta de experiência política por parte dos legisladores liberais. Até porque era muito incómodo para as políticas portuguesas nas colónias, sobretudo para fazer valer as suas capacidades avassaladoras face a um povo compreensivelmente inferior em muitos aspetos.

Por outro lado, anteriores tentativas de mudanças das legislações não passavam de questões meramente teóricas, visto que em prática, nenhuma dessas leis chegaram a beneficiar os indígenas Guineenses.

Pelo contrário, a Campanha de João Teixeira Pinto e Abdul Indjay na Guiné, que até coincidiu com os primeiros anos de ascensão dos republicanos ao poder em Portugal, e que até criou muitas expectativas no seio da comunidade. A verdade é que as maiorias esperavam por fim à política severa que até esse período existia. Mas as mudanças dos republicanos não trouxeram nada de novo nessa matéria, em relação aquela que foi levada a cabo posteriormente. Quando os republicanos tendencialmente propõem abandonar a antiga política de agressividade contra o povo indígena, para

⁷⁴ Caetano, Marcelo: *Constituição Portuguesa 1951, 1ª ed.* editora, Agência Geral das Colónias, Lisboa, P.118.

implementar uma nova legislação que visava privilegiar a igualdade entre os povos autóctones considerados “não civilizados” e os ditos “civilizados”.

Mas por fim viria a acontecer o absurdo para os guineenses, quando os republicanos deram continuidade à política cruel baseada em castigos corporais, trabalhos forçados, violações de direitos dos indígenas como cidadão e entre outras.

E como se não bastasse, para os republicanos, um cidadão indígena considerado por eles “não civilizado” só poderia mudar de estatuto se o indivíduo em causa adquirisse a cultura civilizacional europeia, passaria a integrar-se como cidadão Português. Ainda de acordo com esta norma, o cidadão nesta condição passaria por um processo de transformação paulatina, até atingir o nível de valor civilização considerado aceitável. Se conseguisse alcançar esse patamar, passaria a possuir uma prerrogativa idêntica à dos cidadãos Portugueses, no que diz respeito aos reconhecimentos dos seus direitos totais como tal. A Administração colonial neste processo, desempenhava um papel duples, ao obrigar os indígenas a renunciarem aos seus valores culturais e morais, herdados dos seus entes ancestrais, para adotar uma cultura e modos de ser que não lhes identificavam como tais. Além disso, era uma ideia demasiado hipócrita, que o próprio colonialista Português não admitiria em condições inversas, diga-se de passagem.⁷⁵ Mas compreende-se que apesar de tudo, as autoridades Portuguesas pretendiam a tudo custo, impor a sua soberania a um povo que considerava ser seu vassalo. Até que em 30 de julho de 1912, publicou um regulamento que visava restringir a venda livre das armas e pólvoras por parte dos comerciantes ao povo indígena na Guiné.

Com efeito as autoridades coloniais consideravam essa prática bastante prejudicial para as ações pacificadoras que estavam em curso no território, contra os irregulares que na base desta política, tinham acesso a armas por intermédio dos traficantes que circulavam no interior do país vindos das outras fronteiras. Muitos colonos consideravam como sendo uma política errada, da era da governação de Administrador Carlos Pereira, que depois da publicação do referido regulamento em Lisboa, regressa a Guiné após uma ausência de três meses na metrópole.⁷⁶

⁷⁵Elikia M´Bokolo: *África Negra - História e Civilização do século XIX aos nossos tempos 2º volume*; ed. Colibri, 2007 Lisboa; pp. 371-388.

⁷⁶ Arquivo Histórico Ultramarino: 1911-1915 ACL_MU_DGC_RM; 5ª REP. Cx. nº 11.

1.9. Imposto de Palhota.

Aplicação da lei de impostos das palhotas⁷⁷ por parte da administração Portuguesa na Guiné, não só era um método exploratório, mas tinha vertentes mais transversais do que se podia julgar.⁷⁸ Os propósitos coloniais, regiam numa estratégia bem delineada, que visavam expandir as suas capacidades hegemónicas⁷⁹ em todo o território, afim de:

- destruir por completo as estruturas administrativas montadas pelo poder tradicional aí instalado;
- destruir as normas dogmáticas dos hábitos consuetudinários prevalecente entre o povo indígena;
- Implantar uma norma hegemónica, capaz de permitir um controlo absoluto do território e assim para garantir uma plena soberania Portuguesa.

Este tipo de imposto⁸⁰ foi implantado na Guiné, segundo o decreto de 21 /de / Novembro/ 1903⁸¹ pelo governador Sorvera Martins, e era considerado mais barato em relação aos impostos sobre álcool. Que tinha como método fazer com que os consumidores pudessem diminuir os seus consumos exacerbados, e evitando assim os ataques espontâneos dos indígenas face às repartições metrópoles no território.

O imposto de palhota⁸² até certo ponto, não seria mau se analisarmos bem as capacidades ínfimas que o indígena possuía, numa conceção objetiva da noção do que é um estado.⁸³ O verdadeiro estado que prima pela legalidade e o bem-estar do seu povo,

⁷⁷ “Palhota” era uma nomenclatura usada pelos Portugueses em África no período colonial, para distinguir as habitações dos autóctones em relação a dos Europeus, isso num claro menosprezo dessas espécies construções precárias locais.

⁷⁸ *Enciclopédia Verbo (Luso-Brasileiro) n° 22. Ed. Século XXI. Lisboa- Stº. Paulo p.1116*

⁷⁹ Pelissier, René: *História da Guiné Portuguesa e Africanos na Senegâmbia 1841-1936, vol. II, editora Estampa 1989 Lisboa, pp.74-76*

⁸⁰ Ver o ANEXO J

⁸¹ Ver o (Anexo F) Arquivo Histórico de Ultramarino pasta: 1911-1915 ACL_SEMU_DGC_RM; 5ª Rep. Cx. 11.

⁸² Arquivo Histórico Ultramarino: 1911-1915 ACL_MU_DGC_RM; 5ª REP. Cxª n° 11.

⁸³ Djaló, Tchernó: *O Mestiço e o Poder, 1ª ed. Editora Nova Veja 2013 Lisboa, pp. 225-233*

sem objetivos prevaricadores, mas que une muitos povos em uma só nação, em prol de proveitos recíprocos.

Mas a forma como era exigido o seu pagamento, levava a população indígena a uma necessária revolta, porque o período em questão, favorecia o recurso à violência a uma dessas comunidades. Com efeito, as medidas vão desde perseguições e intimidações aos contribuintes, até aos levantamentos exaustivos de palhotas por povoação, que mesmo aparentando estar fora de vista do cobrador.⁸⁴

Quem fazia essa missão eram as chefias militares, e em colaboração com os cipaios nativos de cada Tabanca em regime de paisana. Como contrapartidas os chefes militares recebiam não 5% mas o dobro da quantia percentual cobrada. (...). Em contrapartida, os régulos que até esta data recebiam 10% da quantia recolhida deste imposto, passavam de 10 para uma módica quantia de 5% de benefício do total cobrado.⁸⁵

O que era considerado pelos autóctones, como sendo absolutamente absurdo, uma situação desta natureza, dentro de um território de que eram donos.⁸⁶ Análise que fazia os portugueses compreenderem bem a grandeza da insubmissão e revoltas dos indígenas ao poder colonial instalado no território.

⁸⁴ Arquivo Histórico Ultramarina: Regulamento das circunscrições civis da província da Guiné; 1911-1918/AHU_ACL_SEMU_DGU_2R_cx^a n° 6 Cap. V p11

⁸⁵ Idem, Pelessier, René: *História da Guiné Portuguesa e Africanos na Senegâmbia 1841-1936*, vol. II, editora Estampa 1989 Lisboa, p. 120

⁸⁶ Amado, Leopoldo: *A Guerra Colonial: Guerra de Libertação Nacional 1950/1974*) Editora IPAD 2011 Lisboa pp. 40-70.

1.10 A Influência do Cristianismo na Estratégia Portuguesa.

A utilização da religião cristã na chamada “guerra de pacificação da Guiné” foi pertinente, numa luta travada entre as autoridades Portuguesas face a insurreição do povo indígena. Partindo de princípio que o cristianismo como uma religião cuja sua prática molda a consciência humana, e capaz de torná-la mais sensível e modesta. Daí que os Portugueses encontraram nela, um mecanismo favorável para travar as euforia da população indígena na luta pelo seu território. Isso coincidiu também numa altura em que, a prática da religião cristã era encarada como novidade entre muitos povos do mundo, especialmente os Africanos. Mas os Europeus como o caso dos Portugueses, na sua maioria já provaram o instinto do evangelho e a sua capacidade de moldar o carácter humano e a sua pressão interior por fazer parte da sua cultura.. Razão pela qual, entenderam ser algo muito estratégico e fundamental, para possessão de carácter espiritual dos autóctones da Guiné. Como é óbvio, a preocupação de Portugal, não era, nem de perto ou de longe, pela salvação das almas do povo indígena local, como a essência desta religião nos ensina segundo a sua sagrada escritura de que: “Deus amou o mundo de tal maneira que enviou o seu filho unigénito,⁸⁷ para que todo aquele que nele crê não pereça mas tenha uma vida eterna.”⁸⁸ E a vida eterna aqui, reflete-se não só da ressurreição das almas mas, numa paz interior na conceção humana, contribuindo assim, para um relacionamento saudável entre os homens, levando-o a prática de uma ação de não-violência.

O que não foi o caso, pelo contrário, os objetivos da natureza religiosa foram deliberadamente deturpados para o fim colonizador, desviando-se por completo de todos preceitos divinamente plasmados na sagrada escritura (Bíblia sagrada).

Nessa conceção, a religião era tida como uma auxiliar de primeira linha, para o colono, a fim de poder chegar ao cidadão, restringindo-o da prática escolar para segundo plano. Que só vem depois de o indígena ter aceitado a religião católica, como

⁸⁷Aqui o filho unigénito que a Bíblia retrata é a pessoa verdadeira de Jesus Cristo, que segundo a mesma, foi enviado por Deus para espalhar as boas novas (Evangelho) à toda criatura, e todos aqueles que crêem na sua existência terão a vida eterna.

⁸⁸ Idem: Bíblia Sagrada: Tradução João Ferreira D’Almeida; (Evangelho segundo S. João 3:16, p. 920)

algo que fez parte do seu quotidiano, seguindo da renúncia da religião animista. Terá desta forma um reconhecimento compensatório de se matricular numa escola, pelo menos até 4ª classe.

Ainda por outro lado, passa a ter prerrogativa de ser considerado o indígena não pela animista de administração Portuguesa e como individuo com perfeita noção de estado. Visto que, um dos princípios básicos que as religiões ensinam é obedecer às autoridades dos Estados. O conhecimento do estado fez João Teixeira Pinto, durante as suas incursões, aos territórios dos indígenas optar pela contribuição dos auxiliares de etnia fula⁸⁹ islamizados, entre quais se destacava também figura de proa islâmica não fula, como *Abdul Indjay*. Mas esse apoio prestado pelos auxiliares «Fulas» e alguns chefes étnicos islamizados devia-se ao ódio já existente, por parte dos fulas islamizados contra os indígenas animistas.⁹⁰ Por resistir sistematicamente às pressões de alguns fulas islamizados que os obrigavam a submeterem-se ao islão, como doutrina religiosa a seguir em detrimento das suas.

O que no entanto, a campanha de Teixeira Pinto e *Abdul Indjay* contra os indígenas foi para investidas fulas um fator impulsionador para se poderem vingar dessas resistências dos indígenas animistas. Até porque, antes dessas ações das autoridades Portuguesas contra os autóctones guineenses, decorria uma campanha de islamização do território procedido pelos Fulas islamizados. Embora à partida, isso não impedisse que os fulas pudessem ter algum ceticismo e ponderação quanto à possível perturbação por parte dos colonos portugueses, as suas posições avassaladoras que tinham como pressupostos impor o islão aos mandingas e outros povos animistas da Guiné.⁹¹ O fator que veio estar nas origens das multiplicidades das clivagens entre os indígenas antes do início das campanhas de pacificação.

⁸⁹ “Fula” é uma das etnias Islamizadas da Guiné-Bissau.

⁹⁰ Pelessier, René: História da Guiné -Portuguesa e Africanos na Senegâmbia 1841-1936 ed. II vol. Editora Estampa 1989 Lisboa, pp. 5-270

⁹¹ É bom saber que antes da chegada dos Portugueses á Guiné, os povos autóctones eram todos animistas salvo alguns chefes de grupos étnicos com alguns dos seus auxiliares que praticavam a religião «islâmica» de uma forma não aprofundada. Visto que, maioria deles foram obrigados pelos islamitas fulas que ao longo dos anos antecedentes as ditas campanhas de pacificações da Guiné obrigava-os a submeterem ao Islão. E submetiam assim a prática do Islão por medo da represália que poderia acabar em morte cruel.

Perspetiva Histórica das Campanhas de João Teixeira Pinto e Abdul Indjay (1911-1915) na Guiné

Por outro lado as autoridades metropolitanas olhavam para os povos indígenas islamizados, como indivíduos com a noção de estado, por isso fáceis de convencer sobre os assuntos de estado. Nessa circunstância, os auxiliares Fulas Islamizados e alguns chefes étnicos islamizados foram aproveitados como guias preciosos para os Portugueses os submeterem a sua soberania.

Os objetivos para esse efeito, era de servir como meios fáceis dos acessos às informações disponíveis nas regiões consideradas hostis para as tropas Portuguesas.

CAPITULO II

O CONFLITO E A SUBMISSÃO A SOBERANIA PORTUGUESA.

2.1 As situações encontradas na fase preliminar da Guerra.

As partes revelaram muitas dificuldades, pelo menos como era de esperar, num acontecimento desta natureza, em se trata da situação onde o objetivo principal de um dos atores, consistia basicamente em obrigar o outro a submeter-se à sua vontade.

Neste caso, a rejeição dessa obrigação imposta aos indígenas Guineenses, pelos Portugueses, remeteu as partes para um intenso conflito militar, onde o recurso à violência extrema ganhava cada vez mais prioridade, no sentido de cada uma das partes tentava impor a sua supremacia face a outrem. Embora em teoria, poder-se-ia considerar o povo autóctone como o alvo fácil para os Portugueses apoiados militarmente pelos milhares de cidadãos locais. Isso de facto, não passava de uma pura ilusão da realidade dos factos, que viria a ocorrer no teatro da guerra. Visto que, fizeram uma demonstração de postura de resistência, que dificultou de que maneira, a operação militar portuguesa no decurso do conflito até a sua fase final..

Isso foi um dos maiores erros cometidos nas anteriores campanhas conduzidas pelas sucessivas lideranças do território. Isto quando se julgava, teoricamente, que a “pacificação” da Guiné seria alvo fácil de concretizar, sem recurso ao conhecimento integral da cultura comportamental deste povo.

O mesmo não se pode referir no que diz respeito a João Teixeira Pinto que se demarcava dessas falsas teorias, procurando ser pragmático sobre o que se podia prever quanto à situação militar no terreno, devido às experiências acumuladas nas anteriores campanhas realizadas em Angola. E sabia logo, que na Guiné não se encontraria alguma exceção nessa matéria, especialmente no que se concerne às hostilidades dos seus homens.

Por esta razão, quando constatou a situação no terreno deixou as seguintes observações que elucidavam, a realidade da situação: “a nossa autoridade era puramente nominal na região compreendida entre os rios de Farim ao N. e O., rio de Geba ao S. e circunscrição de Geba a L., abrangendo os povos “Oincás,”⁹² Balantas,⁹³ Brames ou

⁹² Os Oincás são povos originários da região de Oio, norte da Guiné. Dai que nasce a etimologia da palavra “Oincás,” uma correlação a região do Oio.

Mancanhas,⁹⁴ Manjacos e Pepéis, com ocupação apenas das Vilas de Cacheu e Bissau e do posto militar de Goli. No passado tínhamos tido várias campanhas infelizes, tais como: o insucesso da coluna Biker no Oio, em 1902, porque apesar de não ter sido batida, também não bateu o Oio, o insucesso da coluna Soveral Martins no Chur (Chur Brique) e finalmente os desastres das colunas de 1891 e 1894 na ilha de Bissau onde também teve insucesso a coluna de 1908 do comando do governador Muzanty.”⁹⁵

No terreno, os indígenas determinados não pretendiam ceder um centímetro dos seus territórios, a favor de um inimigo forasteiro, que apesar de ter uma preparação militar e meios bélicos altamente evoluídos, sem qualquer comparação aos seus. O povo indígena batia-se fortemente em defesa daquilo que era seu, embora sabendo das suas limitações, a começar desde preparações dos seus homens que eram feitas basicamente de forma improvisada, através dos métodos tradicionais indígenas, em que para tal, formavam um semicírculo que ilustra o método de como praticar um assalto à trincheira inimiga. Apesar dessa técnica rudimentar, a verdade é que os indígenas tinham o clima e a floresta densa e tórrida da Guiné a seu favor, e os seus plenos conhecimentos do teatro da guerra. Fatores que em certas situações, lhes tinham proporcionado algumas vantagens nas anteriores campanhas, face aos seus invasores.

Esses fatores foram importantes para os indígenas no ponto de vista militar de puderem causar baixas significativas entre tropas Portuguesas e os seus auxiliares Africanos. Mas para inverter a situação, Teixeira Pinto procurou cortar o mal pela raiz, recorrendo a experiências adquiridas em Angola nas suas anteriores campanhas contra os indígenas locais. Como reforçar enquadramento dos nativos nas suas fileiras, forçando o aumento das divisões interétnicas em toda escala territorial.

O que pode-se considerar como dos fatores *sine qua non*, que marcaram a diferença entre João Teixeira Pinto e os que já lideraram esse processo, no território. Neste sentido, as ações militares exercidas sob a sua liderança na ocupação da zona de

⁹³ Os Balantas pertencem a um dos principais grupos étnicos da Guiné-Bissau e têm como a religião principal “animista,” localizam-se mais no norte concretamente nas regiões de Mansoa, Nhacra, Bissorá e na região Sul do país.

⁹⁴ Um dos principais grupos étnicos da Guiné-Bissau, localizados no norte concretamente em Bula e Cô com fronteira com os Manjacos.

⁹⁵ Idem: Lemos, e Matos Mário; *Os Portugueses na Guiné Apontamentos para uma síntese*; Ed. Credito Predial Português 1995/1996 Bissau/Lisboa, p.61

Mansoa, contra os Balantas da região de Binhoma junto de Binar em 1912, tiveram essa conceção estratégica, baseada na forte pressão militar contra os locais, para libertar as regiões.

O que seria útil e prestigiante para as forças portuguesas no terreno, poderem exercer a sua opressão aos revoltados indígenas, a submissão a ordem colonial. Nisso para poder estabelecer uma ordem capaz de doutrinar os locais no sentido de uma sociedade com vista à formação estadual. Por conseguinte, Teixeira Pinto e *Abdul Indjay* marcaram militarmente as suas posições, num território consideravelmente difícil, para as investidas castrenses metropolitanas e os seus auxiliares Africanos.

Por outro lado, como qualquer ato de guerra, era necessário o recurso inteligência e a estratégia para o inimigo não causar danos colaterais. Daí que João Teixeira Pinto deslocava-se disfarçadamente para Mansoa, numa missão de peritagem da zona. Fazendo-se passar por um simples civil e inspetor de uma casa comercial Francesa «*Soller*». Usando como arma a simplicidade inimaginável, criando assim as empatias extraordinárias com os indígenas, enquanto recolhia as informações necessárias para próximo ataque a região.

Ludibriando, deste modo, uma população habituada à convivência com as hostilidades dos seus invasores. Os habitantes da região de Mansoa, e arredores eram vistos pelos Portugueses, como rebeldes, insubmissos e hostis a presença das autoridades metropolitana na localidade.

Feitas perícias à região considerada estratégica (Mansoa), aos ataques de Oio e periferias, o chefe de estado-maior João Teixeira Pinto, regressa a «Bolama» chão de Bijagós (onde até aquela data residia). A finalidade da viagem era de ir apresentar ao administrador local, o seu relatório.

Demonstrou as suas preocupações sobre zona, no qual pede ao administrador para que este autorize a construção de um posto militar em Mansoa. Tendo em conta, esta localidade, considerado um lugar bastante adequado às operações militares, por estar além das tabancas dos indígenas da «etnia *Soninques*» também conhecida como hostis e temíveis, devido à sua sistemática e brutal insurreição contra a soberania Portuguesa no local. Um pedido que teve de imediato, o aval do governador da região, e a construção do tal posto tornou-se uma realidade.

Perspetiva Histórica das Campanhas de João Teixeira Pinto e Abdul Indjay (1911-1915) na Guiné

Por outro lado, o posto de Mansoa era um local de apoio de zonas de Bassorá e *Caranque-Cunda* caso de um eventual ataque militar a região de Oio. Serviria de retaguarda militar para o que poderia vir a acontecer às guarnições Portuguesas no terreno, quer a nível de logística quer a nível de reforço dos seus homens.

2.2 A Primeira Expedição Militar: Contra Soninquês de Oio

No entanto, o tão desejado ataque à região de Oio-Farim⁹⁶, aconteceu através de uma ação militar liderada pelo Chefe de Estado-Maior João Teixeira Pinto e o seu auxiliar *Abdul Indjay*, em 12 de abril 1913. Após uma renovada visita de inspeção ao território, desta feita, acompanhado disfarçadamente do um tal gerente de “uma antiga casa comercial Alemã, o Francês *Charles Magne*.”⁹⁷ Uma missão que poderia ter acabado mal para Teixeira Pinto na sua passagem pela região de Oio.⁹⁸

O Chefe de Estado-Maior viria sofrer um envenenamento da bebida por um individuo Soninquês,⁹⁹ uma das etnias que constituiu um dos seus principais opositores durante as suas campanhas na Guiné, por pouco não morreu, escapando assim a uma morte iminente. Para os indígenas local, seria de estranhar que um branco estivesse interessado em criar um sucursal comercial no meio daquelas Tabancas (Aldeias) sediadas no interior das densas florestas de Oio, e sem condições prévias. Além disso, era considerada na história colonial da Guiné - Portuguesa como uma região veementemente hostil aos Portugueses. Embora mesmo assim, esta região a norte da

⁹⁶ Farim é atual cidade económica da região de Oio, assim como foi na Era da então Guiné Portuguesa.

⁹⁷ Idem: Arquivo Histórico Ultramarino (AHU); S.E.M.U_D.G.C_GuinéRep. Militar Ano 1910 Cx^a n°10

⁹⁸ Entretanto, diga-se que a primeira ação militares levadas a cabo na Guiné, Pelo Chefe de Estado-Maior João Teixeira Pinto, iniciou-se em Bolama chão de Bijagós, em Novembro de 1912. Numa ação de protecção ao régulo da Ilha de Caraxe e mais vinte e nove pessoas, condenados a morte por serem acusados de feitiçaria. A condenação por prática de feitiçaria para os indígenas em África, especialmente na Guiné, era e até agora, uma prática considerada normal, mesmo até presente século XXI em que, o homem é visto como um ser mais racional, dotado de uma maioridade do qual emergiu numa concepção científica. A feitiçaria é usada na guerra espiritual em África, como forma de tornar uma pessoa possesora de um espírito maligno, capaz de leva-lo a morte ou um estado de saúde precária definitiva sem possibilidade de cura, dependendo do seu grau ou da pretensão do malfeitor. A meu ver se o continente está como está, não se deve relegar as culpas somente para os aspetos políticos, mas os fatores das guerras espirituais assumem as suas cotas partes no progresso da África. É verdade que para um europeu, sobretudo ateu, seria incompreensível essa tese.

⁹⁹ Os Soninquês eram Mandigas não islamizados, da chamada Guiné - portuguesa, maioritariamente habitantes de zonas fronteiriças, concretamente situados entre periferias do rio Farim e a região Senegalesa de Casamança.

Perspetiva Histórica das Campanhas de João Teixeira Pinto e Abdul Indjay (1911-1915) na Guiné

Guiné, estivesse na orla dos planos de campanha¹⁰⁰ de Teixeira Pinto e o seu aliado *Abdul Indjay*, logo à sua chegada à Guiné. A expedição militar à região de Oio e a outras localidades foram iniciadas com uma motivação diferente, em relação às outras que já foram evidenciadas antes de Teixeira Pinto. A título de exemplo, encara-se o conhecimento pleno de Teixeira Pinto dos indígenas como já referi atrás, foi acima de tudo, aspeto encorajador nestes embates.

Sem referir outros aspetos como saques e espólios dos mortos ou dos inimigos rendidos, em confrontos armados após serem desarmados, pelos novos “pacificadores” que expandiam as suas ações exterminadoras contra populações insurretas.

Recorde-se que, no passado, as ações dessa natureza foram desencadeadas no território em 1902, pela autoridade metropolitana, sob liderança do 1º Tenente Joaquim Pereira Júdice *Biker*, mas sem qualquer sucesso. Mesmo tendo como auxiliar da linha da frente, o cidadão indígena islamizado, mais destacado entre os *Soninquês*,¹⁰¹ conhecido por *Malam Bá*. Esse “homem grande,”¹⁰² era dotado de perfil de um grande guerreiro, e conhecedor da região, mas também, como aquele que se virou contra os interesses dos seus próprios irmãos.¹⁰³

A inclusão de Malam Bá pelo governador Júdice Biker nas suas fileiras, não deu grandes resultados, visto que, o objetivo de chegar à hegemonia do território não chegou a ser alcançado. O que mais uma vez provava que as qualidades de preparação militar desse antigo administrador da Guiné eram muito distantes das qualidades de João Teixeira Pinto, que apesar de ser branco, no ponto de vista racial era um Africano nato, habituado ao clima e ao ambiente indígena.

¹⁰⁰ Sobre as campanhas de João Teixeira Pinto e Abdul Indjay, no território da Guiné, ver o mapa no ANEXO: L

¹⁰¹ Após a perícia efectuada, Teixeira Pinto obteve informação clara que a resistência no Oio vinha de única e exclusiva parte de uma etnia chamada Soninquês, e não dos “mouros” que até ele considerava de “gente trabalhadora” que não queria nada com guerra. E ficou chocado por vê-los submetidos aos rebeldes Soninquês.

¹⁰² O “Homem grande” no termo consuetudinário da Guiné-Bissau refere-se a um indivíduo com elevada idade, mas em cima de tudo respeitado. Também de salientar que a partir século XX para trás, o “homem grande” era venerado pelos populares devido a carisma que adquiria no seu seio, hoje a situação está completamente diferente, deixou de ser um grande conselheiro, e passou a ser uma figura mais vulnerável da sociedade guineense.

¹⁰³ Arquivo Histórico Ultramarino: 1911-1915 ACL_SEMU_DGC_RM; 5ª REP. Cx. nº 11.

Além dessas capacidades naturais, João Teixeira Pinto tinha um perfil militar que lhe proporcionava uma aptidão de enfrentar obstáculos que qualquer um dos que lideraram anteriormente esse processo não tinha.

Com reforços vindos da parte dos mandingas islamizados e os Fulas forros, que também tal como Malam Bá, traíram os desígnios dos seus co-cidadãos *soninquês*, Teixeira Pinto tenta enfraquecer a moral dos seus inimigos. Ao oferecerem os seus serviços a favor das autoridades Portuguesas, numa clara submissão à soberania metropolitana. Apesar de tudo, os indígenas *soninquês* empenhavam as suas vidas na luta pelos seus objetivos anticoloniais e tornavam-se cada vez mais difíceis para as aspirações belicistas da dupla liderança das campanhas militares e os seus aliados Africanos.

Justificavam o ataque à região de Oio, como o facto das hostilidades da etnia soninquês naquela região, serem uma ameaça real para o porto de Mansoa, acabado de construir. Nesta perspetiva, usava o seu caracter psicológico para instigar naquela zona no norte da Guiné, uma brutal incursão contra o povo Soninquês, com vista quebrar as suas longas invencibilidades face às posições militares Portuguesas.

Foi neste princípio, que ele preparou estrategicamente os seus homens, enquanto preparava por outro lado, de uma forma ponderada (tendo em conta a sua experiência adquirida nessas andanças), a receção dos voluntários vindos da população indígenas como auxiliares.¹⁰⁴

Teixeira Pinto optava para o seu serviço, pelas qualidades e não pelas quantidades desses homens. O que tudo indicava que apostava naqueles que sempre lhe ofereciam as grandes confianças, (...) pus de parte os grumetes e levei os auxiliares de Abdul Indjay, régulo de Côr que está no nosso território há 24 anos (...).”¹⁰⁵

Por outro lado, a sua partida para a região de Oio, o chefe de e

Estado-Maior da colónia, decidiu angariar os auxiliares de forma celetiva, levando consigo um número reduzido de oficiais incluindo as embarcações. Isso com

¹⁰⁴ BARRETO, João: *História da Guiné, 1418-1918, 1ª ed. Editora livraria Moraes 1938 Lisboa, Pp. 370-445*

¹⁰⁵ Idem: Arquivo Histórico Ultramarina; S.E.MU_DGC_Guiné, Rep. MG Ano 1911-1915 Cx^a nº 11; proc. 19 Pasta 2 (carta de João Teixeira Pinto enviada a Ministro das Colónias)

Perspetiva Histórica das Campanhas de João Teixeira Pinto e Abdul Indjay (1911-1915) na Guiné

objetivo sempre, de ludibriar os inimigos, fazendo-os crer que os seus objetivos passariam por construir lojas comerciais, onde podia vender os seus produtos agrícolas. O que fez com que “ ele entre no Oio sem trem, nem metralhadora mas, com um canhão de 70, um sargento branco, duas praças Africanas.”¹⁰⁶ Como sempre, com a contribuição de *Abdul Indjay* e os seus 400¹⁰⁷ homens maioritariamente filhos dos fulas islamizados, enfrentando os indígenas de etnia soninquês. Feridos de orgulho pelas conquistas verificadas nas anteriores campanhas contra os militares Portugueses.

Os *Soninquês* mesmo sofrendo na pele as rudes ações militares do chefe de estado-maior Teixeira Pinto e *Abdul Indjay*, que ostensivamente destruíam e incendiavam as suas palhotas não recuaram. Numa clara ação de limpeza e de demonstração de espírito de raiva e de vingança, contra a resistência das guerrilhas indígenas face aos seus homens.

Para reforçar as suas ações militares, os Balantas de Mansoa eram feitos reféns por Teixeira Pinto que, para além dos voluntários fulas. Para depois servirem de transportadores de munições para diferentes localidades de difíceis acessos nas matas do Oio, sob ação repreensiva de *Abdul Indjay*. Os Balantas para além de não reconhecerem a soberania colonial na região eram tidos como inimigos dos portugueses, bem próximos de Oio. E sabiam mais que ninguém que, a queda de Oio levaria também uma fácil conquista de Mansoa pelos Portugueses, o que seria um rude golpe nos seus desígnios anticoloniais. Por este motivo, as suas participações na guerra ante Soninquês, só seria possível por meio de represália.

Nesse sentido, a proximidade entre os inimigos que lutam pelos mesmos objetivos, poderia causar por qualquer coincidência, um cerco aos guerreiros Portugueses, mesmo sabendo que, nunca existiu princípios de unidade na luta contra seus inimigos comuns.

Por seu turno, o feroz confronto da região de “Cambadjo” entre tropas portuguesas e os indígenas soninquês podia ser encarado como o princípio do fim, de uma difícil e amarga campanha de pacificação de Oio, assumido por Teixeira Pinto, Abdul Indjay e os seus homens. Numa batalha em que houve três mortos e três feridos

¹⁰⁶Pelissier, René: *História da Guiné Portuguesa e Africanos na Senegâmbia 1841-1936, vol. II*, editora Estampa 1989, Pp.138-139

¹⁰⁷ Idem: P. 150

Perspetiva Histórica das Campanhas de João Teixeira Pinto e Abdul Indjay (1911-1915) na Guiné

entre as tropas portuguesas, e desconhece-se a quantidade dos auxiliares Africanos mortos. Só se soube que, houve ações de represálias e distúrbios nas tabancas, como as palhotas incendiadas pelos militares de Teixeira Pinto, e fugas dos soninquês para junto das regiões fronteiriças. As fugas que começavam a dar em algumas rendições por parte de certos guerreiros *Soninquês*, que não resistiram às investidas dos homens de Teixeira Pinto e Abdul Indjay. Em todo o caso, as experiências acumuladas de Teixeira Pinto nesses tipos de guerras contribuía em algumas frentes, numa existência de números reduzidos de mortos por parte dos portugueses. Por outro lado, essa característica militar, dava a Teixeira Pinto o gozo, de uma prerrogativa, na obtenção de muitas conquistas, o que encorajava em certos casos, os que lhe faziam acompanhar.

A destruição, pelo fogo, de uma mesquita na Tabanca de “*Sansabato*” no coração de Oio, (um lugar sagrado dos muçulmanos, seus auxiliares de sempre), além de demonstrar o seu domínio moral sobre esta parte das populações indígenas, ignorava os seus princípios religiosos. Mesmo sabendo que esse ato, não traria prejuízos aos *Soninquês*, que apesar estarem sob o domínio dos mandigas islamizados, eram animistas como maiorias da população guineense nesse período.

Por outro lado, a conquista de *Mansodé* e *Morés*, pelos portugueses, a última resistência dos indígenas *Soninquês*, que foram obrigados a abandonarem as suas habitações em fuga, tinha um sabor de prestígio para Teixeira Pinto. Embora, mesmo sabendo, que teria um legado algo complexo naquela localidade, que seria retirar venenos deixados no interior de vários poços de água, em toda a localidade, pelos *Soninquês* em fuga. Assim como retirar vários troncos de árvores entrincheirados nas vias por onde passavam as colunas militares portuguesas. Tudo isso para prejudicar os seus inimigos portugueses, que assumiram o controlo da região.

Entretanto, a queda definitiva de *Mansodé* em junho de 1913 fez os *Soninquês* declarem a derrota, e o fim de uma terrível guerra que durou quase três meses, e as autoridades Portuguesas na região, decretaram o hastear da bandeira, e o fim da hostilidade em todo Oio.

2.3 Segunda expedição Militar: contra os Manjacos/Cacheu.

Semelhante ao que sucedeu no Oio, a campanha da dupla Teixeira Pinto *Abdul Indjay*, movida no início de janeiro de 1914, contra a resistência inabalável dos Manjacos¹⁰⁸ a soberania colonial em Cacheu e arredores aconteceu num clima de grande tensão militar.

O elevado espírito de ódio, insinuava a vontade de uma vingança dos portugueses, contra os manjacos, não só por não reconhecerem a soberania Colonial portuguesa no território, mas, por causa da morte do administrador de Cacheu em Chur Brique. Pois o Administrador local cujo nome não foi revelado, foi massacrado juntamente com alguns seguranças seus, alguns grumetes e centenas de cidadãos de origem Cabo-Verdiana em missão de interpretes. O massacre ocorreu em plena ação de recenseamento das Palhotas na zona de Chur Brique em que o governador tinha vindo a realizar em 1904 naquela localidade. Essa atitude motivou a criação de um plano que visava exterminar a população indígena de Cacheu, talvez para servir de um exemplo vivo, a todo o território.¹⁰⁹

A missão coincidiu com os planos do auxiliar Abdul Indjay, contra a etnia Manjacos, que por razões óbvias, queria vingar-se da perversa situação que passou em chão de Manjacos. Daí que a expedição militar contra os autóctones de Cacheu e Pelundo, transformava-se numa oportunidade soberana para Indjay se poder desferrar dos seus inimigos de estimação. Além disso, o espírito repressivo do chefe de estado-maior João Teixeira Pinto, com o mal-estar que reinava entre os portugueses por motivo da morte de um dos seus alferes, numa ação militar perpetrado pelos indígenas na zona da mata de Chur-Brique, anunciava uma possível ação de hostilidade na região.

Por outro lado, o ataque à região dos Manjacos de Cacheu coincidiu num período em que a incursão à região de Oio chegava ao fim, e o restabelecimento da paz

¹⁰⁸ “Manjaco;” é um grupo étnico que habita na região costeira da Guiné-Bissau, junto ao rio Cacheu. O termo Manjaco, etimologicamente quer dizer “ eu te disse” uma expressão originária do mesmo dialecto.

¹⁰⁹ Idem: Pelissier, René: História da Guiné-Portuguesa e Africanos na Senegâmbia 1841-1936 ed. II vol. Editora Estampa 1989 Lisboa, pp. 156-57

local. Teixeira Pinto nessa ocasião fez transferir todos materiais bélicos e as suas forças disponíveis para de Chão-Manjacos em Cacheu. Com o objetivo de proceder com opressão dos indígenas e ordenar o respeito pela soberania portuguesa instituído naquela região.

Para efetivar esse desejo, Teixeira Pinto sabia que seria necessário apostar em vários mecanismos adequados militarmente a um embate desta natureza.

Assim para essa incursão, dispunha de “40 cavalos, com o seu inseparável canhão de 70, com 13 militares de origem Portugueses (dos quais 3 sargentos 6 soldados), com 4 artilheiros e 440 espingardas.”¹¹⁰

Por outro lado, tinha como reforço militar 31 soldados de etnia *Kwanyama*, vindos de Angola, 442 auxiliares entre quais 53 grumetes¹¹¹ recrutados em Cacheu e com o auxiliar Abdul Indjay, que trouxe consigo cerca de 339 homens seus.¹¹² Desta forma, os militares Portugueses no terreno sabiam de antemão, que estavam perante um território que lhes era hostil, mesmo aparentando ter uma certa vantagem face aos indígenas. Tendo em conta o que sucedeu na anterior campanha de 1904, liderada por Soveral Martins. Uma incursão que teve um desfecho desfavorável aos hostis Portugueses, vocacionados a impor a sua tendência avassaladora contra a resistência da população indígena em África. No caso dos Manjacos, afinal era um grupo étnico guineense bastante coeso e homogéneo, capaz de se baterem energicamente contra os seus invasores.

Convicto dessa coesão, a resistência tornava-se cada vez mais inabalável, fruto dos anteriores erros estratégicos evidenciados pelos colonialistas Portugueses nos anteriores ataques ao Chão-Manjacos. Que por meio de uma articulação perentória das forças militares entre as tabancas locais de “Mato de Cacheu, Cacanda, Pecáu, Bianga,

¹¹⁰ Idem: Pelissier, René: História da Guiné - Portuguesa e Africanos na Senegâmbia 1841-1936 ed. II vol. Editora Estampa 1989 Lisboa, p. 155

¹¹¹ Os grumetes de Cacheu eram vistos como muito diferentes dos de Bissau, visto que não estavam ligados a questões comerciais, preocupava-se mais em defender a soberania Portuguesa naquele território, enquanto os de Bissau tinham objetivos opostos. Esta diferença pode ser provada quando os Manjacos de toda região de Cacheu, se revoltavam contra as autoridades portuguesas, e os grumetes locais, e expugnaram veementemente contra as suas ações subversivas, e puseram-se ao lado dos portugueses.

¹¹² Pelissier, René: História da Guiné - Portuguesa e Africanos na Senegâmbia 1841-1936 ed. II vol. Editora Estampa 1989 Lisboa, p. 157

Chur-Brique, Pelundo, Tame, Caió e etc...”¹¹³ Conseguiram impor-se, tornando a missão cada vez mais difícil para os avassaladores, liderados por Teixeira Pinto. Que como se não bastasse, encontraram no interior do território, uma resistência ao pagamento do “imposto de palhota,” a ordem dos régulos locais, em como forma de contrariar a posição colonial sobre matéria.

Ciente dessa dura realidade, Teixeira Pinto recorre mais uma vez à sua experiência como colono. Apostando no dialogo como forma de dominar os seus inimigos, pedindo aos régulos para ordenarem os seus súbditos, a reporem as suas armas, e darem por terminado o conflito. Um pedido considerado pelos líderes dos Manjacos, como sendo uma estratégia do inimigo colonizador, que desenfreadamente luta a tudo custo, para usurpar-se de um território que não lhe pertence.

Mesmo conscientes do desfecho final de campanha da dupla Teixeira Pinto, Abdul Indjay no Oio, os Manjacos juraram combater contra aquilo que consideravam usurpação dos seus territórios até ao último homem.

Uma prova de coragem impar aclamada pelos indígenas, que a dupla Teixeira Pinto, Abdul Indjay, souberam encarar com normalidade e prudência. Até que em janeiro de 1914, o efetivo militar colonial num forte confronto desencadeado entre ambas as partes, toma por assalto a zona de Basséral e pequenos subúrbios da antiga cidade de “Teixeira Pinto” atual Canchungo. No entanto, desconhece-se o número de mortos ou feridos por parte dos indígenas locais. Nessa circunstância, a guerra aparentava chegar ao seu término, pelo menos por parte das autoridades da metrópole.

Mesmo já debelados territorialmente pela força portuguesa, os indígenas tentaram recuperar o território no início de fevereiro do mesmo ano, com uma emboscada em Chur Brique, onde registou dez mortos e vinte e cinco feridos auxiliares. Nesse clima de medo e de tumulto, o resto dos auxiliares de etnia futa-fula, liderados por um grande guerreiro fula *Tcherno Djaló*, perderam a coragem de poderem avançar no meio daquele ambiente hostil. Mas Teixeira Pinto sabia que, desistir seria um autêntico fracasso, numa guerra dura mas que praticamente estava quase ganha. Tendo em conta a fraca capacidade de respostas que os insurretos faziam, face à forte pressão dos guerreiros portugueses.

¹¹³ Idem: PINTO, João Teixeira: *Ocupação Militar da Guiné*; ed. Agência Geral das Colónias, Lisboa 1936, p101.

Perspetiva Histórica das Campanhas de João Teixeira Pinto e Abdul Indjay (1911-1915) na Guiné

Até porque a tabanca de Basseral era uma zona considerada militarmente, perigosa para os portugueses¹¹⁴ mas estratégico para os indígenas Manjacos, nas anteriores campanhas. E assim sendo, os militares portugueses tentaram levantar os ânimos aos seus seguidores para pelear contra os que ainda restam dos Manjacos. Porque na ótica de João Teixeira Pinto, o avanço dos seus homens no terreno, tornaria a sua vantagem mais sustentável.

Foi nesse sentido que Teixeira Pinto habituado a esses desafios conseguiu contagiar os seus homens, com aquele espírito de coragem e demolidor difícil de ser travada pelos indígenas.

De baixo de um sufocante e intenso combate que durou quatro horas, sem tréguas, sob o fogo cruzado dos insurretos. Até que os homens de Teixeira Pinto e *Abdul Indjay*, numa ação de contra ofensiva, conseguiram com os meios de “kropatscheks”¹¹⁵ debelar a posição dos autóctones. Calcula-se que nessa guerra o número de mortos por parte dos Portugueses rondava cerca de 25 homens e feridos cerca de 51, todos auxiliares Africanos. Da parte dos Manjacos desconhece-se o número de mortos e feridos nessa guerra, talvez por falta de interesse da parte de Teixeira Pinto ou das autoridades coloniais em geral. Numa guerra que não só foi desgastante no seu ponto de vista físico, como materialmente. Se tivéssemos em conta, as quantidades de cartuchos utilizados pelos portugueses (226000 cartuchos numa média de 350-440 espingardas).¹¹⁶

O João Teixeira Pinto e os seus homens podem orgulhar-se por terem apreendido 4200 espingardas aos indígenas rendidos, juntando-se o imposto de palhota que rendia 40.000¹¹⁷ escudos/ano, apesar das contestações da população indígena.

¹¹⁴ Ver localização da zona no Mapa no ANEXO L

¹¹⁵ Kropatscheks eram armamentos modelo na época, levava 8mm de munições, por isso eram mais usados durante século XIX até o início do século XX pelos guardas-fiscais Portugueses, exércitos e nas guerras coloniais em África. Mas no decurso do século XX foram substituídos pelos “mauser-vergueiro. Tinha como vantagem de permitir disparar vários tiros sem necessidade de recarga.

Disponível em: <http://www.areamilitar.net/DIRECTORIO/ALIG.aspx?nn=163> (consultado em 11/04/13)

¹¹⁶ Idem: Pelessier, René: História da Guiné -Portuguesa e Africanos na Senegâmbia 1841-1936 ed. II vol. Editora Estampa 1989 Lisboa p.162

¹¹⁷ Ibidem: p.162

Por outro lado também é sinal, mais que evidente, que para além dos relatos atrás proferidos, essa foi uma das incursões em que os insubmissos sofreram duramente na pele as ações razias dos tropas portugueses e seus auxiliares. Isso sem precisar de fazer referencias dos castigos corporais, e outros tipos de violências que ocorrem nessa guerra. Desde represálias até à humilhação do régulo local, que foi algemado e preso pelos guerreiros afetos a João Teixeira Pinto, em 27 de Março de 1914. Acabando por determinar a subordinação dos populares às autoridades coloniais, e entregas voluntarias das armas, embora de forma tímida.

Desta feita, em 10 de abril do mesmo ano, os Portugueses declaram o território dos Manjacos de Cacheu pacificado. E com efeito, os militares ai recomendar, a Administração impor a sua autoridade, nomeando os régulos¹¹⁸ segundo o seu critério, ignorando as regras anteriormente impostas pelos autóctones, de forma a salvaguardar os interesses coloniais no território.

Nesse sentido foram nomeados três régulos, fora dos critérios tradicionais dos indígenas: os régulos “António Cupeche e Ambrósio Mendes” respetivamente, régulos de Capó e Pelundo.¹¹⁹ Mas por incrível que pareça, alguns homens provenientes do extinto efetivo militar Manjacos, encontravam-se refugiados com as suas armas e munições, na tabanca de Cò, território pertencente aos Bramis.¹²⁰ Porque essa pequena localidade servia como retaguarda dos Manjacos de Pelundo, e dos Balantas de Mansoa, devido à sua localização geográfica. Por essa razão, nascia uma maior preocupação dos Portugueses, em libertar a zona, para garantir uma estabilidade sustentável nas referidas localidades.

Para tal efeito, não houve reação desses pequenos números de indígenas desta localidade, possessos do medo da represália, resolveram pôr-se em fuga. Em

¹¹⁸ Seguindo o art. 45 do Regulamento das circunscrições civis da Província da Guiné: Que privilegiavam “os Régulos com categorias de delegados de administradores das circunscrições a que pertençam e são diretamente subordinados a eles. (Idem, Arquivo Histórico Ultramarino:1911-1918/AHU_ACL_SEMU_DGU_2R_Cxª nº 6, cap. III, P.11).

¹¹⁹ Esses régulos tinham os poderes em cima de todos outros que foram nomeados segundo os preceitos tradicionais indígenas locais. Porque eram considerados homens civilizados, e que defendiam os interesses coloniais, desde os tempos das insurreições, por isso merceiam a confiança de Teixeira Pinto, para ocuparem essas responsabilidades.

¹²⁰ Bramis era nomenclatura usada pelos Portugueses, para designar a etnia Mancanhas na Guiné.

contrapartida, os tropas portugueses e os seus aliados Africanos, optaram por saquear e atear fogo às suas habitações como forma de represália.

A não resistência dos indígenas locais, fez com que não houvesse vítimas de uma parte e de outra, apesar de os portugueses terem conseguido libertado o território. E como fez com os Manjacos de Cacheu, João Teixeira Pinto nomeia o indígena Joaquim Ferreira como régulo de Cò.¹²¹ Contra vontade da tradição indígena local.

Para salvaguardar os interesses portugueses nesta localidade, esses régulos tinham um grau social mais elevado em relação aos outros, perante as autoridades portuguesas. Foram eles que passaram a coordenar todas as atividades dos outros em todo o território. Ainda segundo esse Regulamento, no seu 47º art. capítulo III, todos os régulos têm por dever velar pela:

- manutenção da ordem nas suas terras;
 - pela boas condutas em geral da sua gente;
 - fornecimento rápido de mãos de obra, quando lhes forem ordenados.
- (...)¹²²

Muitos não se congratularam com essa posição como proferiu um velho régulo já resignado: “ Vocês europeus penetraram na nossa terra pela força e com as vossas armas superiores e obrigaram-nos a pagar-vos impostos pelas terras que nos pertencem. Como são mais fortes, temos de nos resignar a isso e pagarmos contra nossa vontade... mas deixem-nos viver em paz, segundo os costumes dos nossos antepassados.”¹²³

¹²¹ Semelhantemente aos outros seus correligionários dos Manjacos de Cacheu, esses régulos de Cò, falavam o Português e tinha alguma ligação amistosa com os Portugueses no território.

¹²² Idem: Arquivo Histórico Ultramarino: *Regulamento das circunscrições civis da província da Guiné; 1911-1918/AHU_ACL_SEMU_DGU_2R_Cxª nº 6, Cap. III; pp.11-12).*

¹²³ Idem: Pelissier, René. *História da Guiné - Portuguesa e Africanos na Senegâmbia 1841-1936 ed. II vol. Editora Estampa 19 89 Lisboa, P.219*

2.4 Terceira Expedição Militar: Contra os Balantas de Mansoa.

A rendição dos Manjacos de Cacheu que culminou com a queda das Tabancas (Aldeias) de Cô e Bula nas mãos dos portugueses, abriram as portas a uma nova expedição militar na região estratégica de Mansoa contra os Balantas.

Os objetivos portugueses para essa expedição liderada por João Teixeira Pinto, eram similares aos das anteriores, já efetuadas em Oio contra os Soninquês e em Cacheu contra os Manjacos locais. Basicamente era exercida uma forte pressão na população autóctone a fim de obrigá-los a se submeterem à soberania colonial nessas localidades. Isso para garantir a estabilidade governativa na região, e ter uma garantia eficaz do controlo do território na base do recurso a violência armada.

Mas os Balantas (tal como aconteceram nas outras localidades da Guiné), não se conformavam com os desejos das autoridades coloniais, e contra-atacaram os seus opressores. O registo do acontecimento ficou datado como 5 de fevereiro de 1914, em que a coluna militar portuguesa foi brutalmente surpreendida junto ao rio Mansoa, resultando, naquilo que ficou conhecido como “massacre de Brai e Mambi.¹²⁴” Tudo aconteceu, quando o alferes Manuel Augusto Pedro liderava uma operação de espionagem na zona Oeste do porto de Mansoa.

Essa pode-se referir que foi uma ação premeditada dos indígenas Balantas de Mansoa que, sabendo dos anteriores acontecimentos ocorridos contra os seus vizinhos de Farim, Cacheu e Bula com Teixeira Pinto, mantiveram alerta máxima contra a presença dos militares portugueses no local. Até que uma presença da coluna militar portuguesa na zona, fê-los acreditar mais no que estavam à espera, que um dia acontecerá algum ataque inimigo aos seus territórios. E tentaram ser surpresa para os inimigos, que de facto não esperavam aquela reação brutal dos indígenas de Mansoa.

¹²⁴ Idem: Pelissier, René. *História da Guiné - Portuguesa e Africanos na Senegâmbia 1841-1936 ed. II vol. Editora Estampa 19 89 Lisboa, pp. 160-161*

O que revela que no interior do território, reinava o espírito de medo e ao mesmo tempo, de uma certa revolta entre os indígenas não só de Mansoa, mas de toda Guiné - Portuguesa.

Tendo em conta o período em questão, a hostilidade era característica da época, sobretudo para os indígenas que viviam, sob pressão colonial, e do seu intenso fogo exterminador.

Com efeito, os sucessivos disparos de armas de fogo, em direção aos soldados portugueses sem tempo de reação, causaram pânico entre os elementos do pelotão, que na tentativa de fuga, muitos deles morreram acidentalmente soterrados na lama. Isso numa tentativa frustrada para atravessar o rio Mansoa. Estima-se que nesse autêntico descalabro, terão morrido cerca de dezanove militares entre os quais: quatro de origem portuguesa, incluindo o alferes Manuel A. Pedro, que liderava o pelotão e mais quinze auxiliares autóctones.¹²⁵

Recorda-se que essa operação além de ser traiçoeira para os militares portugueses, realizou-se na ausência de Teixeira Pinto e o seu inseparável auxiliar Abdul Indjay. Os dois implacáveis estavam a preparar-se em chão de Manjacos e Bramis, para posteriormente se deslocarem àquela região de Mansoa para uma nova campanha.

Os cinco sobreviventes afetos às autoridades metropolitanas naquele desastre, ainda tentaram a socorrer alguns dos seus camaradas que se encontravam enterrados de baixo da lama, mas sem sucesso. Visto que o mar não oferecia grandes condições, restando somente o relato de como tudo aconteceu por um dos sobreviventes que transcrevo: “quando chegamos a Brai, o comandante notou que o gentio fugia, escondendo-se no mato. Ordenou o guia que chamasse aquela gente e lhe dissesse que não ia já para fazer mal e que queria falar com eles. Mas eles negaram-se a tal, iam sempre fugindo e gritando, como chamando e dando sinal. O guia aconselhou a retirada, porque aquela gente não estava boa e tornava-se perigoso avançar”.

“A estes prudentes conselhos respondeu o comandante com uma ordem de avanço, pois que não estava ali para fazer mal a ninguém e nestas condições nenhum mal eles poderiam fazer. Seguiu o pelotão para Bambrinas; mas antes de lá chegar foi

¹²⁵ Ibidem, 160-161

atacado pela agente de Brai, que o tinha seguindo de longe e logo também pela gente de Bambi.”

“O comandante tentou resistir, mas foi empurrado pela gente que o cercava de encontro ao rio de Bambi, que certamente teria atravessado para se salvar, se o rio aí não tivesse grande largura e muita lama. Quis ainda conduzir o pelotão para a retaguarda, indo atravessar o rio noutra ponto mais estreito, mas infelizmente o alferes Pedro é o primeiro a ser atingido com um tiro em pleno peito, caindo morto. A seguir caíem mortos também o cabo ferrador Martins e um soldado indígena; então os restantes, vendo o perigo que corriam, procuraram salvar-se metendo o gado a atravessar o rio, atolando-se no lodo, onde foram mortos, chacinados, conseguindo apenas salvar-se cinco e o guia”.¹²⁶

Diga-se de passagem que os militares portugueses, apesar de tudo, foram pouco prudentes ao decidirem seguir a sua marcha para o interior da zona considerada hostil para eles. Aqui ficou notório, mais uma vez, a capacidade militar e da liderança de João Teixeira Pinto em relação a outros líderes das anteriores campanhas. Por outro lado, este acontecimento deixou Administração Colonial, numa situação militarmente muito delicada, visto que, havendo instabilidade em Mansoa o lugar estratégico da Guiné (por se situar no centro do país), poderia causar efeitos negativos para as regiões já pacificadas.

Para isso havia necessidade de destruir a máquina da guerra dos insurretos Balantas, e flagelar os autores deste desastre. Para efeito havia necessidade de tomada de posição no ponto de vista militar. Por este motivo foram requisitados os seguintes efetivos: 30 do que resta dos seus 36 Angolanos de etnia *Kwanyama*, subindo proporcionalmente entre maio e junho de 400 auxiliares para 600 numa fase preliminar, e de 700 à 800 o limite considerado suficiente por João Teixeira Pinto. E ainda com apoio de *Abdul Indjay*, com os seus homens, incluindo um médico e cinco enfermeiros e uma ambulância equipada.¹²⁷

¹²⁶ Idem. Cunha, J. M. Silva: *Questões Ultramarinas Internacionais*, 13ª. Edição Ed: Ática Lisboa. pp. 76-77

¹²⁷ Idem: Pelessier, René. *História da Guiné - Portuguesa e Africanos na Senegâmbia 1841-1936 ed. II vol. Editora Estampa 1989 Lisboa, p.164*

No dia 13 de maio de 1914 os tropas portuguesas, lançaram uma ofensiva militar de grande envergadura contra os indígenas de Mansoa, numa tentativa de vingança, e de uma incursão aquela localidade.

Desta forma a data ficou marcada na historiografia colonial portuguesa, como o período em que se desencadeou uma ofensiva militar no centro da Guiné. Concretamente em Mansoa, por Teixeira Pinto e *Abdul Indjay*, contra Balantas.

Numa guerra que contava com cerca de vinte mil Balantas, entrancheirados ao lado do rio Mansoa mais próxima da zona de Encheia,¹²⁸ mantendo-se em alerta a qualquer avanço dos seus inimigos, que poderiam estar à espreita.

Mas por outro lado, a má preparação militar por parte dos Balantas e a competência militar que Teixeira Pinto tinha, causou uma autêntica chacina entre os insurretos. Por causa dos números indeterminados de Balantas mortos, enquanto da parte colonial, havia 12 baixas, todos auxiliares autóctones. Desta feita, a ação de Teixeira Pinto e *Abdul Indjay* parecia resultar, no que seriam os objetivos imediatos para essa localidade. O que não fez baixar os braços aos hostis Balantas, que voltaram a lançar uma contra ofensiva no início de junho de 1914, a guarnição portuguesa nas localidades de Djugudul, Nhacra e Cumeré.

O que viria a transformar a zona de Mansoa e os arredores a ferro e fogo, e isso serviu de alarme para os Pepéis e grumetes¹²⁹ de Bissau. Atentos ao que se passava com os seus conterrâneos Balantas na vizinha Mansoa. Os homens de Bissau mantiveram-se vigilantes, enquanto decorriam do outro lado combates ferozes entre os revoltados de Mansoa contra os seus usurpadores.

Mas a pressão dos militares portugueses era tão forte que os revoltados não conseguiam fazer face, e acabaram por se render.

¹²⁸ Ibidem, P. 164

¹²⁹ Os grumetes só instigavam os indígenas pepés para guerra, por questão da defesa dos seus interesses comerciais e não do nacionalismo Guineense. Reparei que ao reconhecerem que o próximo alvo de Teixeira Pinto seria sem dúvida os Pepéis de Bissau, a maior preocupação deles era o Abdul Indjay e o seu grupo de fulas, por questão de saques e roubos que são evidentes ao longo das campanhas promovidos por João Teixeira Pinto.

Perspetiva Histórica das Campanhas de João Teixeira Pinto e Abdul Indjay (1911-1915) na Guiné

Mas Mansoa por ser a zona centro, o controlo da paz aí era algo efémero, o que era um erro crasso para as autoridades portuguesas naquela época, ao julgar que a derrota dos Balantas seria o fim da hostilidade no local. Por isso, quando se pensava que a campanha tinha terminado, um grupo de auxiliares de *Abdul Idjay* numa missão de pilhagem em changé, foram surpreendentemente atacados pelos Balantas locais. Onde provocou a morte de todos os auxiliares ligados a essa operação de saque conduzidos por *Abdul Indja*, também o único sobrevivente do ataque.

A paz definitiva só foi possível no setor de Mansoa, quando João Teixeira Pinto reorganiza uma nova ofensiva aos indígenas locais. Uma ação que terminou com um balanço negro para a população indígena de quarenta e nove baixas contra dezassete auxiliares da parte colonial. Foram apreendidas de 6000 espingardas de origem pederneira e 31 armas de guerra.¹³⁰

Quanto aos impostos obtidos nesta zona durante a campanha tinham um custo algo duvidoso, nos cálculos das autoridades portuguesas, vão de 100 (cem) a 150000 (Cento e Cinquenta Mil) escudos anuais.¹³¹

Sinal que, apesar da recusa da contribuição dos impostos de palhotas por parte dos indígenas, as autoridades coloniais conseguiram angariar meios para atingir os seus fins. Que visavam não só impor as suas leis em cima das que eram dos povos indígenas locais, mas obrigá-los a pagarem os impostos das suas palhotas, o que seria sinal de submissão a uma autoridade dominadora. Contudo a verdadeira submissão a soberania portuguesa chegou nesse território, em 14 de agosto de 1914 com o domínio total de Teixeira Pinto na localidade e implantação das leis que visavam controlar a população.

¹³⁰ Idem: PINTO, Teixeira, *Ocupação Militar da Guiné, 1ª ed. Editora, Agencia geral das Colónias, Lisboa 1936 pp.168 -169*

¹³¹ O rácio de Teixeira Pinto no entender de René Pelissier, era algo exagerado porque assim sendo queria isso dizer que existem entre 70-100000 palhotas a taxar 1,5 escudos (Idem, p.167).

2.5 Quarta e última expedição: Contra os Pepéis e Grumetes de Bissau.

A cidade de Bissau além de pertencer à etnia Pepél era o ninho dos comerciantes libaneses e grumetes luso/guineenses, que na altura formavam um grupo de elite que geriam o comércio de várias ordens. Também eram conhecidos pelas suas ações de contrabandos de armas, pólvoras e álcool no local.

Uma prática veementemente repudiada pelo chefe de estado-maior João Teixeira Pinto, porque no entender deste implacável militar de carreira, a venda das armas aos insurretos dificultaria de que maneira, a paz e a submissão destes à soberania colonial.

Essa posição causou um mal-estar em Bissau (sobretudo no seio dos membros da liga guineense), ao ser decretada oficialmente por João Teixeira Pinto, a lei de proibição da venda dos armamentos aos autóctones.

Sinal de que essa decisão, no entender dos grumetes, além de ir contra os seus interesses comerciais, iria facilitar a incursão de Teixeira Pinto e Abdul Indjay, ao território, podendo causar saques e roubos dos seus bens. Razão pela qual, os homens de negócios instigavam com muita veemência as ações belicistas dos pepéis em Bissau, contra os portugueses. E resolveram ir contra a lei de cobranças dos impostos de palhotas aos pepéis. Em causa, não estava os interesses dos pepéis mas os seus próprios interesses comerciais. Atormentados pelos boatos que ocorriam na cidade de um eventual ataque aos pepéis de Bissau, pelos portugueses. Muitos populares foram obrigados a fugirem da Ilha, para diferentes localidades em busca dos refúgios. Com medo de poderem vir a ser esmagados indiscriminadamente pelas partes beligerantes.

Essa situação não trouxe instabilidade somente para os populares, mas também, era ameaçadora de forma substancial à soberania portuguesa no território. Uma ação que Teixeira Pinto entendeu ser pertinente, decretar o estado de sítio a partir de 13 de maio de 1915, em todo o território da ilha de Bissau.¹³²

120 MendY, Peter Karibe: Colonialismo Português em África (a tradição de Resistência na Guiné-Bissau 1879-1959); ed. Instituto Nacional de estudos e pesquisas da Guiné-Bissau, (INEP) ano 1994, editado em Lisboa.

Perspetiva Histórica das Campanhas de João Teixeira Pinto e Abdul Indjay (1911-1915) na Guiné

O motivo desse decreto baseava-se em poder redimir de todas as ações prevaricadoras os homens de negócios, para facilitar de forma discricionária a uma ação de razia contra os pepéis e seus aliados grumetes. Para efeito, as autoridades coloniais ordenaram a proibição geral das comunicações, a toda área que compunham a cidade de Bissau, para expurgar essas práticas perigosas que, os grumetes concebiam na cidade contra os interesses da soberania colonial.

Enquanto o chefe de estado-maior ameaçava atacar Bissau, a *Liga Guineense* tentava uma solução pacífica por uma via aparentemente diplomática junto do governador Oliveira Duque, levando como sua bandeira da conversação, uma proposta de submissão dos Pepéis ao pagamento dos impostos das palhotas. Mesmo afirmando que compreendia as suas pretensões, o governador preferiu estar ao lado dos objetivos propostos por Teixeira Pinto, por questões da defesa dos interesses da nação.

A verdade é que, a *Liga Guineense* delegando num dos seus responsáveis máximos (Caetano José Nosoliny) em meados de maio de 1915, para travar esse essas ameaças junto das autoridades portuguesas, não obtiveram resultados favoráveis. Desesperados com a medida, os grumetes recorreram às ameaças de morte contra Teixeira Pinto, através de uma chuva de cartas anónimas, tudo com a finalidade de travar um eventual ataque armado proposto por ele à cidade.

E por outro lado, a derrota dos portugueses nas campanhas anteriores a de Teixeira Pinto foi o único recurso para os grumetes suprimirem o medo desse eventual ataque. E apostavam na pior das hipóteses, expulsar os portugueses do território a fim obterem a independência do mesmo. Mas isso não passava de um simples sonho, visto que, Teixeira Pinto já mais admitiria tolerar aqueles que caracterizava de rebeldes, e que ele desejava aniquilar.

E que no seu entender: “ Os grumetes são Pepéis baptizados, tendo parentes na ilha e, como pelo seu lado estão ligados com Cabo-Verdiano, hão-de opor uma resistência enorme à ocupação da Ilha. O que é necessário fazer, custo que o custar, pois é deprimente para nós que no primeiro posto da província onde vão vapores estrangeiros

nós só dominemos dentro dos muros da praça. Dizem que a ilha de Bissau vai ser o meu cemitério mas, apesar disso, hei-de tentar ocupação porque prefiro lá morrer...”¹³³

Nesse sentido, preparavam-se os confrontos em Bissau, o responsável português pelo comando do território, toma as medidas necessárias para garantir a segurança da população e estâncias comerciais. Procurando separar o trigo do joio, tendo a precaução de dividir os grumetes em duas fações: os que habitavam na zona de fortaleza de Amura, tinham como obrigação de uma apresentação periódica de duas vezes por dia, às autoridades coloniais,¹³⁴ e aqueles que habitavam junto dos Pepéis,¹³⁵ eram considerados obstinados e dissidentes. A lei obrigava a apresentação diária, de duas vezes, às autoridades, desses grumetes classificados como lusitanos.

A finalidade dessa divisão¹³⁶ não só era estratégica, mas também permitia fragilizar a aliança Pepéis/Grumetes, como também de poder chegar à conclusão dos que eram prós e contra as autoridades coloniais. Enquanto os que se encontravam do lado dos Pepéis, mesmo as autoridades coloniais tendo conhecimento que eram todos da Liga Guineense, semelhantes aos seus correligionários lusitanos, eram considerados inimigos a abater.

Por isso a situação encontrada por Teixeira Pinto em Bissau, era peculiar, se for a fazer uma analogia quanto as que já enfrentou em certos lugares da Guiné. Porque quando concluiu a campanha contra os Balantas de Mansoa, Teixeira Pinto mais que ninguém sabia que doravante, iria enfrentar uma guerra não só contra os Pepéis, mas também, contra os grumetes de Bissau. Algo perturbado com a situação, o experiente militar da carreira, não se sentia amedrontado, e parte para uma razia ao território dos

¹³³ Marques, A.H. Oliveira, *Império Africano (1890-1930)*, vol. XI, editora Estampa, Lisboa 2001. P. 163

¹³⁴ Esses grumetes eram considerados portugueses por terem sangue Luso e que não deviam misturar-se com os outros seus correligionários considerados dissidentes.

¹³⁵ Os Pepéis eram vistos por governador Soveral Martins como principais inimigos dos Portugueses, por desafiarem veementemente, as ordens estabelecidas pelas autoridades coloniais no território.

¹³⁶ Na prática a divisão foi feita através de um muro de concreto, que separava os habitantes de um lado e de outro, os que estavam do lado da fortaleza D´Amura eram privilegiados, fazendo lembrar do muro de Berlim. E forçosamente os que se encontravam do lado dos Pepéis estavam condenados a não estabelecerem comunicação com os do outro lado. Por isso mesmo até hoje em Bissau, as zonas próximas da mediação da fortaleza D´Amura são denominadas “Bissau Bedju,” e zonas distantes da fortaleza, “Bissau Nobu ou Chão de Pepél” quiçá por questão do povo querer homenagear a resistência colonial na cidade.

pepéis e os seus primos lusitanos, os Grumetes de Bissau. Porque o seu propósito, tal como foi em outros lugares da Guiné, seria de ir expurgar todas as reverências de rebeldias e de invencibilidade dos Pepéis, alcançadas nas anteriores campanhas de 1894 e 1908 face as autoridades coloniais no território.

Os Pepéis que como já se referiu, contavam com um escasso grupo de comerciantes que habitavam na cidade, e que instigavam permanentemente a hostilidade e em certas situações, defraudavam os impostos às autoridades coloniais, através das cobranças indevidas.

Havendo esse dilema, a fase preliminar de ação militar em Bissau, justificava um cuidado a dobrar, quanto ao número dos efetivos, incluindo nos armamentos. Por esse motivo, Teixeira Pinto¹³⁷ viu-se obrigado a reforçar o número dos auxiliares e equipamentos bélicos para a operação de Bissau. Isso para não falar do seu inseparável auxiliar *Abdul Indjay* e os seus mil e quinhentos homens abivacados em *Nhacra* (a redor de Bissau), prontos a combater.¹³⁸ Era um punhado de auxiliares fulas que sob o som de “*Tantã*”,¹³⁹ Algazarravam cânticos que os motivavam a enfrentarem uma etnia composta por homens dotados de grandes capacidades de guerra. Os Pepéis além de serem naturalmente dotados de uma coragem impar, eram resistentes na luta de corpo a corpo, a faceta que João Teixeira Pinto reconhece graças à sua experiência de convivências com os indígenas. E não era por acaso que tudo foi preparado com maior atenção no quadro de recrutamento dos seus guerreiros para enfrentar essa tarefa exigente.

Maioria dos auxiliares já adquiriram a experiência de guerrilha e possuem conhecimentos de manipulação das armas tipos: *Kropatchek*, *Snyder* e lanças transformando-se num perigo a solto para os Pepéis e grumetes. E tornando-se assim

¹³⁷ Para operação contra os Pepéis e grumetes de Bissau, contava com os reforços vindos do posto militar de Nhacra equipados, sob o comando dos 2ºs tenente José Monteiro e Queimado de Sousa.

¹³⁸ Pelissier, René: História da Guiné - Portuguesa e Africanos na Senegâmbia 1841-1936 ed. II vol. Editora Estampa 1989 Lisboa, pp.172-173

¹³⁹ O “*Tantã*” é um instrumento de precursão musical muçulmano, de fabrico artesanal usado na Guiné frequentemente pelos Fulas, Mandingas e Biafadas que em certas circunstâncias servem-se dele como meio de comunicação na povoação.

uma mais-valia para Teixeira Pinto.¹⁴⁰ Bissau cidade ilha, que Teixeira Pinto pretendia pacificar com a ajuda das suas baionetas sob a cilada do inimigo que, em 31 de maio de 1915 lançava uma ofensiva contra os seus homens entrincheirados no rio *imperai* que separava *Nhacra e Intula*.

Os Pepéis e grumetes, desta forma, antecipavam a guerra mas foram replicados de modo impetuoso pelos guerrilheiros portugueses, que à ordem do chefe de estado-maior João Teixeira Pinto lançaram um ataque fortíssimo a Tabanca de *Antula*.

Nesse lugar encontravam-se um punhado de guerrilheiros Pepéis e grumetes, numa ação de vigília. Enquanto Teixeira Pinto e alguns dos seus homens, sob os sons dos tiroteios aceleravam as mudanças de equipamentos de guerra para Bissau, que dista a escassos quilómetros de *Nhacra* o reduto dos guerrilheiros portugueses.

Foi nesse ambiente de intenso tiroteio que Teixeira Pinto e os seus homens forçavam transferência para cidade dos insurretos Pepéis e grumetes da Liga Guineense. O motivo pelo qual, os Pepéis e os seus aliados revelavam-se cada vez mais implacáveis quer para a própria população gerando pânico e desconfiança, transformando a cidade num palco de batalha campal.

A intensidade do tiroteio entre os beligerantes em Bissau era tão forte, o que trouxe a maior preocupação a Teixeira Pinto e os seus colaboradores Abdul Indjay e o tenente Henrique Alberto de Sousa Guerra quanto ao seu desfecho final. Um confronto onde a presença dos militares de origem portuguesa era completamente inexistente, parecendo ser uma guerra entre fulas muçulmanizados e os Pepéis em plena ilha de Bissau.

Mas o cenário na prática traduzia essa reflexão, que poderia transformar-se num desastre no plano militar se os meios aqui não justificassem os fins por parte dos portugueses. Visto que os inimigos estavam completamente determinados a expurgar os seus usurpadores. Se não fosse a experiencia do chefe de estado-maior Teixeira Pinto e coragem de Abdul Indjay a contagiar os seus pupilos, não resistiriam às fortes investidas dos Pepéis e grumetes. Essas virtudes coadjuvaram-se mutuamente na conquista da Tabanca de Intim em 3 de junho de 1915, num rude golpe contra os seus inimigos da ilha de Bissau. O saldo final deste confronto ficou favorável aos homens de

¹⁴⁰ Loureiro, António da Silva: *Tributo de Sangue*, ed. Agência Nacional Ultramarina, 1ª edição 1934 Lisboa, pp. 94-105

Perspetiva Histórica das Campanhas de João Teixeira Pinto e Abdul Indjay (1911-1915) na Guiné

Teixeira Pinto, de 20 mortos e 70 feridos, contra 200 corpos identificados com mortos e estima-se que os feridos poderiam atingir centenas.¹⁴¹

Esse efeito positivo por parte dos Portugueses elevou psicologicamente a autoestima dos seus guerreiros, incluindo o líder Teixeira Pinto que bem sabe pelas informações recolhidas das anteriores campanhas.

Desta feita, o próximo assalto ao cerne da cidade de Bissau foi realizado na base de uma estratégia bem definida, por Teixeira Pinto ao ordenar que fosse feito a partir das periferias como: Intim, Bandim e Antula territórios já conquistadas. Onde cerca de 1500 os auxiliares requisitados pelo experiente guerreiro Mamadu Cissé, conjuntamente com os futa-fulas de Abdul Indjay e o resto de Kwanyama flagelavam com tiros a resistência Pepéis-Grumetes.

Devido a essa ferocidade de ataque desencadeado pelos guerreiros comandados por Teixeira Pinto a partir dessas zonas, os pepéis e grumetes, foram obrigados abandonar a tentativa da resistência, e Bissau cai nas mãos dos Portugueses. Com a tomada da cidade em junho, as autoridades portuguesas sob comando do experiente Teixeira Pinto, toma uma nova iniciativa para uma incursão à região de Cumura através das mediações das bolanhas da Tabanca de Quecété. As autoridades portuguesas tendo já Bissau e arredores libertos, e também as zonas nortes como: Mansoa, Bula terra dos Bramis e toda área dos Manjacos sob o controlo, desta feita, deu para perceber que os Pepéis ficaram encurralados num escasso território entre Cumura, Quinhamel e Biombo.

Sem retaguarda, e com uma forte pressão militar dos homens afetos aos interesses coloniais, os Pepéis e grumetes, não foram capazes de romper o cerco montado estrategicamente para os expurgar desses territórios que eram seus.

Com efeito, as pressões quer de um lado e do outro eram insuportáveis de tal forma que havia necessidade em não continuar a guerra. E cessar a hostilidade, por meio de um diálogo pacífico que poderia ser viável para as partes beligerantes. Foi nesse sentido que como sempre o estratega português “Kurica” sondou os seus inimigos,¹⁴² através da mediação do régulo local, que repudiou veementemente a proposta.

Estratégica ou não, esta ideia pouparia a vida de muitos guerreiros de ambas as partes, sobretudo do lado dos pepéis e grumetes que já se encontravam numa situação

¹⁴¹Pelissier, René: *História da Guiné - Portuguesa e Africanos na Senegâmbia 1841-1936 ed. II vol. Editora Estampa 1989 Lisboa, pp.170-173*

¹⁴² Ver o ANEXO: João Teixeira Pinto a ser recebido pelo Regulo de Tôr, no âmbito de uma tentativa de acordo de cessar-fogo recusado a ordem do Regulo de Biombo.

débil no ponto de vista militar. O desejo de cessar o fogo recusado, a “Kurica” e os seus homens, fez subir o eco da revolta e o ódio por parte dos forasteiros vindos de metrópole.

É nessa perspetiva, que Teixeira Pinto para cumprir um dos seus planos propostos pelo governo português para os insubmissos no território (que seria de impor essa gente a obedecer a soberania colonial) ordena a invasão de Quinhamel a partir das mediações de Quecété.¹⁴³

Nessa incursão registou-se uma efémera resistência dos Pepéis mesmo tendo sido verificadas intensas trocas de tiros entre ambas as partes, as capacidades de respostas dos insurretos era débil. Assim sendo, o forte dispositivo dos portugueses fez cair Quinhamel e Tôr¹⁴⁴ a 16 de julho 1915, sob inconfirmável posição do régulo local que obstinadamente assumiu a derrota numa posição demagógica. Porque a derrota em Quinhamel, anunciava doravante, um colapso total dos objetivos dos guerreiros Pepéis e grumetes de Bissau. Que seria como último recurso, manter o resto dos seus espaços territoriais a qualquer custo.

Mas a região de Biombo, o último reduto dos Pepéis, persistentes da revolta¹⁴⁵ ainda era liderada pelo seu régulo, por não conter o seu ódio para com a presença dos portugueses no seu reino. Foi por isso obrigado a constatar em *in loco* uma grande chacina dos seus homens causada pelos auxiliares afetos a Abdul Indjay e Mamadu Cissé¹⁴⁶ fruto da sua própria obstinação.

Por conseguinte, a resistência dos indígenas veio terminar em todas zonas dos Pepéis, com já anunciada queda da região de Biombo, em 20 de julho de 1915. Que traz um balaço negro, resultante de uma detenção do régulo local, mais 1307 indígenas mortos¹⁴⁷ o número que porventura poderá ultrapassar esse somatório. Quanto ao lado

¹⁴³Quecété é uma tabanca (Aldeia) circunvizinha de Quinhamel e Bissau, pertencente a actual Setor de Prabís, considerada baluarte dos Pepéis devido a sua densa floresta e, servia como retaguarda dos territórios desse grupo étnico como: Bissau, Quinhamel e Biombo. Por isso a tomada desse território pelos portugueses, fragilizou todas as referidas Tabancas.

¹⁴⁴ Ver o ANEXO: Q

¹⁴⁵ Ver o ANEXO: N

¹⁴⁶ Ele mereceu as confianças dos portugueses, por ter participado em diversas campanhas de pacificações que ocorreram em diferentes lugares da Guiné, e era dotado de uma competência na guerra miliciana, por isso recebeu o louvor de Tenente da primeira linha. É verdade que não possuía as capacidades milicianas nem retórica similar a de Abdul Indjay.

¹⁴⁷ Idem: Pelissier, René p.177

Perspetiva Histórica das Campanhas de João Teixeira Pinto e Abdul Indjay (1911-1915) na Guiné

colonial, soube-se que o número de mortos era de 284 incluindo os feridos,¹⁴⁸ num total de 1600 homens, todos auxiliares.

A derrota dos pepéis não só veio determinar o fim da resistência dos indígenas e grumetes de Bissau e Biombo, marcava também o culminar de uma sangrenta missão de João Teixeira Pinto a Guiné.

Com a missão a chegar o seu término, o chefe de estado-maior da colónia deixa o legado da soberania nas mãos do governador do território e parte para metrópole repleto de relatórios das suas vitoriosas campanhas. Que realizou descritivamente contra os Soninquês de Oio, os Manjacos de Cacheu, os Balantas de Mansoa e os Pepéis e grumetes de Bissau. Permitindo deste modo as autoridades coloniais, perspetivarem o novo futuro da Guiné no seu contexto económico, social e político.

¹⁴⁸ O relatório de Teixeira Pinto sobre a matéria, não foi nada explícito quanto aos números dos mortos e feridos por parte dos seus 1600 auxiliares. E dos seus Kwanyamas que ninguém soube dos seus paradeiros? Será que estavam vivos ou existe aqui uma ocultação da verdade? O autor René Pelissier, também persiste nesta dúvida.

CAPITULO III

PERSPECTIVA PORTUGUESA PARA UMA GUINÉ PÓS CONFLITO

3.1 A Guiné - Portuguesa após a Resistência indígena.

O fim da missão de Teixeira Pinto à Guiné foi recebido na metrópole com uma certa prepotência por parte da classe política, isso por ter obrigado os autóctones a se submeterem à soberania Portuguesa e conquistando assim o território. A sua ação no território foi consideravelmente importante, no processo de apaziguamento e da unificação daquela colónia. Teixeira Pinto soube recorrer no terreno a métodos estratégicos perante os indígenas guineenses, no qual se apresentava como amigo mas no fundo era implacável e extremamente violento. Essa forma de agir, tinha como objetivo atingir os seus interesses coloniais a todo custo, obrigando-os a submeterem as autoridades Portuguesas no local, estabelecendo assim uma plena soberania colonial na Guiné. Visto que, sua realização, na prática permitiria Portugal, alcançar os recursos que a Guiné disponha. Foi nesta perspectiva que as quatro campanhas da dita pacificação, alcançadas com méritos de Teixeira Pinto e o seu auxiliar da primeira hora *Abdul Indjay*, (figuras mediáticas nesta guerra contra as resistências autóctones da Guiné), contribuíram de um certo modo, para afirmação de Portugal nesse território. Embora seja de salientar que, o clima de paz não era global em toda Guiné, por existência em determinados lugares ditas pacificadas, algumas subversões. Mas a verdade é que, tudo estava sob o controlo das autoridades Portuguesas, mesmo havendo essas pequenas revoltas, que eram efémeras e poucos graves para as autoridades coloniais.

Com efeito, diga-se de passagem, que o Teixeira Pinto e Abdul Indjay, ajudaram a proporcionar a Portugal um contributo essencial na sua política de saneamento económico e estrutural, naquela época. Isto é, ao permitirem a pacificação completa das regiões consideradas mais hostis aos Portugueses na Guiné, o feito que outrora era inimaginável alcançar¹⁴⁹.

¹⁴⁹ É importante lembrar que a total pacificação da Guiné não foi totalmente possível em 1915 com João Teixeira Pinto, mas sim em 1936 com a rendição das etnias Bijagós em Bolama. Desde sempre essa etnia, nunca submeteu as autoridades Portuguesas no território, sobretudo no que diz respeito ao pagamento dos impostos.

Por outro lado, essas conquistas permitiram as autoridades da metrópole, uma aposta na exploração sem precedente do território, em prol dos seus interesses¹⁵⁰ a qual recorriam a um método opressor, que obrigava os nativos a trabalharem à força sem condições remuneratórias, e numa absoluta precariedade.¹⁵¹

Essas práticas demonstravam objetivos claros das autoridades coloniais, que classifico aqui, como o desejo desenfreado do exercício da supremacia, do dominador face ao dominado. Que usava das suas capacidades avassaladoras para se vingar dos seus oponentes. Nessa linha de pensamento, um dos governantes dessa chamada Guiné-portuguesa, que suponho ser “Alfredo Cardoso Soveral Martins,” numa clara manifestação de revolta naquilo que pensou ser uma passividade verificada nas anteriores tentativas de pacificações do território, dizendo: “o comércio e as indústrias não podem desenvolver-se em regiões que não dominamos, onde tratamos de potências para potências com régulos sempre prontos a humilhar-nos, lutando contra raças que nos são hostis na quase totalidades dos casos, e que se habituaram a considerar-nos como incapazes de os submeter (...)”¹⁵²

Esta observação do governante português apontava no sentido de que, a violência agora exercida pela máquina demolidora de Teixeira Pinto e os seus auxiliares, face aos indígenas determinados, justificava como forte argumento que se devia recorrer. Isso bem entendido, o responsável colonial, suspirava as incapacidades de Portugal que, ao longo das anteriores campanhas, não houve ninguém capaz de pôr cobro às insurreições dos nativos, contra a sua soberania.

Na verdade, seria quase impossível atingir qualquer progresso socioeconómico, num território instável como era a Guiné. Onde a violência era extrema, e nada era consensual para favorecer um clima de paz entre as partes.

¹⁵⁰ O fim do comércio de escravos anunciado em meados do século XIX (1815) fez as autoridades portuguesas na Guiné, mudar gradualmente a sua anterior política comercial, virando a sua aposta para comércio dos seguintes produtos agrícolas: (amendoim, coconote, Óleo de palma e Borracha). Esses produtos eram exportados para Portugal em troca de tecidos e muitas vezes com bebidas alcoólicas.

¹⁵¹ Marques, A.H. de Oliveira: *Império Africano 1890-1930, XI vol. Editora Estampa 2001 Lisboa, pp. 19-175*

¹⁵² Idem: Pelissier, René: *História da Guiné-Portuguesa e Africanos na Senegâmbia 1841-1936 ed. II vol. Editora Estampa 1989 Lisboa, P. 19*

Perspetiva Histórica das Campanhas de João Teixeira Pinto e Abdul Indjay (1911-1915) na Guiné

As sociedades tribais viviam numa autêntica anarquia, isso no conceito de estado, onde todos os cidadãos deviam coexistir num clima de unidade e reciprocidade entre si.

VIGILÂNCIA NAS REGIÕES PACIFICADAS E DA CRIAÇÃO DA POLICIA RURAL

3.3. A Região de Geba: Exemplo da Segurança do Território:

Ao considerar a região de Geba e as suas redondezas pacificadas, as autoridades coloniais no terreno, preocuparam-se imediatamente em colocar uma força de segurança para manter a paz e estabilidades nas regiões. Como em todas as áreas já controladas pelas autoridades portuguesas.

E como eram símbolos dos objetivos alcançados por Teixeira Pinto havia uma necessidade redobrada para mantê-los estáveis. Por isso, as autoridades coloniais nesses locais, propõem ao governo central em Lisboa, através de um documento enviado à metrópole, a criação de um efetivo de “polícia Rural.” Um efetivo capaz de manter uma segurança permanente na região, e com objetivo de impedir qualquer eventualidade que possa trazer uma nova instabilidade quer dentro e nas zonas circundantes.

Porque apesar de uma aparente acalmia verificada ao longo de alguma temporada nessas regiões, aquelas onde abundam os habitantes ainda fulas não islamizados não era vista pela administração portuguesa no local, como um lugar dominado.

Havia de facto essa necessidade de proporcionar uma condição propícia a uma real pacificação daqueles territórios. E com efeito, prometer às autoridades coloniais prosseguir as suas missões pacificadoras no interior da área, assim como nas suas proximidades. Que para além da criação das polícias rurais, foram criados chefes locais que assumiam a responsabilidades de garantir as seguranças das respetivas áreas pacificadas. Maioritariamente esses chefes eram de matriz tradicionais, como régulos ou chefes religiosos que no passado colaboravam direta ou indiretamente com as autoridades coloniais.

Como se sabe, havia interesse estratégico por parte de Portugal, em tentar incutir nas mentes da população indígena as falsas ideias civilizadoras, o que nunca foi fácil. Essa era prática repugnada por maioria dos indígenas, dando exemplo, segundo o documento do governador da região de Geba, que tive acesso no Arquivo Histórico

Ultramarino de Lisboa,¹⁵³ onde consta que naquela altura, os territórios com números da população que rondava uma quantia de 100.000 habitantes, não favoreciam a sustentabilidade da paz.

Esse receio permaneceu na consciência das autoridades portuguesas que se manteve em alerta máximo, apesar de poucos efetivos que dispunham. Estando assim em alerta no que poderia vir a acontecer no ponto de vista militar, naquelas localidades costeiras da Guiné, o processo de dominação continuava.¹⁵⁴ Isso é, através dos meios evangelísticos que supostamente serviam como forma de conduzir aos nativos a uma cultura mais coerente e moderna.

Mas a maior dor de cabeça para os portugueses que se podia imaginar naquelas zonas pacificadas, como Geba e os arredores, “chamava-se etnia Fula que era vista como uma ameaça real a estabilidade quer para região, assim como para as zonas circunvizinhas devido a sua natureza espontânea.”¹⁵⁵

Atendendo a essas preocupações, que já referi, relativamente à escassez de corpos efetivos policiais no local, capaz de servir como braço direito das autoridades coloniais, no território, o governador sugeriu o seguinte:

- um Comandante;
- dois Oficiais Subalternos;
- um Primeiro-sargento de Cavalaria;
- um Segundo Sargento de Cavalaria;
- dois Primeiros Cabos de Cavalaria;
- um Ferrador de Origem Europeia e vinte e quatro Soldados Indígenas.¹⁵⁶

Os salários aqui eram diferentes, em conformidade com as cores, ou seja, o branco usufruía de uma remuneração mais elevada, seguido do mestiço e com o salário inferior era o negro. Essas disparidades de critérios remuneratórias justificavam aquilo que se

¹⁵³ Arquivo Histórico Ultramarino; Pasta: *DGC.5ª Rep. / AHU_ACL_MU_DGC_RM_ Cx. 11 (doc)*

¹⁵⁴ Pelissier, René: *História da Guiné-Portuguesa e Africanos na Senegâmbia 1841-1936 ed. II vol. Editora Estampa 1989 Lisboa, Pp138-139*

¹⁵⁵ Idem: Arquivo Histórico Ultramarino; *DGC. 5ª Rep. / AHU_ACL_MU_DGC_RM_ Cx. 11. (doc).*

¹⁵⁶ Barreto, João: *História da Guiné 1418-1918 editora Livraria Moraes 1938-Lisboa, pp120-367*

Perspetiva Histórica das Campanhas de João Teixeira Pinto e Abdul Indjay (1911-1915) na Guiné

referiu ao longo desta tese, sobre os objetivos coloniais para o continente, que basicamente passava por separar os nativos das suas raízes para adotar outra forma de vida.

Com a chegada da permissão de colocação dos efetivos das esquadras de “pólicas Rurais” vinda de Lisboa, os governadores de Geba e Gabu, fizeram cumprir as suas demandas de poder. Para o efeito, as tabancas eram sujeitos ao recenseamento obrigatório dos jovens com idades até 35 anos, para com a finalidade de irem cumprir os serviços policiais assim que for necessário.¹⁵⁷

O processo de angariação de “pólicas Rural” era alicerçado através do recurso a maioria da população nativa. Pois eram mais rentáveis aos cofres das autoridades coloniais, visto que a sua margem salarial era bastante baixa, aos níveis dos outros. O que era encarado uma ideia bastante agradável à administração colonial. Além disso, tornava mais fácil para as autoridades portuguesas, nas ações de reconhecimentos dos eventuais prevaricadores. Sabendo que os hábitos tradicionais indígenas eram repudiados pelas autoridades coloniais, e considerados como uma provável ameaça à estabilidade na região.

¹⁵⁷Arquivo Histórico Ultramarina: *PT/AHU/UM/DGC/RC-Guine; entrada Geral das Correspondências 1912-1914, Lv. 6 P. 88 cota nº 329/IL*

Atividades Agrícolas pós conflito

A agricultura era a única fonte de rendimento dos Guineenses autóctones, antes e depois das campanhas de Teixeira Pinto, e até ao nosso tempo. Foi valorizada pelas autoridades coloniais no período em que a posse do território passou por completo para as suas mãos. A agricultura veio assumir também o papel importante, nas principais exportações efetuadas pela metrópole, ao longo da colonização do território. Num claro aproveitamento das mãos de obras baratas provenientes dos trabalhos forçados que os indígenas eram sujeitos. Embora por estranho que pareça, as atividades agrícolas não eram encaradas pelos indígenas, entre si só, como algo que pudesse ajudar a minimizar as grandes carências alimentares que eles próprios sofriam. Deste modo, os indígenas tinham dificuldades em desenvolvê-la em grandes escalas, de modo a garantir uma maior quantidade de produções alimentares para a família e para o mercado. A explicação de tudo isso é que, a forma de produção dos indígenas não só se baseava em fatores como a falta de interesse pelas tarefas laborais, como entendiam os colonizadores, mas, por falta de comunicação com o exterior. A população indígena vivia em comunidades fechadas, sem acesso às informações vindas do exterior, capazes de os instruir suficientemente nas suas tarefas produtivas. É compreensível que os indígenas a viverem daquele modo e, em cima de tudo, num analfabetismo crônico, de não terem amplas noções de exercícios das atividades comerciais capazes de os gerarem grandes riquezas. Também de certa forma, não seriam capazes de garantir uma auto-subsistência familiar de modo sustentável visto que tudo era feito por eles de forma empírica.

De salientar que, esses fatores desfavoráveis refletiam também, para uma causa de pobreza endémica entre a população nativa, ao longo dos períodos antes e da dominação colonial na Guiné. Pontualmente foi no decurso do século XIX até o primeiro quartel século XX, que a população indígena conheceu a maior depressão económica, sem qualquer posse financeira, para o desenvolvimento agrícola ou o que quer que seja, em prol do seu benefício. E o pior de tudo, coincidiu no período do apogeu da colonização Europeia no continente e especialmente, o caso da Guiné, Portugal estava fortemente a acelerar o processo de pacificação territorial.

Perspetiva Histórica das Campanhas de João Teixeira Pinto e Abdul Indjay (1911-1915) na Guiné

Também, os poderes económicos de Portugal, não eram suficientes para resolver esse flagelo no território.¹⁵⁸ A própria administração colonial, subsistia sem grandes capitais financeiros, se não por graças aos fundos vindos dos impostos cobrados aos nativos. O que mais contribuía fortemente para o empobrecimento gritante da população indígena que mesmo assim, era obrigada a desembolsar a quantia exigida pelas autoridades.

Com essas complexidades graves da situação, um dos responsáveis coloniais no território entendia que: “...enquanto esses grandes capitais não possam vir servir como instrumento de progresso social, como o estabelecimento de culturas e sistemas modernos e aperfeiçoados, aproveitar a tendência natural do indígena, principalmente do Mandinga, educando e preparando-o desde já para essa nova evolução, sem o que o grande proprietário que aqui venha estabelecer-se nada conseguirá. O indígena não tendo os capitais para aquisição da sementeira e melhoria da cultura não produz o que despense com o trabalho e daí a má alimentação da população, a miséria orgânica e finalmente, por indolência, procurando só culturas menos dispendiosas e lucrativas, só tem em mira garantir o necessário para a fraca alimentação da família (...).”¹⁵⁹

Talvez essa visão também pudesse mudar algo pela positiva na vida dos nativos, e servir para o bem da população, especialmente para os Mandingas. Mesmo sabendo que à priori haveria sofrimentos, como sempre sofreram, os indígenas na sua totalidade, mas poderia ser um passo mais rápido para uma autonomia pessoal.

¹⁵⁸ PAIGC, *História Guiné e as Ilhas de Cabo-Verde, ed. Afrontamento, Lisboa 1974.*

¹⁵⁹ Idem: Marques, A.H. de Oliveira: *Império Africano 1890-1930, XI vol. Editora Estampa 2001 Lisboa, p.177.*

Como era o comércio?

A situação comercial na chamada Guiné - portuguesa, não funcionava com pressupostos de servir os interesses populares daquela chamada província ultramarina, se não, para os interesses de metrópole. Isso ficou mais claro no culminar das chamadas campanhas de Teixeira Pinto em 1915, que deixou o território quase sob tutela das autoridades Portuguesas. A política comercial portuguesa na Guiné tinha um sentido escravizados, baseada na desvalorização dos bens comerciais produzidos pela população local, no sentido de adquirir esse produto a baixo preço. E posteriormente serem exportados para o exterior, a fim de obter lucros mais rentáveis, obrigando assim o nativo a produzir mais, em prol dos interesses do colonizador.

As autoridades coloniais, não só pouco interessavam em instruir o indígena para objetivos comerciais, para alcançar o progresso nessa área, ignoravam o mínimo de conhecimento que detinha sobre matéria. Assim Impedindo-o direito a aquisição de uma licença de prática comercial em paridade com os Europeus, de acordo com vários restringiremos que sofria, quer nesta ou na outra área. Isso no sentido do governo português poder reforçar o seu efêmero monopólio neste ramo, com vista a reforçar as suas capacidades económico-financeiras, que lhe possa garantir uma consolidação efetiva das suas finanças.

Por outro lado Portugal nesse período debatia-se com grandes problemas financeiros (como já se referiu), que não lhe permitia exercer uma política capaz de contribuir para o facilitismo dos investimentos dos seus comerciantes no território. Com os indígenas fora das concorrências, e sem essas aberturas aos cidadãos portugueses, as atividades comerciais transformavam-se em assuntos de poucos interesses para os homens de negócios de metrópole. Dai que, um pouco do que o estado conseguia através de mão de obra barata, vindos dos trabalhos indígenas, era canalizado para metrópole. E posteriormente para os diferentes destinos sobretudo para os continentes chamados civilizados, como o Europeu e Americano. Essa falta de meios de Portugal, conjugada com a falta de política de apoios aos privados, e com os homens de negócios Europeus no território, a ver a Guiné brotar das riquezas naturais, de forma quantitativa e qualitativa deu atenção a esses grandes comerciantes estrangeiros residentes naquela colónia para exercício dessa atividade.

Estávamos num período em que o chamado mundo civilizado atravessava a fase do fim das compras e vendas de escravos ordenado pela conferência de Viena data 1815, e que trouxe uma consequência negativa e gravíssima para economia desses países, que veio a culminar com a falência das suas indústrias. E África recheada de produtos possíveis à exportação para alimentar essas grandes fábricas, Portugal corria uma série riscos no seu efémero monopólio comercial na Guiné quase pacificada. Obviamente Portugal com 90% da soberania do território assegurada, qualquer comerciante que quisesse exercer as suas atividades, bastava uma permissão, nas chamadas “tesourarias da fazenda pública” que funcionava como a atual “tesourarias das finanças públicas.”

Neste caso, algumas casas comerciais de origem Europeia como: Alemã, Francesa, Inglesa e Belga tiveram essas permissões para exercícios das suas atividades comerciais no ramo de impor-expor. Passadas pelas autoridades coloniais portuguesas presentes na Guiné, estabelecimentos que depois viriam a tornar-se em fortes concorrentes de Portugal nas atividades de comércio externo, da Guiné. Os tais concorrentes eram as companhias comerciais como: a “Companhias Francesas para África Ocidental” (CFAO) sediada em Marselha, que detinha 3 casas comerciais no território, a “Companhia comercial Alemã (RudolfTitzck) com sede em Hamburgo, uma sociedade comercial Franco-Inglesa e uma Belga. Essa situação, de monopólio veio confirma-se rapidamente, quando o comércio Guineense passou a ser dominado por esses gigantes Europeus, já no princípio do século XX. O período que concedeu com apogeu da campanha de pacificação de Teixeira Pinto contra a revolta dos nativos, contra a dominação colonial.

A metrópole que só detinha um estabelecimento comercial na Guiné refere-se, a “casa A. Silva Gouveia,”¹⁶⁰ que no meio desse oceano de monopólio dos Europeus, tornava-se cada vez impotente para enfrentá-los. E dado esse forte domínio externo, Portugal só beneficiava do comércio externo da Guiné, com 18%, dos produtos exportados. Com o fim da primeira guerra mundial, quando a Alemanha cessou as suas atividades comerciais na Guiné, Portugal atingiu 30% de rendimento nas exportações oriundas daquela colónia.

¹⁶⁰ A “Casa A. Silva Gouveia” era uma casa comercial de grande referência na Guiné até meados da década oitenta.

Perspetiva Histórica das Campanhas de João Teixeira Pinto e Abdul Indjay (1911-1915) na Guiné

Por outro lado, Portugal não estava interessado no desenvolvimento da Guiné, mesmo sabendo que, os indígenas não seriam de certo modo, os que mais beneficiariam dessa política, num longo prazo. O certo é que as autoridades coloniais desconfiavam que uma Guiné desenvolvida poderia gerar o surgimento de uma elite burguesa, capaz de assegurar os elementos que possam revoltar contra a soberania portuguesa. E podendo pôr em causa os interesses de Portugal no território. Essa filosofia foi mais evidenciada sobretudo, no período em que o regime fascista assumiu o poder em Portugal. O que confirmava frágil posição em que governo português se encontrava no contexto militar da Guiné, e o seu interesse em proteger plenamente a sua soberania, que se encontrava em risco.

A Educação Escolar

O ensino na Guiné nesse período fim das campanhas de Teixeira Pinto, tal como no prelúdio da ocupação do território, nunca esteve nas preocupações fundamentais dos colonialistas portugueses. Os seus objetivos educacionais planeados para o território, não correspondiam à realidade de uma educação tradicionalmente conhecida. Vocacionada num pressuposto de materialização dos valores do homem na sociedade. Era difícil isso acontecer, tanto quanto era compreensível haver esse tipo de política demagógica ao longo desse período temporal, que o fundamental para os Europeus, seria desbravar a exploração das riquezas que o continente negro possuía. Também não seria algo de estranho se houvesse alguma moderação no que diz respeito ao método de tratamento do indígena como ser humano, com algum valor.

Portugal para melhor tirar proveito desse *handicap*, ignorou esse princípio vacilar que referi, quando poderia de facto tirar o homem nativo, daquela fase da vida primitiva em que se encontrava.

As autoridades Portuguesas, nesse caso, inverteram esse tipo de ensino, que seria adequado a um povo que vivia sob ditames dos costumes e tradições, fundamentadas no senso comum. Optando para um ensino que nada tinha a ver minimamente com os interesses dos indígenas, como recomendava um colono acabado de chegar o solo guineense: “devemos educar a população indígena de acordo com as nossas tradições, para que seja nossa colaboradora na obra de desbravamento e valorização da colónia.”¹⁶¹ Pode-se questionar que tipo de educação ou tradição estaria aqui a referir?

Esta expressão em boa verdade revela com maior claridade os objetivos peculiares da missão exploratória dos Portugueses na Guiné, que se baseava, nada mais nada menos que, assumir o desbravamento da extração dos recursos naturais existentes no território guineense. A ideia da “nossa colaboradora na obra de desbravamento e valorização da colonial,”¹⁶² foi também uma pura demonstração de pouca estimação de um dominador fase a valor moral do seu dominado.

¹⁶¹ Idem: Fernandes, João: Problemas Coloniais. Ed., Estudos Históricos e Económicos, 1ª Edição, 1946 Lisboa. P.60

¹⁶² Jerónimo, Miguel Bandeira: Livros Brancos, Almas Negras, ed. pp.100-135.

CONCLUSÃO:

Conclui-se que João Teixeira Pinto e Abdul Indjay se bateram bem por um objetivo comum, ao longo das quatro campanhas efetuadas por ambos na Guiné. Um foi para o território já com a lição estudada, para enfrentar um povo que já tinha sido alvo de repressão. O outro, apesar da sua condição de forasteiro, pertencia à categoria social dos “Indígenas.”

Nesta ótica vou responder à questão central, concentrando-me ainda em procurar explicar o papel de João Teixeira Pinto num território cuja conquista, como ele próprio reconheceu, foi mais difícil do que esperava. Relativamente à forte resistência levada a cabo pelos autóctones, que mesmo sem preparação, sem armamentos sofisticados e sem reunir qualquer coisa como um “consenso nacional”, foram capazes de enfrentar a pressão que lhes foi imposta.

Com efeito verificou-se que João Teixeira Pinto, possuía uma grande competência militar, para controlar à situação que estava fora do controlo das autoridades colonial no território da Guiné - Portuguesa. A estratégia de estudar os territórios e os povos locais, facilitou bastante a sua tarefa e dos seus homens no momento exato de passar ao ataque. Por isso pôde adquirir um conhecimento exaustivo do terreno, e dos pontos fortes e fracos dos indígenas. Esses foram alguns dos fatores que também o ajudaram na escolha dos auxiliares para as suas fileiras, o que fez com que não aceitasse a aliança dos grumetes da “Liga Guineense.”

Porém, a tarefa de João Teixeira Pinto estava militarmente bem definida, no sentido de pôr o fim às subversões indígenas contra a autoridade portuguesa estabelecida. De tal modo que não se coadunava com os princípios dos elementos da Liga Guineense, por ter apreciado de forma negativa as suas qualidades.

Também devido à inexistência de unidade entre as etnias, atravessadas por conflitos e ódios generalizados, os grupos étnicos encontravam-se completamente fragilizados para enfrentar um conflito desta natureza. De tal modo que este acontecimento foi necessariamente aproveitado de forma prudente pela dupla protagonistas das campanhas contra os Soninques de Oio, Manjacos de Cacheu; Balantas de Mansoa, Pepeis e Grumetes de Bissau respetivamente.

Perante esta conjuntura social que o território apresentava, cada grupo étnico por meio dos seus chefes, ordenava os seus homens a defenderem os seus espaços territoriais. Em contrapartida, João Teixeira Pinto empenhava-se em defender os interesses portugueses em todas as circunstâncias, até no ponto de tentar convencer alguns dos líderes étnicos a desistir das suas convicções¹⁶³ e considerarem as leis que lhes eram impostas como a forma de submissão à soberania Portuguesa. Era a forma encontrada por ele para tentar apaziguar o ânimo dos autótones no decurso do conflito, com o objetivo de pôr fim à repressão.

A presença de João Teixeira Pinto na Guiné, e o seu empenho na sua pacificação, trouxe uma mais-valia à administração colonial e a todos os seus projetos no território. Projetos comercial, político, administrativo, agrícola e de exploração dos recursos naturais através de uma mão-de-obra barata. Permitiu também que os seus planos militares se cumprissem de forma integral, obtendo assim a garantia total da soberania do território à metrópole.

Pode-se concluir por outro lado que, a passagem do território da Guiné na sua totalidade para as mãos dos Portugueses, graças a João Teixeira Pinto e Abdul Indjay, desenhou um clima de entendimento entre a população autótone que não se entendia entre si, por falta de uma autoridade de estado. Em causa, vivia-se numa autêntica anarquia, sendo generalizado o uso da força como forma de resolução de qualquer diferendo.

Desta feita a coragem e a capacidade militar de João Teixeira Pinto faz dele (apesar dos castigos corporais a que sujeitava o povo autótone) não só um pacificador como um civilizador do povo autótone da Guiné. Este precisava de uma forma ou outra, de alcançar a civilização para poder provocar uma mudança positiva capaz de transformar o estado natural do homem nativo. Apesar de tudo, essa mudança acabou por funcionar como um processo geracional até hoje, num mundo genericamente moderno, por isso sem represálias. Por razão das autodeterminações de cada povo, mas com uma certa civilização da sua gente.

Quanto ao auxiliar Abdul Indjay, um homem que apesar de não ser Guineense era um auxiliar precioso, que perseguia os seus interesses pessoais, os quais coincidiam

¹⁶³ Ver o Anexo: H

Perspetiva Histórica das Campanhas de João Teixeira Pinto e Abdul Indjay (1911-1915) na Guiné

com os objetivos portugueses e sobretudo de João Teixeira Pinto, ele lutava para vencer na vida. Por isso fez quase tudo e teve a sorte de estar alinhado com os objetivos dos colonizadores.

De um simples combatente para um líder de milícias de origem local, Abdul Indjay¹⁶⁴ teve uma função importante na moralização dos efetivos de origem local. Teve papel de relevo no que concerne ao recrutamento dos nativos, os quais poderiam encarar João Teixeira Pinto com desconfiança o que, naquelas circunstâncias, poderia ser causador de revolta. A missão de Abdul Indjay não era só ir ao terreno para combater a favor dos portugueses, era de servir como estímulo para os que combatiam a favor dos portugueses.

Também foi notório ao longo desta dissertação esse espírito patriótico de Teixeira Pinto que involuntariamente contagiou Abdul Indjay. Este, conscientemente ou não, contribuiu deliberadamente para os cofres do governo português, no que concerne à inclusão dos indígenas sem um mínimo de contrapartidas remuneratórias, a não ser através dos produtos obtidos dos saques dos bens deixadas pelos populares. Foi nesta ótica que os auxiliares requisitados por ele não possuíam sequer contrato formalmente escrito que criasse um vínculo com as autoridades coloniais, a fim de os habilitar a usufruir de um salário mensal, ou, em caso de ferimento grave ou de morte, os seus familiares pudessem ter direito a receber as respetivas indemnizações. E por estranho que possa parecer, eles não estavam imunes a castigos caso não cumprissem as obrigações impostas pelas autoridades coloniais, no que diz respeito ao pagamento do “imposto da palhota.”

Por outro lado, a inclusão das forças autóctones nas campanhas de pacificação podia ser considerada também um método que visava poupar as vidas aos Portugueses, recorrendo à utilização dos indígenas em massa, mas de forma seletiva, e de acordo com o potencial de cada um.

Com este método, João Teixeira Pinto obrigava os nativos a combaterem contra os seus próprios irmãos (que é o mesmo que dizer: contra os seus próprios interesses nacionais). Isto assegurava a sua vitória antecipada contra os que contrariavam os seus objetivos coloniais. Em nosso entender, a derrota da população indígena foi pré-

¹⁶⁴ Ver o Anexo: H

Perspetiva Histórica das Campanhas de João Teixeira Pinto e Abdul Indjay (1911-1915) na Guiné

concebida no primeiro dia em que Teixeira Pinto chegou à Guiné. A falta de instrução escolar em que a população vivia, e que manteve a comunidade autóctone num longo período de vida primitiva, tornava-a altamente vulnerável a qualquer forma de dominação.

É certo que nenhum povo deseja ser subjugado no seu próprio território por quem quer que seja, muito menos por um forasteiro. É por isso também que importa lutar por objetivos comuns e sustentáveis, que visam valorizar o contraditório dessa tendência da dominação estrangeira. Coisas que os indígenas da Guiné não tinham. Por este motivo, as suas lutas acabaram por ser em vão, porque além de não chegarem a conquistar os territórios por que lutavam. foram dominados com maior crueldade do que aquela que existiu no princípio e durante os séculos que antecederam o final do século XIX.

BIBLIOGRAFIA:

Estudos & Fontes impressas:

- ALEXANDRE, Valentim & Jill Dias (eds.) (1998). *O Império Africano: 1825-1890*. Vol. X, Lisboa, Estampa.
- AMADO, L. (2012). *Guerra Colonial e Guerra de Libertação Nacional*, Lisboa, IPAD.
- ARCHER, M., (1946). *A Expansão Portuguesa na Guiné (O Mundo Português)*. Vol. X, nº 2, Lisboa, Agência Geral das Colónias, pp. 131-139.
- BARRETO, J. (1938). *História da Guiné: 1418-1918*, Lisboa, Livraria Moraes.
- *Bíblia Sagrada* (1983). S. Paulo, Edição Evangélica de S. Paulo.
- BELCHIOR, M. D. (1951). *Compreendamos os Negros*, Lisboa, Agência das Colónias.
- BETHENCOURT, Francisco & Kirti Chaudhuri (1998). *História da Expansão Portuguesa*, Vol. III, Lisboa, Círculo de Leitores.
- BOWMAN, Joyce (1986). "Abdul Indjay Ally and Enemy in the Guinea-Bissau, 1985-1919", *Journal of African History*, 27 (3), pp. 463-479.
- BRUSCHWIG, Henri (1949). *A Partilha da África*, Lisboa, Dom Quixote.
- CAETANO, Marcelo (1951). *Constituições Portuguesas*, Lisboa, Agência Geral da Colónias.
- CAPELA, José (1977), *O Imposto de Palhota e a Introdução do Modo de Produção Capitalista nas Colónias*, Porto, Afrontamento.
- CARVALHO, Clara & João de Pina Cabral (coord.) (2004). *A Persistência da História. Passado e Contemporaneidade em África*, Lisboa, Instituto de Ciências Sociais.
- COUTINHO, L. P (2003). *Do Ultimato à República*, Lisboa, Prefácio.
- CRAVINHO, J. G. (2002). *Visão do Mundo*, Lisboa, Instituto de Ciências Sociais.
- CUNHA, J. D. S. (1953). *O Sistema Português de Política Indígena*, Coimbra, Universidade de Coimbra.
- CUNHA, J. D. S. (1970). *Questões Ultramarinas Internacionais*, Lisboa, Ática.
- DJALÓ, T., 2012. *O Mestiço e o Poder*. 1ª ed. Lisboa: Vega.
- FERREIRA J. (2002). *A Evolução do Conceito Estratégico Ultramarino Português (Da Conferência de Berlim à Descolonização)*, Hungin, Lisboa.
- JERÓNIMO, Miguel Bandeira (2009). *Livros Brancos, Almas Negras*, Lisboa, Instituto de Ciências Sociais.
- LEMOS, M. M. (1995). *Os Portugueses na Guiné. Apontamentos para uma Síntese*, Lisboa, Crédito Predial Português.

Perspetiva Histórica das Campanhas de João Teixeira Pinto e Abdul Indjay (1911-1915) na Guiné

- LOPES, A. M. (1970). *A Questão de Bolama*, 11ª ed., Lisboa, Agência Geral Ultramarina.
- LOPES; C. (1982), *Etnia, Estado e Relações de Poder na Guiné-Bissau*, Lisboa, Edições 70.
- LOUREIRO, A. D. S. (1934). *Tributo de Sangue*, Lisboa, Agência Geral das Colónias.
- MADUREIRA, A.(1988). *A colonização Portuguesa em África: 1890-1910*,Lisboa, Livros Horizonte.
- MARQUES, A.H. Oliveira (2001). *O Império Africano, 1890-1930*,Vol. XI, Lisboa, Estampa.
- MAURO, Frédéric, 1988. *A Expansão Europeia*, Lisboa, Estampa.
- M´BOKOLO, Elikia (2007). *África Negra e a Civilização: do século XIX aos nossos tempos*, Vol. II, Lisboa, Colibri.
- MENDY, Peter Karibe (1994). *Colonialismo Português em África: a transição de resistência na Guiné-Bissau (1879-1959)*, Lisboa, Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa da Guiné-Bissau.
- MIGUÉIS, J. J. d. M. (1935). *Ocupação Militar da Guiné*, Lisboa, Agência Geral das Colónias.
- MOTA, A. T. D.(1954). *Guiné-Portuguesa*. Vols. I e II,Lisboa: AgênciaGeral do Ultramar.
- MOUTINHO,M. (2000). *O Indígena no Pensamento Colonial Português (1895-1961)*, Lisboa, Universidade Lusófona.
- NEVES,A. T. (1936). *Habitação Indígena na Guiné-Portuguesa*, Lisboa, Agência Geral das Colónias.
- P.A.I.G.C. (1974). *História da Guiné e das Ilhas de Cabo-Verde*, Porto, Afrontamento.
- PELISSIER, René (1986). *História da Guiné-Portuguesa e Africanos na Senegâmbia*,2º Vol., Lisboa, Estampa.
- PINTO, João Teixeira (1936). *A Ocupação Militar da Guiné*, Lisboa, Agência Geral das Colónias.
- RITTA, José Gonçalo de Santa (1916). *Estudo sobre a Conferência de Berlim de 1885*, Lisboa, Imprensa Libânio da Silva.
- SANTOS, F. B. D. (1953). *Unidade e Cooperação entre a Metrópole e o Ultramar*, Lisboa , Sociedade De Geografia De Lisboa.
- SANTOS, Maria Emília Madeira dos(1989) *Reunião Internacional De História De África*, Lisboa, Instituto De Investigação Científica e Tropical.
- SANTOS, Maria Emília Madeira dos(2000). *A África e a Instalação do Sistema Colonial (C.1885-C.1930)*, Lisboa, Centro De História e Cartografia Antiga.
- SECRETARIADO DE PROPAGANDA NACIONAL (1937), *Estatuto Administrativo da Província da Guiné*. Lisboa, Agência Geral do Ultramar.

Perspetiva Histórica das Campanhas de João Teixeira Pinto e Abdul Indjay (1911-1915) na Guiné

- SECRETARIADO DE PROPAGANDA NACIONAL (1942). *A Obra Colonial do Estado Novo*, Lisboa, Agência Geral das Colónias.
- SERRÃO, Joaquim Veríssimo (1989). *História de Portugal (Primeira República 1910-1926)*, Lisboa, Verbo.
- TZU, S. (2007). *A Arte da Guerra*, Mira-Sintra/Mem Martins, Europa-America.
- VIDROVITCH, Catherine. C., (2004). *A Descoberta da África*, Lisboa, Edições 70.
- VIEGAS, L. A. d. C. (1940). *Guiné-Portuguesa*, Lisboa, Agência Geral Ultramarina.
- WONDJI, A. A. M. (2010). *História Geral de África*, Vol. VIII, Brasília, UNESCO.

Fontes de Arquivo:

- Arquivo Histórico Ultramarino (AHU) 1911-1918/ACL_SEMU_DGU_2R...Cxª 6
- Arquivo Histórico Militar: PT/AHM/Div/2/4/2/2
- Arquivo Histórico Militar: PT/AHM/Div/3/7Cxª 1343- João Teixeira Pinto
- Arquivo Histórico de Ministério dos Negócios: (MNE) -*Ministério dos Negócios Estrangeiros Questão de Bolama*: Cota: 4/G - Sigla: BDD-946,9 (65)
- Arquivo Histórico Ultramarina/AHU/UM/DGC/RC-Guiné; *entrada Geral das Correspondências 1912-1914*, Lv. 6 P. 88 Cota nº 329/1L

Anexos

ANEXO: A

MINISTERIO
DAS
COLONIAS
Direcção Geral das Colónias
5ª Repartição
1ª Secção
N.º 3114

SECRETARIA DA GUERRA
1ª Direcção Geral 1ª Repartição
13 AGO-1912
ENTRADA N.º 2508
DISTRIBUICAO 2ª Repartição

Exmo. Snr.

13-8-1912
937
Officio

4.º Div
Comunique
de a' d'vias em
telegrama que
este official se
deve apresentar
em 15 de Agosto á jun-
ta de Saude das
Colónias.

13/8/1912
Confirmação de nota.

13-8-1912
Exmo. Snr. General Director Geral do Ministerio da Guerra.

A' 4.º Div
Telegrama nota
for - u em 13-8-1912

Sua Exa.o Ministro das Colonias encarrega-me de rogar a
Vª Exa. se digne solicitar de Sua Exa.o Ministro da Guer-
ra as convenientes ordens para que o capitão de infante-
ria, João Teixeira Pinto, seja mandado apresentar á junta
de saude das colonias, que reune em 15 do corrente, afim
de se verificar se está apto a ir servir em commissão
extraordinaria, na provincia da Guiné, com o vencimento
mensal de 186\$000 reis.

O referido official, caso seja julgado apto, deverá fazer
a sua apresentação n'esta Direcção Geral, em harmonia
com a ultima parte do officio d'este Ministerio, n.º 1634,
de 11 d'abril de 1908.

Saude e Fraternidade.
Direcção Geral das Colonias em 13 de agosto de 1912.

Pe'l O Director Geral.

2746

Perspetiva Histórica das Campanhas de João Teixeira Pinto e Abdul Indjay (1911-1915) na Guiné



Anexo: B



EX 1043

Eu João Teixeira Pinto, capitão de infantaria, chefe de estado maior da provincia de Guiné

juro pela minha honra, como cidadão e como official, que emquanto pertencer á officialidade do exercito portuguez defenderei a Patria e as leis da Republica e servirei, com zelo e valor, cumprindo as ordens legaes dos meus superiores, fazendo-me obedecer e respeitar dos meus subordinados, segundo a mais severa disciplina, observando e fazendo observar os direitos e deveres de cada um, e procurando por todos os meios ao meu alcance acrescentar a gloria da Patria e do exercito portuguez, para o que, se tanto for necessario, sacrificarei a propria vida. E para firmeza de tudo assim o declaro.

Bolama, em 26 de Outubro de 1912

João Teixeira Pinto
capitão d'infantaria

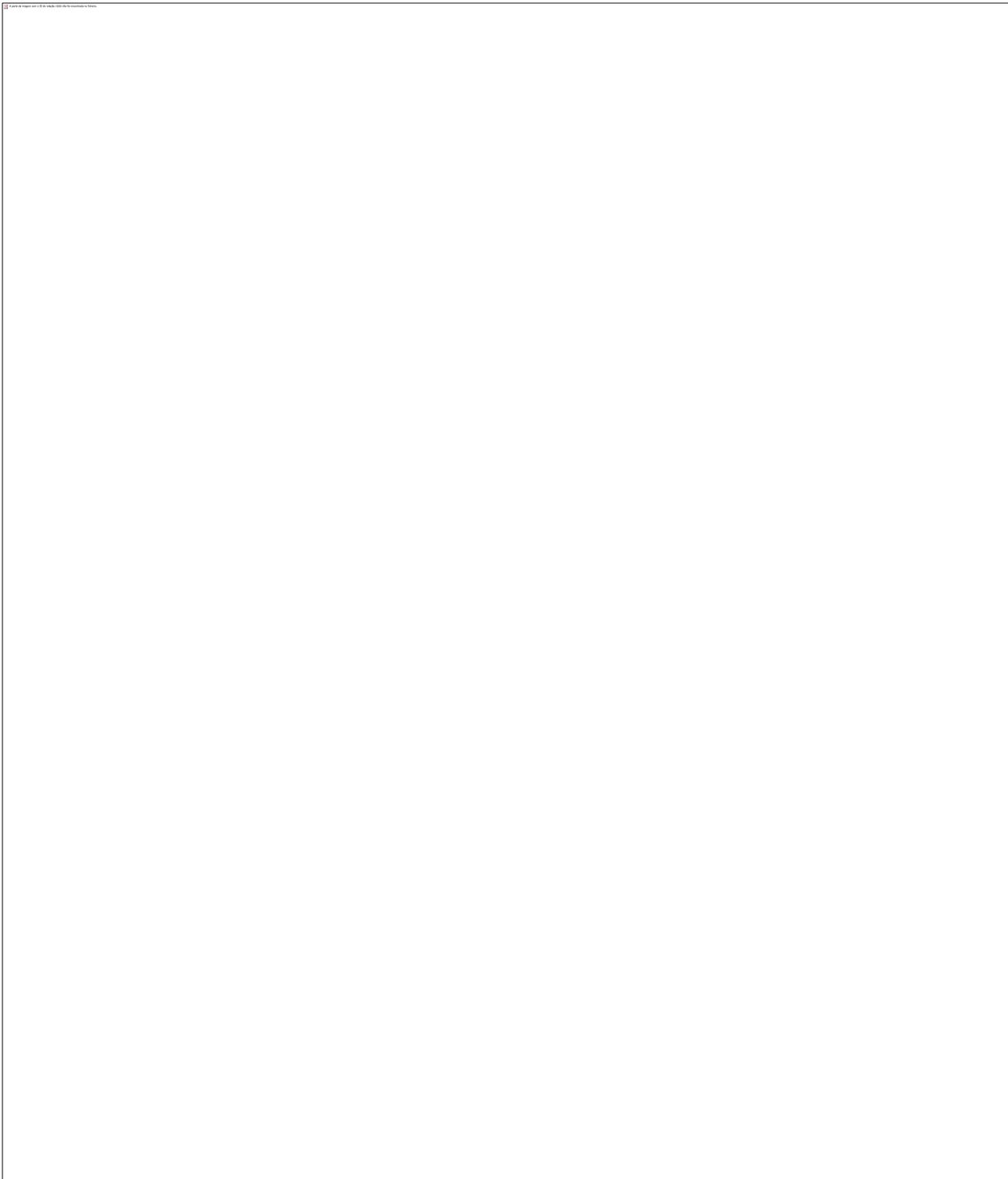
Autentico a annua tua supra

Carvalho
primeiro

Perspetiva Histórica das Campanhas de João Teixeira Pinto e Abdul Indjay (1911-1915) na Guiné



Perspetiva Histórica das Campanhas de João Teixeira Pinto e Abdul Indjay (1911-1915) na Guiné



Anexo: E

Conde d'Avila, do Meu Conselho e do d'Estado.
Par do Reino, e Ministro e Secretario d'Estado Hono-
rario. Amigo. Eu El Rei vos envio muito sauda-
como áquelle que amo. Achando-se ainda pendente
a questao suscitada no anno de 1834 pelo Gover-
no Britannico sobre o direito que a Coroa de Portu-
gal tem á posse da Ilha de Bolama, e convido
chegar a um accordo a este respeito com o mesmo
Governo, confiando na reconhecida, illustração,
longa pratica de negocios e provado zelo de que con-
stantemente tendes dado as mais evidentes provas.
Hei por bem nomear-vos Meu Plenipotenciario
para encetar e concluir com o Plenipotenciario de Sua
Majestade Britannica uma negociação tendente
a fixar aquelle direito de modo que se evitem
p. tras contendações em relação á posse da dita
Ilha. O que me pareceu communicar-vos, para vos-
sa intelligencia e satisfação. Dado no Paço d'Alju-
da, aos vinte e oito de junho de mil oitocentos sessen-
ta e quatro.

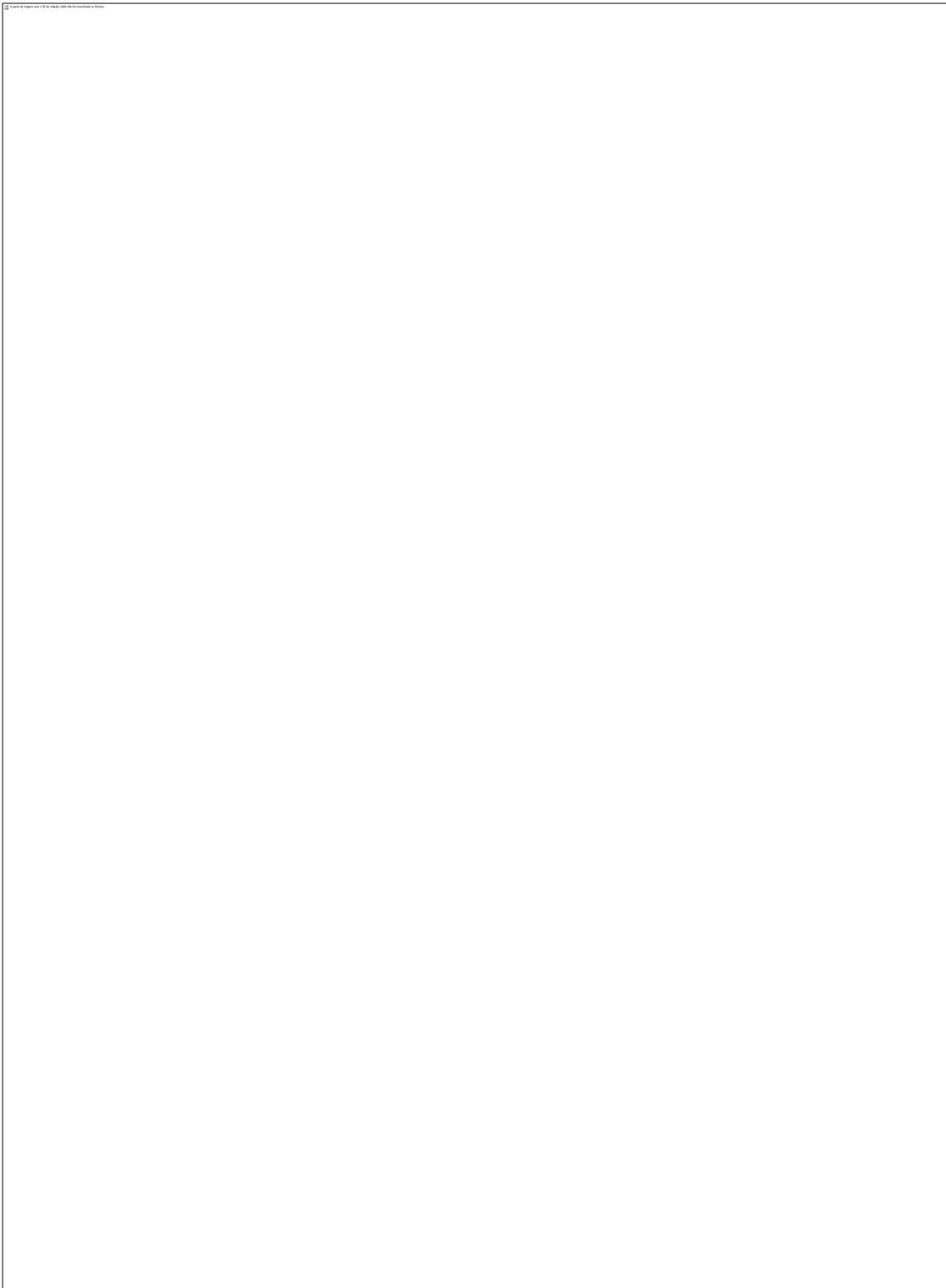




Amigo de V. Magestade.

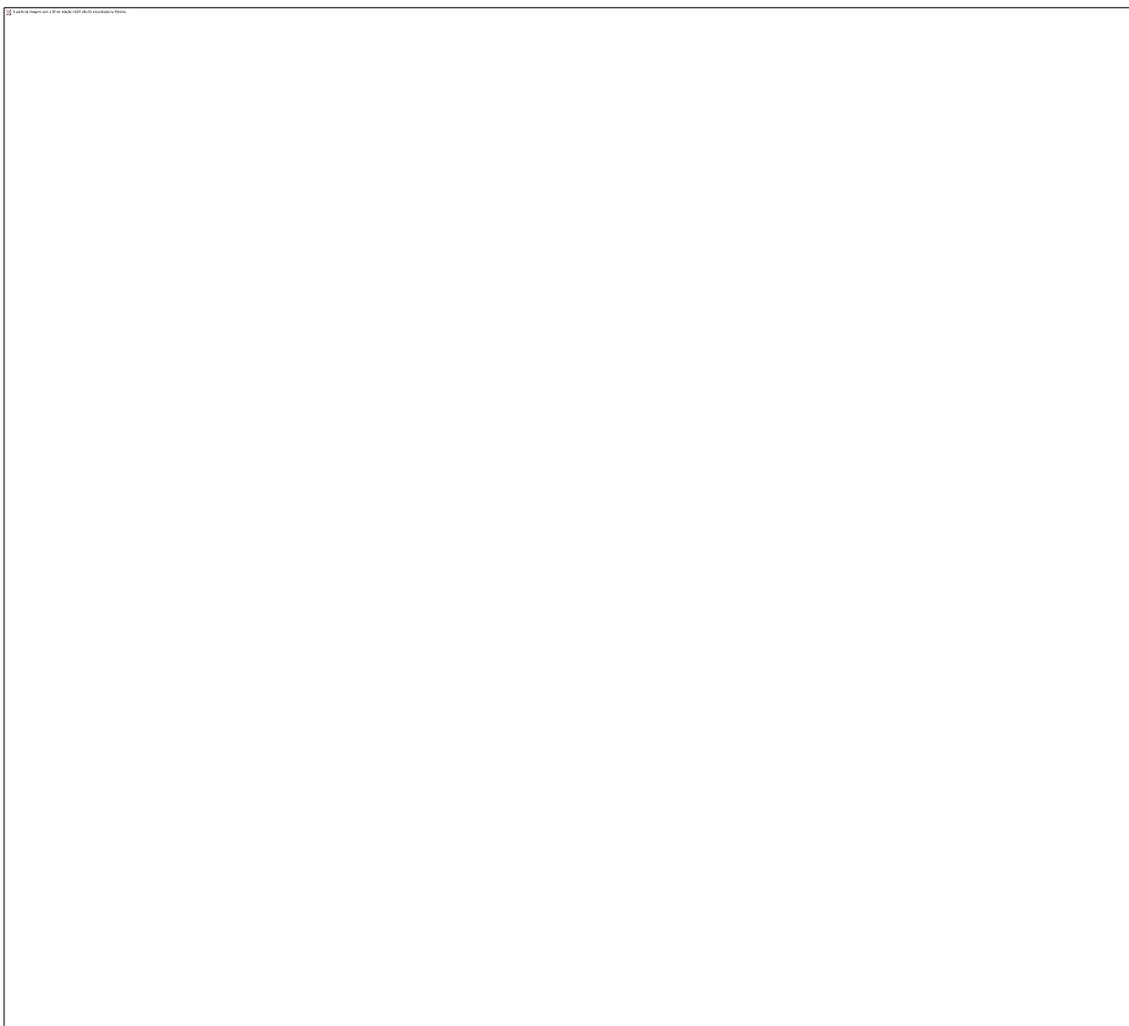
Para o Conde d'Avila, do Meu Conselho, e do d'
Estado, Par do Reino, e Ministro e Secretario d'Está-
do Honorario.

Perspetiva Histórica das Campanhas de João Teixeira Pinto e Abdul Indjay (1911-1915) na Guiné



Perspetiva Histórica das Campanhas de João Teixeira Pinto e Abdul Indjay (1911-1915) na Guiné

Anexo: F



Perspetiva Histórica das Campanhas de João Teixeira Pinto e Abdul Indjay (1911-1915) na Guiné



§ único. Não podendo o Estado fornecer esses transportes proporá o administrador ao Governo da provincia a forma de os substituir, tendo em vista a máxima economia e aproveitamento das embarcações ao serviço privativo da circunscrição.

Art. 89.º O serviço da cobrança é de inteira responsabilidade dos administradores. Estes poderão contudo contratar para esse serviço o pessoal auxiliar que julguem conveniente, mas sob sua responsabilidade e sem encargo para o Estado.

Art. 90.º Os administradores procurarão conseguir que o pagamento do imposto seja feito, como regra, na sede da circunscrição ou, pelo menos, na sede de cada régulo; só em ultimo caso deverá ser efectuado nas outras povoações.

Art. 91.º Para esse fim os administradores farão anunciar com sufficiente antecedência a data em que cada chefe deverá ir efectuar a entrega na sede da circunscrição e as datas aproximadas da sua presença como cobrador nas sedes dos régulos.

§ 1.º A entrega do imposto deverá sempre assistir o régulo ou chefe da povoação a que o mesmo disser respeito e, na falta de qualquer dêles, um seu representante idonio.

Art. 92.º A medida que se fôr efectuando a cobrança o administrador fará a descarga no respectivo caderno de arrolamento inscrevendo no lugar correspondente o número do recibo que tiver dado em troca do pagamento.

Art. 93.º Os proprietarios de terrenos são responsaveis pelo pagamento do imposto das palhotas a ele sujeitas que existam dentro das suas propriedades.

§ unico. Na ocasião do arrolamento será entregue a esses proprietarios a nota detalhada das palhotas por cujo imposto tem de responsabilizar-se e, logo que comece a cobrança, ser-lhes-há com antecedência minima de 15 dias enviado um aviso indicando a soma total do imposto devido e a data em que devem vir á sede da circunscrição efectuar esse pagamento.

Art. 94.º Os indigenas que não pagarem o imposto na epoca devida serão apresentados ao respectivo régulo ou chefe para este os obrigar ao pagamento, caso o régulo ou chefe não queira responsabilizar-se pelo imposto devido ou, ainda assim, esses indigenas não paguem, serão obrigados a trabalho gratuito durante quinze dias sendo esse trabalho prestado dentro ou fora da circunscrição respectiva conforme melhor convier ao serviço do Estado.

Art. 95.º O emprego de quaesquer outros meios coercivos para a cobrança do imposto só poderá ter lugar por autorização especial do governador da provincia, designando-se nessa autorização taxativamente quaes os meios e empregar segundo as circunstancias.

Art. 96.º Os generos que, nos termos do artigo 74.º, hajam sido recebidos como pagamento do imposto serão vendidos em hasta publica perante uma comissão de 3 membros presidida pelo administrador e composta do escripto de fazenda ou, na sua falta, do official comandante do destacamento, delegado de saúde, chefe do posto fiscal e do amanuense de circunscrição que servirá de secretario, e serão adjudicados a quem maior lanço oferecer sobre o preço fixado pela referida comissão, tendo em atenção os preços por que foram recebidos.

§ 1.º Caso não haja licitantes ou convindo ao Estado a aquisição desses generos, ficarão eles a cargo do administrador até ser superiormente ordenado o destino a dar-lhes.

§ 2.º Convindo realizar-se a venda dos generos no local onde foram recebidos, o Governador marcará as pessoas perante as quais essa venda deve ter lugar, tendo em vista a última parte deste artigo.

Art. 97.º Os carregadores que régulos e chefes forneçam para transporte de dinheiro cobrado serão pagas á razão de 100 réis diarios. Esta despesa e as que tenham



Perspetiva Histórica das Campanhas de João Teixeira Pinto e Abdul Indjay (1911-1915) na Guiné



ANEXO: G



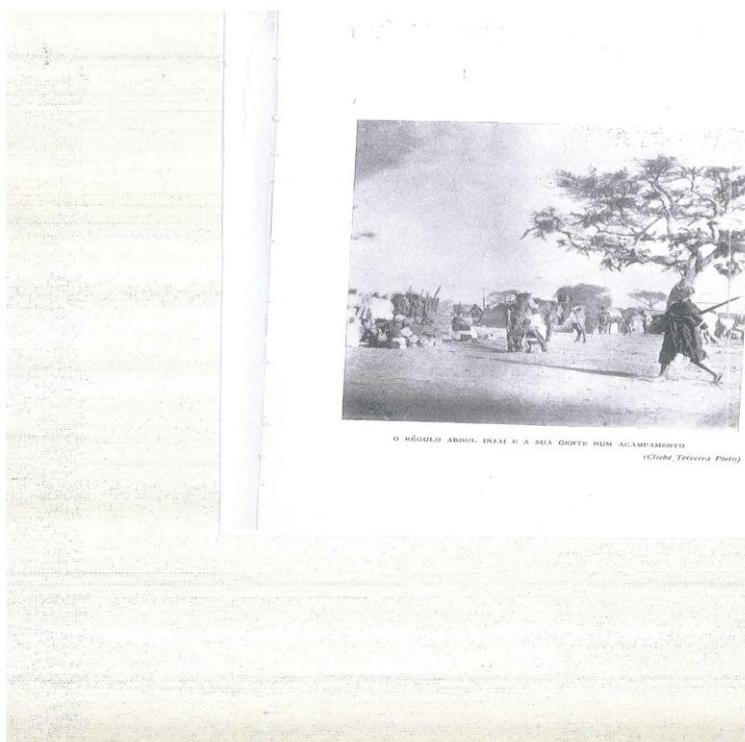
ABDUL INDJAY



JOÃO TEIXEIRA PINTO
Cavaleiro da antiga e mai nobre Ordem da Torre e Espada
do Valor, Lealdade e Mérito (1908)

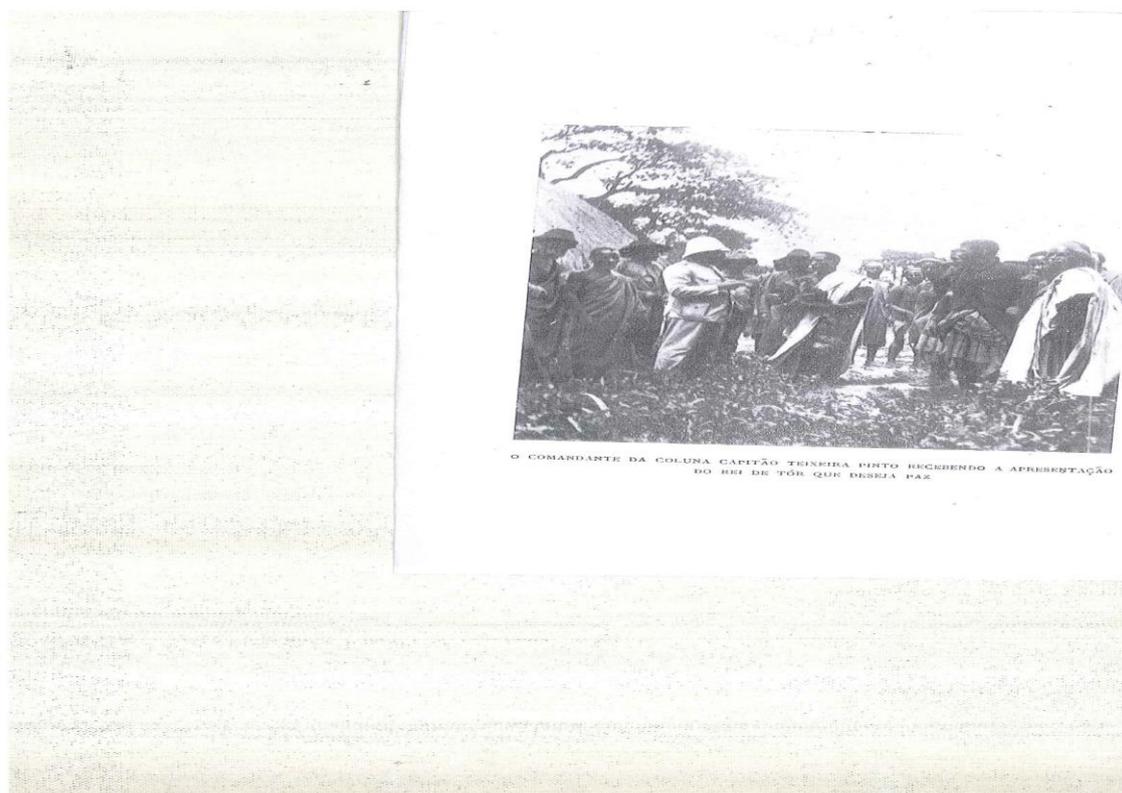
Fonte: Boletim Cultural da Guiné Portuguesa, Volume IV, nº 13, 1949

ANEXO: H



- Imagem in: João Teixeira Pinto, (1936). *A Ocupação Militar da Guiné*, Lisboa, Agência Geral das Colónias.
- Abdul Indjay e a sua gente num acampamento.

ANEXO: I



- Imagem in: João Teixeira Pinto, (1936). *A Ocupação Militar da Guiné*, Lisboa, Agência Geral das Colónias.
- O Comandante da coluna João Teixeira Pinto, naquela altura capitão, aqui a ser recebido por o Regulo de Tôr (Biombo).

Perspetiva Histórica das Campanhas de João Teixeira Pinto e Abdul Indjay (1911-1915) na Guiné

ANEXO: J

Imposto de palhota da região ocupada pela coluna de operações a Cacheu

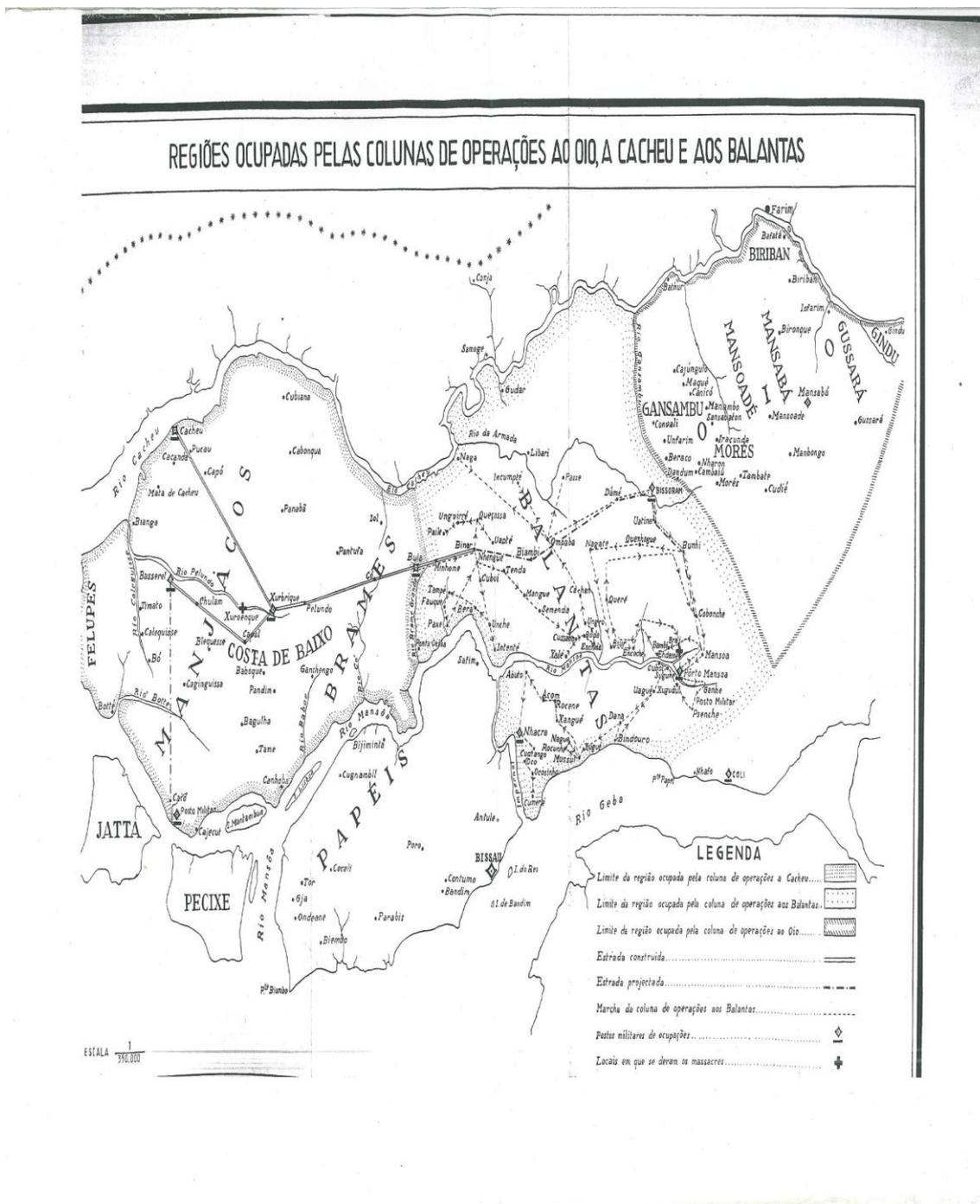
Povoações	Importância do arrolamento	Importâncias		Obras Vações
		Colheitas	A cobrar	
Cajecut	1083000	1083000	—	
Canhobos	31442000	11792000	1972000	
Tams	31442000	31442000	—	
Pandim	113603000	11408300	2352000	
Capul	4533000	3623000	1052000	
Bará	4333000	3983000	1442000	
Beiope	6923000	3423000	483000	
Beitche	5762000	4123000	1622000	
Grinchongo	3102000	3102000	—	
Canoubo	3012000	3012000	—	
Penido	4293000	3893000	142000	
Cacheubar	2423000	2423000	—	
Urombe	1033000	1423000	202000	
Calonque	2633000	2633000	—	
Pupal	2323000	2323000	146000	
Iompit	1223000	1223000	—	
Bischa	1443000	1443000	—	
Pichemau	1383000	763000	602000	
Babanda	1802000	1802000	—	
Becul	2143000	1333000	920000	
Caroucan	2743000	2183000	520000	
Chidam	5423000	5423000	3020000	
Caguisa	112273000	6423000	5720000	
Bique	8133000	2323000	4120000	
Bucante	1823000	1323000	572000	
Caliquiss	42423000	2323000	4117000	
Caliquiss (Bassere)	11623000	3823000	7720000	
Tenito	2023000	—	2023000	
Barrepando	3323000	—	3323000	
Id	115023000	—	115023000	
Barrama	2423000	—	2423000	
Bajopo	6723000	—	6723000	
Bipara	5423000	—	5423000	
Cayo	157423000	—	157423000	
Palundo	401123000	11053000	21230000	
Jata	5233000	—	5233000	
Pantula	100023000	—	100023000	
Total	310533000	421045000	196683000	

E além do arrolamento de Bapaha, Xov, parte de Canhobos e parte de Beiope, há que verificar háitar no caxado de manipagem de parte em Bapaha.

Bolama, 14 de Abril de 1914.
O Comandante — João TEIXEIRA PINTO, Capitão
N. B. — A região dos Brancos produziu 1000000 de imposto de palhota. A ilha de Peixe foi arrolada no quantum de 250000 que se vão receber no actual mês.

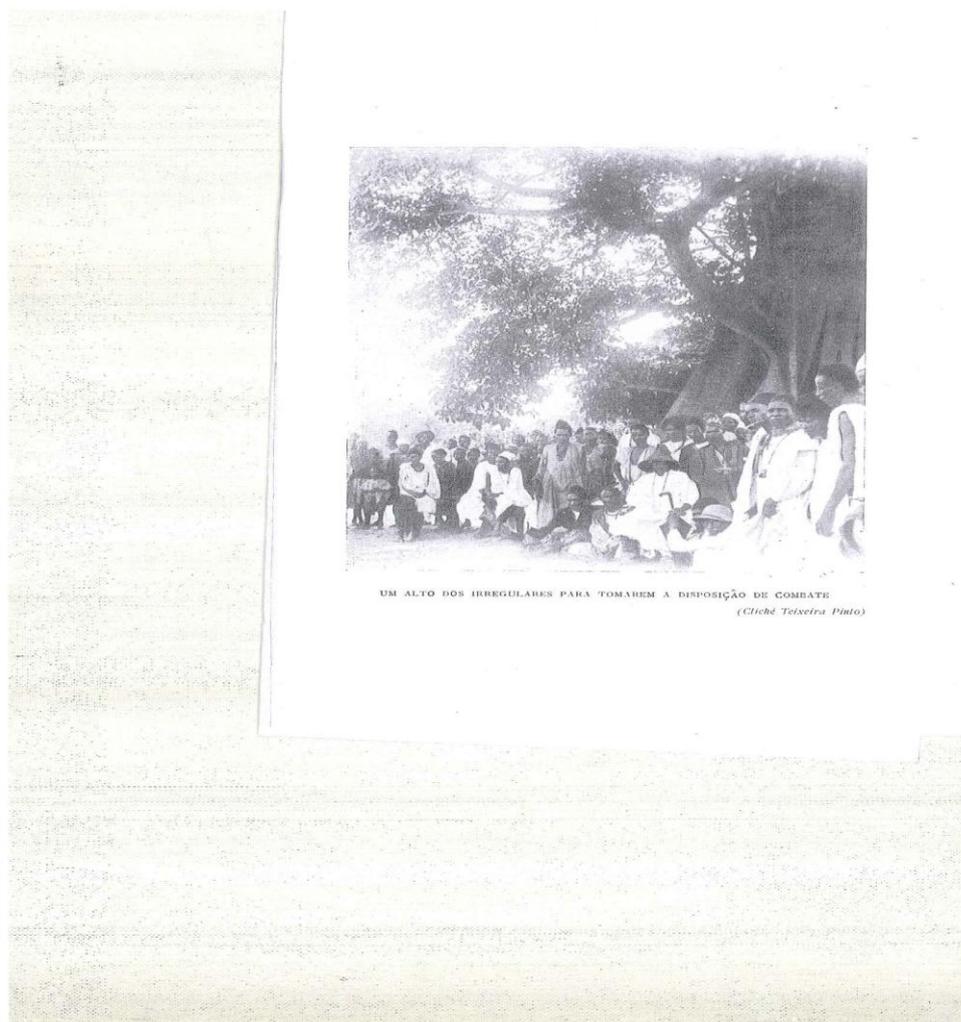
- Imagem in: João Teixeira Pinto, (1936). *A Ocupação Militar da Guiné*, Lisboa, Agência Geral das Colónias
- Imposto de Palhota da Região ocupada pela coluna de operações a Cacheu.

ANEXO: L



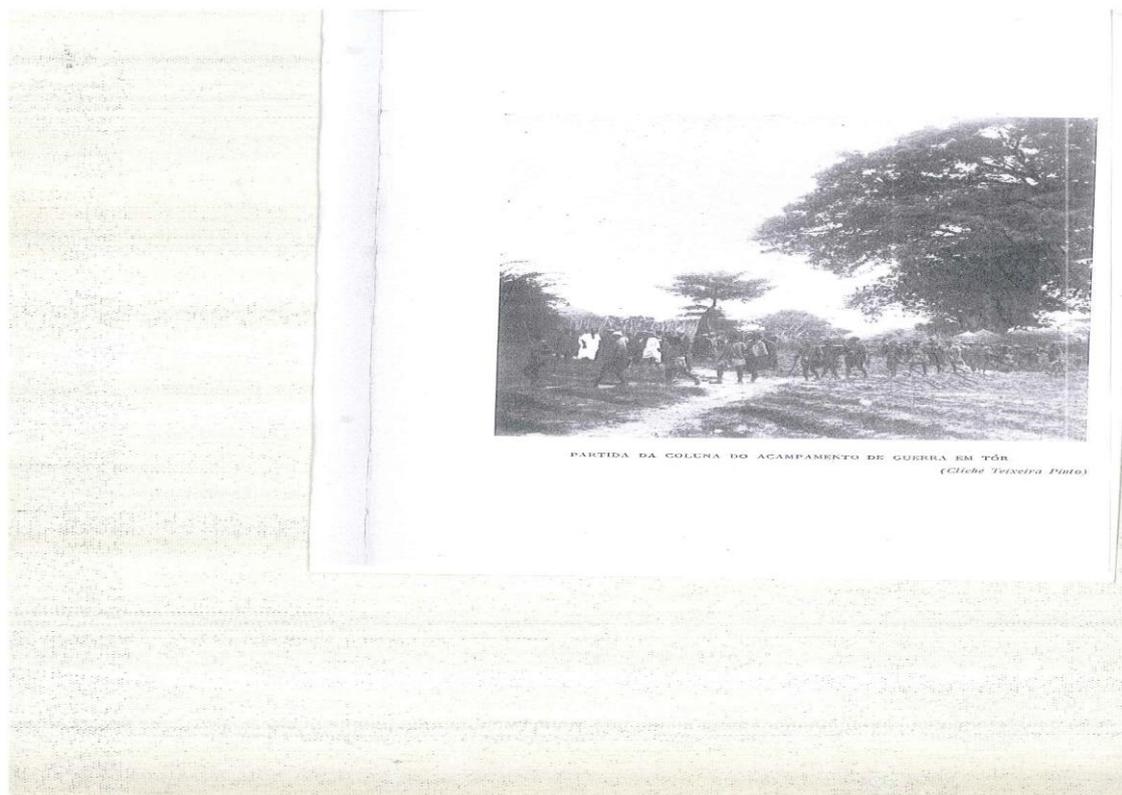
- Imagem in: João Teixeira Pinto, (1936). *A Ocupação Militar da Guiné*, Lisboa, Agência Geral das Colónias
- O relatório geral do Imposto de Palhota da Região Ocupada pela coluna de operações a Cacheu

ANEXO: M



- Imagem in: João Teixeira Pinto, (1936). *A Ocupação Militar da Guiné*, Lisboa, Agência Geral das Colónias
- Um líder dos Auxiliares prepara os seus homens para um novo ataque.

ANEXO: N



- Imagem in: João Teixeira Pinto, (1936). *A Ocupação Militar da Guiné*, Lisboa, Agência Geral das Colónias
- Partida de coluna do Acampamento de guerra em Tôr. Os dois senhores vestidos de branco, são líderes de auxiliares guineenses.

ANEXO: O

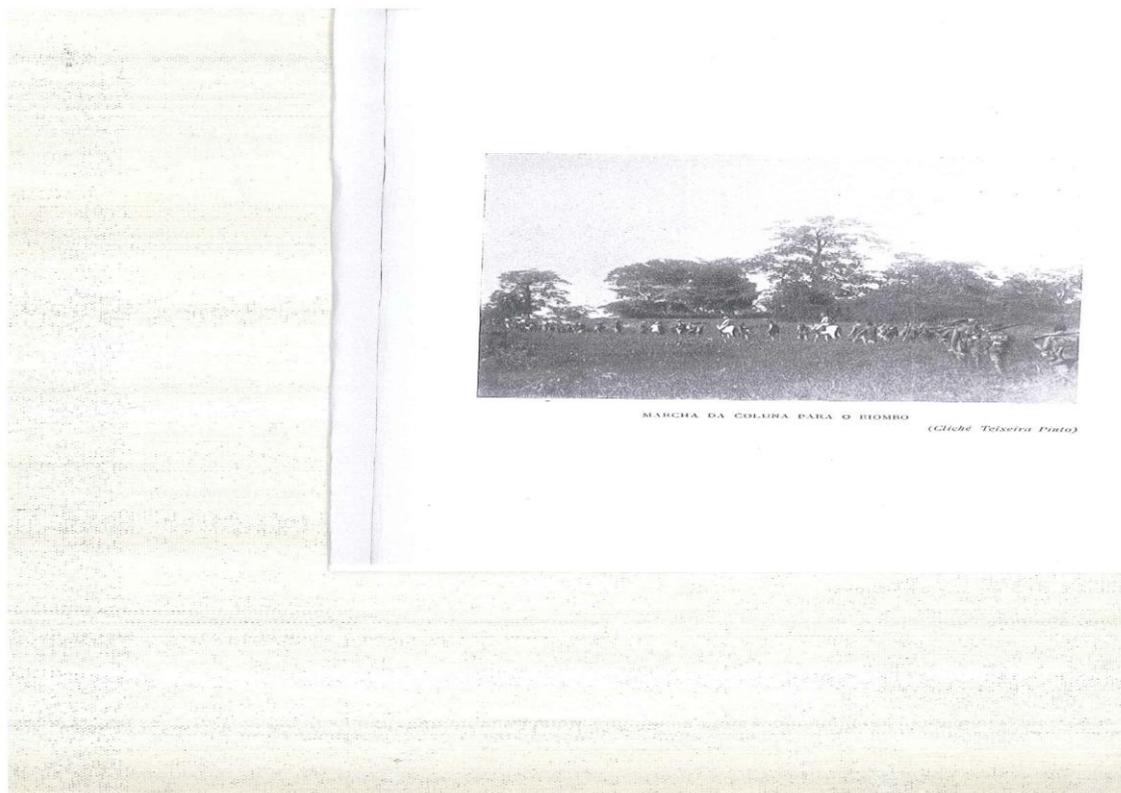


ANEXILARES EUROPEUS DO CORPO DE FORÇAS ARMADAS

- Imagem in: João Teixeira Pinto, (1936). *A Ocupação Militar da Guiné*, Lisboa, Agência Geral das Colónias
- Um escasso número dos militares Portugueses no território em descanso, no momento de cessar-fogo.

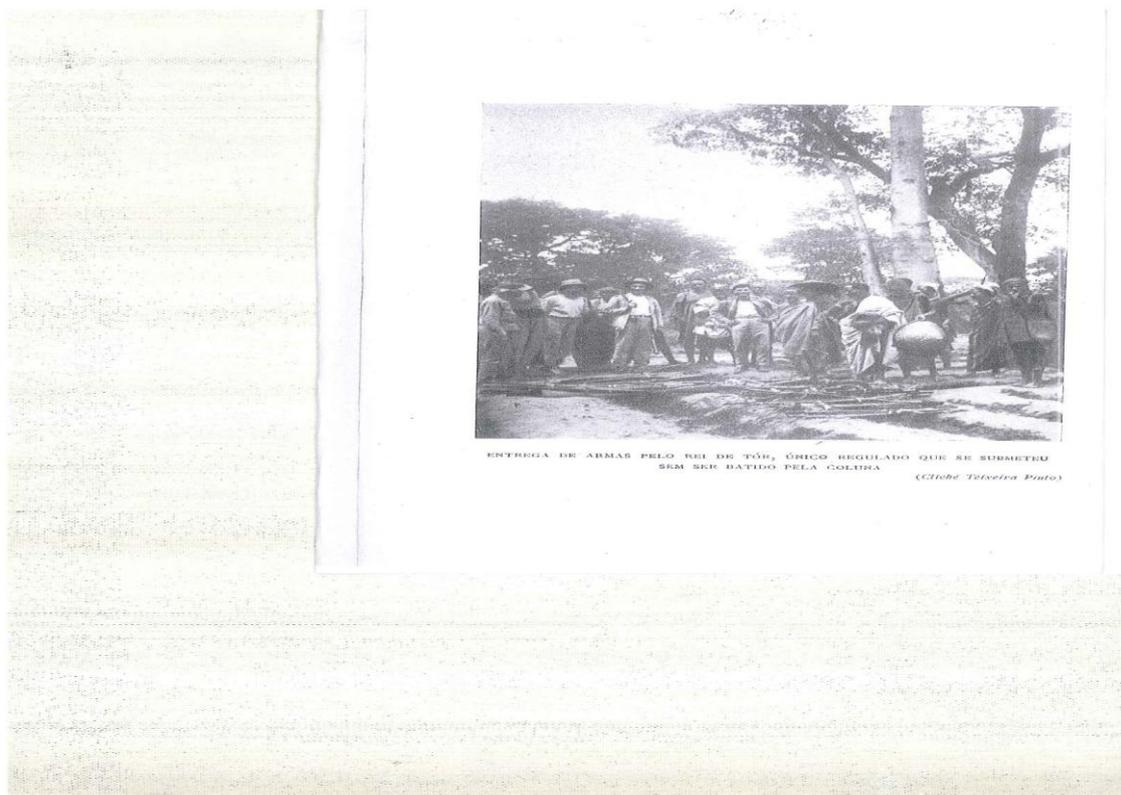
ANEXO: P

Perspetiva Histórica das Campanhas de João Teixeira Pinto e Abdul Indjay (1911-1915) na Guiné



- Imagem in: João Teixeira Pinto, (1936). *A Ocupação Militar da Guiné*, Lisboa, Agência Geral das Colónias
- Partida da Coluna dos auxiliares sempre liderados pelos senhores vestidos de Branco, desta vez o destino seria para Biombo.

ANEXO: Q



- Imagem in: João Teixeira Pinto, (1936). *A Ocupação Militar da Guiné*, Lisboa, Agência Geral das Colónias
- Entrega de Armas pelo Regulo de Tôr , o único que aceitou a submeter os Portugueses.